CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

O BRASIL DEPOIS DAS URNAS: DEMOCRACIA, SOBERANIA E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO JUSTO E SUSTENTÁVEL

Grupo de Análise de Conjuntura "Padre Thierry Linard" – CNBB[1]
19 de novembro de 2026

A democracia se fortalece com a disposição de ouvir, com o cuidado da palavra, com a busca paciente por acordos e com a capacidade de reconhecer aqueles que pensam diferente.
(Papa Leão XIV, 08/11/2026, no seu primeiro discurso oficial na Argentina)

INTRODUÇÃO

As eleições definem quem recebe a responsabilidade de conduzir o governo, mas não encerram os conflitos, as expectativas e os problemas que atravessam a sociedade. O resultado das urnas oferece uma resposta institucional sobre a escolha da maioria; a construção de um projeto de país, por sua vez, depende de decisões que começam a ser tomadas depois da apuração. É a partir dessa compreensão que este texto examina o Brasil no período posterior às eleições de 2026 e os desafios que se apresentam para os novos mandatos (executivos e legislativos), com atenção às condições políticas, econômicas, sociais e ambientais em que os eleitos deverão atuar.

A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma disputa marcada pela proximidade entre as candidaturas, confirma a capacidade das instituições eleitorais de produzir uma decisão legítima, mas não significa que a sociedade tenha superado suas divisões. Os votos reuniram motivações distintas, expectativas nem sempre coincidentes e avaliações diferentes sobre o governo, a democracia e o futuro do país. Por isso, compreender o cenário que se abre exige ir além da comemoração ou da contestação do resultado. É necessário reconhecer a pluralidade do eleitorado, observar a força política da oposição e perguntar de que maneira a legitimidade eleitoral poderá se transformar em capacidade de governar e em melhorias concretas na vida da população.

O argumento que orienta a análise é que a democracia não se esgota no voto. Ela depende da participação continuada, do respeito às diferenças, da existência de instituições responsáveis e da possibilidade de a população influenciar as decisões que afetam seu cotidiano. Essa exigência ganha especial importância num país marcado por múltiplas desigualdades (territoriais, étnicas, culturais,

[1] Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros e assessores da Conferência, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Adalmir Marquetti – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP).

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

sociais), por dificuldades de acesso a serviços públicos e por diferentes condições de participação política. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento econômico: envolve distribuição de renda, qualidade do trabalho, sustentabilidade fiscal, proteção ambiental, soberania e capacidade de assegurar direitos.

O primeiro capítulo, "O Brasil que saiu das urnas", apresenta o quadro político e social deixado pela eleição. Examina a participação, a distribuição territorial do voto, as desigualdades de acesso à decisão e os desafios de governabilidade e governança para 2027. O segundo capítulo analisa a vitória de Lula, procurando compreender a recuperação eleitoral, a mobilização que ultrapassou a estrutura da campanha, a memória das políticas de proteção social, os limites da comunicação e os desafios da renovação do projeto político. Em seguida, o terceiro capítulo aborda a força eleitoral de Flávio Bolsonaro e o lugar que seu campo político poderá ocupar no período posterior à eleição, considerando a oposição, as redes de mobilização, a relação entre fé e política e as responsabilidades decorrentes da atuação pública.

O quarto capítulo desloca o olhar para o Congresso Nacional, examinando as mudanças na composição da Câmara dos Deputados e do Senado e suas consequências para a representação e a negociação política. O quinto trata da legitimidade do Poder Judiciário e dos desafios de uma reforma democrática do sistema de Justiça. Discute a crise de confiança, os mecanismos de controle, a independência judicial, o acesso à Justiça e as relações entre os Poderes. O sexto capítulo aborda a economia, o trabalho e as condições de vida no horizonte de 2027 a 2030, com atenção ao crescimento, ao investimento, aos juros, à sustentabilidade fiscal, à tributação, à distribuição de renda e à proteção social.

O sétimo capítulo examina a relação entre meio ambiente, territórios e desenvolvimento. Discute o desmatamento, a produção agropecuária, a água, a energia, os eventos climáticos extremos e os compromissos ambientais do país, procurando relacionar conservação e condições concretas de desenvolvimento. O oitavo amplia a perspectiva para o cenário internacional, tratando da repercussão da eleição brasileira, das manifestações políticas em outros países, da ascensão da extrema direita, da disputa por influência e da soberania democrática. Nesse percurso, a política externa é considerada parte das condições para que o Brasil e a América Latina preservem capacidade de decisão diante das grandes potências.

O nono capítulo apresenta três cenários possíveis para acompanhar o ano de 2027: a cooperação negociada, a negociação fragmentada e o confronto institucional. Não se trata de prever antecipadamente o que ocorrerá, mas de organizar hipóteses, identificar incertezas e indicar sinais que permitam rever a análise à medida que os acontecimentos se desenvolvam. Por fim, o décimo capítulo reúne os desafios discutidos em torno de uma perspectiva de esperança e compromisso. Ao analisar a visita do papa Leão XIV na América Latina, retoma a democracia, a dignidade humana, a participação da juventude, o diálogo, a diversidade, o cuidado da Casa Comum e a missão de uma Igreja próxima da realidade social.

A sequência dos capítulos procura articular a conjuntura imediata com questões estruturais. A composição dos Poderes, a orientação econômica, a proteção dos direitos, a preservação ambiental e a posição internacional do Brasil não são temas isolados: influenciam-se mutuamente e condicionam as possibilidades de desenvolvimento. A análise também considera a contribuição pública da Igreja, não como alinhamento automático a governos ou partidos, mas como compromisso com a dignidade humana, a justiça social, a paz, a participação e a defesa dos que encontram maiores obstáculos para fazer valer seus direitos.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

Assim, o propósito desta análise de conjuntura é oferecer elementos para compreender o período que se inicia, distinguir fatos de hipóteses e reconhecer os desafios que exigirão acompanhamento público. O resultado eleitoral definiu o novo governo, mas não resolveu as escolhas que o país terá de fazer. A democracia continuará a ser construída na forma como as instituições funcionam, como os conflitos são tratados e como as políticas chegam à vida das pessoas. É nesse terreno — entre a decisão das urnas e a responsabilidade cotidiana de transformar a realidade — que se situa a reflexão apresentada a seguir.

1 – O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS

O Brasil que entra na reta final de 2026 resolveu a disputa presidencial e definiu os mandatos em disputa, mas conserva conflitos que a contagem dos votos não poderia resolver. O presidente Lula foi reeleito com 64.256.232 votos, equivalentes a 51,79% dos válidos, diante de 59.826.041 votos e 48,21% de Flávio Bolsonaro. A diferença de 4.430.191 votos oferece uma resposta inequívoca sobre quem deverá exercer a Presidência a partir de janeiro. O alcance político desse mandato, entretanto, dependerá de negociações, decisões e resultados que ainda serão construídos (Brasil, 2026b).

Há motivos para reconhecer a força da participação popular e a capacidade das instituições de produzir uma decisão legítima. Essa constatação não exige tratar a sociedade como reconciliada, nem supor que o vencedor recebeu a concordância antecipada sobre cada escolha futura. O país que votou reúne expectativas diversas de proteção, liberdade, renda, segurança e reconhecimento. Governar exigirá dar direção a essa pluralidade, sem transformar a diferença em inimizades, nem a negociação em abandono de compromissos.

A primeira pesquisa Quaest sobre a avaliação do governo após a eleição, divulgada em 8 de novembro, ajuda a dimensionar esse ambiente: 48% aprovam a atual gestão, 44% desaprovam e 8% não sabem ou não responderam. Foram ouvidas 2.004 pessoas entre 30 de outubro e 2 de novembro, com margem de erro de dois pontos percentuais e nível de confiança de 95%. É um retrato do governo em exercício, colhido depois da votação, e não uma avaliação antecipada de decisões do mandato que começa em 2027 (G1, 2026; Schroeder, 2026).

A aprovação aparece numericamente à frente da desaprovação, mas permanece abaixo da metade dos entrevistados. A diferença de quatro pontos recomenda sobriedade: não é necessário convertê-la em demonstração de consenso para reconhecer o resultado eleitoral. Os percentuais da pesquisa e os votos válidos medem escolhas diferentes, em universos distintos. Não cabe subtrair um do outro para calcular perda de apoio, nem deduzir como cada eleitor passou a avaliar o governo. Vencer a eleição assegura o mandato; a confiança cotidiana continua em construção.

O levantamento traz ainda um dado que amplia a interpretação: 94% dos entrevistados dizem torcer para que Lula faça um bom governo (G1, 2026). Essa disposição atravessa um universo muito maior do que o dos que aprovam a gestão. Pode oferecer espaço para diálogo e cobrança de resultados, sem demonstrar adesão ao programa ou disposição de abandonar a oposição. O eleitor pode desejar que o governo funcione e conservar todas as suas críticas. Afinal, quem precisa do posto de saúde aberto não deveria ter de apresentar comprovante de entusiasmo presidencial.

O horizonte de 2027 pode ser examinado a partir de condições já visíveis: uma Presidência renovada pelo voto, um Congresso que terá de ser politicamente articulado tendo em vista a governança, um pacto federativo cuja cooperação é indispensável à execução de políticas e uma sociedade que continuará distribuindo de modo desigual seus recursos de influência. O desafio é identificar o terreno em que o próximo ano será

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

disputado. A análise de conjuntura perde utilidade quando resolve concorrer com a previsão do tempo, sobretudo sem reconhecer a possibilidade de intempéries.

1.1 – A participação ampliada e o sentido da escolha

A abstenção caiu de 21,08% no primeiro turno para 19,22% no segundo. O comparecimento cresceu em 2.960.239 eleitores, alcançando cerca de 128,2 milhões de pessoas. Brancos e nulos também diminuíram. Há, portanto, dois movimentos verificáveis: mais pessoas foram votar e uma parcela maior de quem compareceu escolheu um dos finalistas. É um resultado que merece reconhecimento democrático (Justiça Eleitoral, 2026).

A interpretação exige um passo adicional de cuidado. O aumento do comparecimento é compatível com maior percepção da importância da decisão final, mas não mede diretamente a motivação de cada pessoa. Adesão, rejeição, receio de uma vitória adversária, mobilização de redes próximas e melhores condições de acesso podem participar desse movimento. Sem pesquisa individual adequada, não é possível atribuir a cada fator uma proporção nem concluir que todos os participantes adicionais votaram no mesmo candidato.

A conclusão política que se sustenta é que a eleição conservou capacidade de mobilizar escolhas em escala muito elevada. Isso contraria a leitura de uma sociedade inteiramente indiferente ao seu futuro, embora não elimine desconfiança ou desencanto. Uma pessoa pode considerar a eleição decisiva e avaliar negativamente os partidos disponíveis. Pode comparecer por esperança ou por defesa. O ato merece respeito justamente porque reúne essas motivações, sem exigir unanimidade sobre seus fundamentos.

A mobilização eleitoral precisa encontrar continuidade. A reflexão de Luis Felipe Miguel (2014) sobre democracia e representação ajuda a formular a pergunta que permanece depois da eleição: em que condições a autorização conferida pelo voto se converte em influência efetiva sobre as decisões? Nesta conjuntura, isso significa acompanhar orçamento, políticas, conselhos e canais de participação. Convocar intensamente a população em outubro e dispensá-la com um agradecimento em novembro seria uma forma bastante econômica de entender a cidadania.

Também é necessário reconhecer a permanência da abstenção. A participação ampliada não dispensa atenção a distância, transporte, deficiência, cuidado familiar e insegurança. A ausência de uma pessoa não pode ser automaticamente lida como falta de compromisso democrático. A liberdade de votar depende de condições concretas. O ônibus, a acessibilidade e o tempo disponível não são detalhes operacionais separados da democracia: para muitos brasileiros, são parte da possibilidade de exercê-la.

1.2 – A geografia do voto e as diferenças sociais

O resultado nacional combina permanências territoriais e movimentos de expansão. A consolidação estadual registra a vitória de Lula em treze estados, incluindo os nove do Nordeste e Minas Gerais, onde passou à frente no segundo turno. Flávio venceu nos outros treze estados e no Distrito Federal. Esse desenho ajuda a localizar forças, mas não autoriza transformar estados em personagens homogêneos nem contar territórios como se todos reunissem o mesmo número de eleitores (Aires, 2026).

Uma região pode produzir vantagem decisiva, enquanto a redução de uma derrota em outra altera significativamente a margem nacional. Além disso, a unidade da Federação contém municípios, bairros e trajetórias sociais muito diferentes. O contraste entre uma metrópole e suas periferias pode ser tão relevante quanto aquele entre regiões. Isso também vale para áreas rurais com estruturas fundiárias, relações de trabalho e acesso a serviços distintos. A cor predominante do mapa não descreve cada pessoa que vive debaixo dela.

A dimensão social oferece outra chave. Ao examinar o realinhamento eleitoral associado ao lulismo, André Singer (2012) relaciona apoio popular, condições materiais e expectativas de estabilidade e redução da pobreza. Seu argumento ajuda a compreender a importância política da proteção social, sem funcionar como explicação automática para 2026. Vínculos construídos em outros períodos precisam ser reexaminados diante de

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

novas experiências de trabalho, religião, comunicação e insegurança. Uma hipótese histórica orienta perguntas; não dispensa dados atuais.

É plausível que famílias expostas à precariedade valorizem formas de proteção e continuidade, assim como queixas sobre custo de vida, violência e serviços alimentem insatisfação. Entretanto, o resultado agregado não permite afirmar a proporção exata de cada grupo social que aderiu a uma candidatura. Também não autoriza atribuir renda, raça ou motivação a um eleitor apenas porque ele reside num município com determinadas características. Confundir o perfil de um território com a escolha de todos os seus moradores produz uma conclusão tão precisa na aparência quanto frágil no conteúdo.

Para o governo que se iniciará em 2027, a consequência é clara: políticas nacionais precisarão reconhecer necessidades territoriais distintas. Saúde, educação, mobilidade, proteção ambiental e segurança possuem condições de execução diferentes. A unidade do país não depende de oferecer respostas indiferenciadas; depende de garantir direitos comuns por meios adequados às realidades locais. A cooperação federativa será, nesse sentido, uma exigência administrativa e uma responsabilidade política.

1.3 – Quem continua com pouco acesso à decisão

Uma eleição participativa não elimina a desigualdade de voz. O direito formal de votar convive com diferenças de recursos para formular demandas, financiar organização, obter visibilidade e acompanhar decisões. Algumas experiências chegam aos gabinetes por canais permanentes; outras só conseguem ser percebidas quando o sofrimento já se tornou emergência. A pergunta sobre quem permanece pouco ouvido precisa alcançar essa estrutura de acesso, sem reduzir a representação à presença ocasional numa reunião.

Iris Marion Young (2000) mostra que a inclusão democrática depende de enfrentar tanto desigualdades sociais quanto formas de comunicação que desvalorizam determinadas experiências. Essa contribuição ajuda a examinar quem consegue falar e ser compreendido como interlocutor legítimo. O conhecimento de uma trabalhadora do cuidado, de uma liderança indígena ou de um jovem da periferia não se torna menos relevante por não utilizar a linguagem habitual de um parecer técnico. A qualidade da escuta depende também de reconhecer outras formas de expressar um problema.

Nesta conjuntura, atenção particular deve ser dirigida aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e tradicionais, às periferias urbanas e às áreas rurais com baixa cobertura de serviços. Também precisam encontrar canais mais efetivos trabalhadores informais e de plataformas, pessoas em situação de rua, mulheres sobrecarregadas pelo cuidado, jovens com inserção precária e pessoas com deficiência. São prioridades de inclusão; medir sua representação eleitoral em 2026 exigiria levantamento próprio.

A expressão “dar voz” pode esconder uma pretensão indevida: essas pessoas e organizações já falam, formulam propostas e constroem conhecimento. O problema é o acesso desigual à capacidade de influenciar. A resposta política envolve respeitar organizações próprias, remover barreiras e devolver às comunidades informação sobre o tratamento de suas contribuições. Participar não pode significar apenas ser autorizado a descrever o sofrimento antes que outros decidam, sem retorno, qual solução lhes parece mais conveniente.

Para a Igreja e suas organizações, esse é um campo concreto de serviço. A presença nos territórios pode aproximar demandas, favorecer acesso à informação e proteger espaços de participação, preservando a autonomia de quem já se organiza. Não se trata de falar em nome de todos, mas de ajudar a ampliar as condições para que sejam ouvidos. A solidariedade se fortalece quando partilha capacidade de decisão e aceita aprender com as pessoas que pretende acompanhar.

1.4 – Diferença regional sem hierarquia de cidadãos

O resultado eleitoral não autoriza dividir o país entre regiões politicamente superiores e inferiores. Nenhum eleitorado adquire valor cívico menor porque escolheu uma candidatura que desagrada a outro.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Também não há fundamento para tratar a proteção social como prova de incapacidade de julgamento dos pobres. A crítica a programas e governos é legítima; o desprezo por pessoas e territórios produz outra coisa: uma hierarquia de cidadania incompatível com a convivência democrática.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) examina a construção histórica das representações do Nordeste e os estereótipos que passaram a defini-lo. Sua reflexão ajuda a reconhecer que uma região não é uma personalidade coletiva fixa. Na leitura eleitoral, isso recomenda atenção ao modo como diferenças são transformadas em supostos defeitos morais. A recusa das caricaturas vale para qualquer região e deve conviver com o reconhecimento de suas desigualdades e histórias específicas.

Evitar o preconceito exige, primeiro, qualificar a explicação: substituir julgamentos sobre o caráter de um povo pelo exame das condições de vida, das instituições e das escolhas disponíveis. Exige ainda não tolerar hostilidade regional nos próprios grupos políticos ou religiosos, mesmo quando ela aparece disfarçada de humor. A ironia pode atingir a pretensão de uma liderança; não deve utilizar a origem de uma população como autorização para diminuí-la.

Há também uma responsabilidade de governo. Serviços, investimentos e cooperação não podem ser distribuídos como recompensa eleitoral. O presidente governa para quem o escolheu e para quem preferiu o adversário. Estados e municípios precisam ser tratados por critérios públicos, com atenção às necessidades e às desigualdades. A urna decide mandatos; não altera o valor do direito à saúde de quem mora no território que votou diferente.

O ressentimento regional perde força quando a população encontra informação, reconhecimento e condições de viver melhor. Isso demanda comunicação respeitosa e políticas capazes de reduzir distâncias. O país não precisa esconder seus conflitos para permanecer unido. Precisa impedir que suas diferenças sejam convertidas numa explicação fácil para abandonar uns aos outros. Governar uma federação exige mais disposição de encontro do que entusiasmo para conferir a cor do mapa antes de atender o telefone.

1.5 – Governabilidade e governança em 2027

O horizonte do próximo ano reúne dois problemas relacionados. A governabilidade diz respeito às condições políticas de sustentar decisões, construir maiorias e administrar conflitos. A governança, na acepção adotada aqui, envolve os arranjos de coordenação, execução, participação e controle que permitem transformar decisões em ação pública. A distinção é útil: ter apoio para aprovar uma política e conseguir realizá-la são tarefas diferentes.

A reflexão de Sérgio Abranches (1988) sobre o presidencialismo de coalizão oferece um fundamento para compreender a necessidade de articular interesses num sistema marcado por pluralidade social e política. Aplicada ao momento atual, ela recomenda reconhecer que a vitória presidencial não produz, por si, maioria legislativa. A composição de uma coalizão requer compromisso sobre decisões e procedimentos de negociação. A composição e os incentivos dessa coalizão, porém, terão de ser examinados nas condições de 2027.

A governabilidade será negociada num Congresso cujas lideranças, partidos e bancadas possuem recursos e prioridades próprios. O governo terá de selecionar uma agenda, coordenar seus interlocutores e tornar compreensíveis os acordos. A existência de negociação não é sinal de falha democrática. Seu esvaziamento ocorre quando ninguém consegue identificar o programa que sustenta a aproximação. Uma coalizão pode estar numerosa na fotografia e bastante reduzida na hora de votar.

A pesquisa da *Quaest* mais recente acrescenta uma referência sobre o ambiente social dessa negociação, sem medir a sustentação parlamentar do governo. Aprovação pública pode fortalecer a capacidade de apresentar prioridades e defender escolhas, mas não se converte automaticamente em votos no Congresso. Do mesmo modo, a elevada disposição de torcer por bons resultados precisa encontrar políticas que possam ser

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

acompanhadas. A montagem da base e a construção da confiança social terão de avançar juntas, cada qual com suas exigências.

A governança colocará perguntas diferentes: quem coordena, quem executa, com quais recursos, que informação permite corrigir e a quem se presta contas? Pires e Gomide (2016), em comparação de programas federais, relacionam capacidades técnico-administrativas e coordenação à entrega de resultados, enquanto canais de interação política e participação favorecem aprendizado e inovação. A implicação para 2027 é que competência administrativa e capacidade de escuta precisam ser construídas conjuntamente. Boa intenção e influência parlamentar não substituem equipe, rotina e acompanhamento.

A federação atravessa as duas dimensões. Arretche (2012) demonstra a importância da regulação nacional e da atuação de estados e municípios na organização das políticas. Para esta conjuntura, o problema é articular direção comum e execução territorial, respeitando competências e reduzindo desigualdades de capacidade. Uma política pode receber aprovação nacional e encontrar dificuldades justamente no município com menos meios para executá-la. A coordenação precisa chegar antes que o problema seja explicado como simples falha local.

O horizonte é, portanto, de negociação política e exigência de capacidade estatal, não de comando presidencial ilimitado nem de paralisia antecipada. Governo, Congresso e entes federativos precisarão construir cooperação sob controles legítimos. A relação com o Judiciário deve preservar competências e garantias, sem esperar que decisões judiciais substituam continuamente a construção política. A estabilidade dependerá também da qualidade dos resultados e da possibilidade de a sociedade compreender e influenciar as escolhas.

1.6 – Montar o governo significa escolher um método

A organização da equipe para 2027 será uma primeira tradução da maioria eleitoral em capacidade de governo. Por se tratar de reeleição, a continuidade administrativa convive com a necessidade de rever prioridades, compor apoios e corrigir dificuldades. Não há um intervalo durante o qual os problemas possam aguardar a conclusão da nova arquitetura ministerial. O governo atual continua respondendo por suas decisões enquanto organiza o seguinte.

Em 6 de novembro, reportagem de Tainá Falcão registrou negociações para a futura equipe e a intenção presidencial de vincular a participação de partidos a compromissos com a agenda legislativa. O relato indica uma articulação em curso, não uma composição fechada. Nomes, quantidade de pastas e estimativas de apoio permanecem sujeitos a negociação e não devem ser tratados como resultado assegurado (Falcão, 2026).

O critério de avaliação será a relação entre representação política, competência e coordenação. A presença de partidos pode ampliar sustentação, mas a ocupação de um ministério não garante votos nem implementação. É necessário definir responsabilidades e compromissos verificáveis. A capacidade do governo se reduz quando suas áreas operam como territórios independentes ou quando cada conflito precisa chegar à mesa presidencial para receber solução.

A montagem também comunica quem será reconhecido como interlocutor. Diversidade social e regional, experiência de gestão e capacidade de diálogo não são apenas atributos ornamentais. Podem melhorar a compreensão de problemas e a qualidade das políticas. Seu efeito, contudo, depende de condições efetivas de atuação. Não basta exibir diversidade na posse se a possibilidade de influenciar permanece reservada aos mesmos círculos.

O final de 2026 será, assim, um teste de método. O governo precisará indicar prioridades e explicar o que espera de seus parceiros. À sociedade caberá avaliar o conteúdo dessa aproximação, sem confundir toda aliança com desvio nem aceitar qualquer acordo como preço inevitável. A governabilidade merece cuidado; o programa apresentado ao eleitor também. O desafio é impedir que a construção da base encontre pleno êxito justamente quando já não se consegue reconhecer o que ela foi chamada a sustentar.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

1.7 – Mercado e pressão social na disputa pelo próximo ano

A composição governamental ocorre sob pressões econômicas e sociais que não desaparecerão com a distribuição das pastas. Investidores, empresas e instituições financeiras observam regras, dívida, inflação e condições de investimento. Famílias e trabalhadores observam renda, custo de vida, serviços e perspectivas de proteção. Esses interesses se cruzam em parte e entram em conflito em outros pontos. O dever do governo é arbitrar escolhas, informar consequências e responder democraticamente por elas.

A palavra "mercado" não designa uma consciência única. Reúne agentes com interesses e horizontes diferentes. Seus sinais importam para financiamento, investimento e expectativas, mas não encerram o debate sobre prioridades. A avaliação de uma política deve incluir sustentabilidade e distribuição de seus custos. Confiança econômica e confiança social são exigências de governo, embora não se formem pelos mesmos meios nem possam ser tratadas como se uma fosse sempre consequência automática da outra.

Também a pressão social é plural. Sindicatos, organizações comunitárias, movimentos de moradia, representações empresariais e organizações de povos e territórios têm agendas diferentes e capacidade desigual de obter atenção. O desafio é criar procedimentos que permitam examinar essas demandas de maneira pública, evitando que o acesso permanente de alguns seja confundido com interesse geral. A ausência de uma pauta nas reuniões centrais pode refletir uma barreira de entrada, e não sua irrelevância para o país.

Para 2027, importa acompanhar o orçamento, as propostas econômicas efetivamente apresentadas e os mecanismos de participação. Anúncios precisam ser diferenciados de medidas aprovadas; promessas, de políticas financiadas. A responsabilidade fiscal não pode ser invocada para dispensar a discussão sobre quem paga a conta, assim como o compromisso social não autoriza desconsiderar os meios de sustentá-lo. A escolha pública exige que as duas perguntas sejam feitas antes de encerrar o assunto.

A participação que se ampliou nas urnas encontrará aqui seu teste de continuidade. Conselhos, audiências, organizações e interlocução territorial precisam ter retorno e possibilidade de influência. A pressão legítima não é um defeito a ser eliminado para o governo funcionar; pode oferecer informação e controle. A capacidade de ouvi-la sem prometer tudo a todos será parte da qualidade democrática da gestão. Uma reunião com fotografia registra presença. A participação precisa deixar alguma consequência quando as cadeiras já foram recolhidas.

1.8 – O horizonte que a conjuntura permite reconhecer

O Brasil que saiu das urnas oferece uma combinação exigente: decisão eleitoral legítima, participação ampliada, diferenças territoriais relevantes e desigualdade persistente de acesso ao poder. O mandato presidencial está definido, mas a confiança precisará ser renovada por decisões e resultados. Há campo tanto para cooperação como para interesses capazes de bloquear ou deformar políticas. Nenhuma dessas condições permite anunciar de antemão o sucesso ou o fracasso do próximo governo.

O que já pode ser afirmado é a necessidade de construir sustentação política com direção reconhecível; coordenar capacidades de execução; preservar cooperação federativa; e ampliar a participação de quem encontra mais barreiras para ser ouvido. A montagem ministerial, os compromissos partidários e o orçamento indicarão como essas tarefas começarão a ser enfrentadas. Serão sinais para acompanhar, não peças de uma profecia que precise acertar cada nome para demonstrar utilidade.

O reconhecimento da vitória não deve produzir desmobilização crítica. A oposição continua legítima, e o governo precisa responder ao conjunto da população. O respeito às diferenças regionais é parte dessa obrigação, assim como a recusa de subordinar direitos à conveniência de alianças. A capacidade de negociar terá valor democrático quando conservar relação com as necessidades que justificam a própria ação do Estado.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Para a presença pública da Igreja, o horizonte é de formação das consciências, defesa de direitos e apoio a condições reais de participação. O diálogo pode ajudar a atravessar conflitos sem negar sua existência. A atenção preferencial aos pobres pede que eles sejam reconhecidos como sujeitos de decisão, e não apenas como destinatários de cuidado. A tarefa de novembro é ajudar a sociedade a reconhecer o que o voto decidiu e o que continuará dependendo de sua responsabilidade. Em 2027, a democracia será cobrada também pela vida que conseguir proteger.

2 – LULA: O PROJETO E O RESULTADO

A vitória de Lula reúne duas evidências que precisam permanecer juntas: houve uma recuperação eleitoral expressiva e continuam abertas perguntas sobre a capacidade de renovar a ação governamental. A candidatura saiu do primeiro turno em desvantagem e construiu maioria na votação seguinte. Reconhecer esse resultado é necessário para compreender o alcance de sua liderança e da mobilização que a sustentou. Explicar como ele ocorreu exige, porém, mais que transformar o placar final numa avaliação favorável de tudo o que o antecedeu.

O resultado sugere uma capacidade de expansão que a primeira votação não havia revelado com a mesma intensidade. Também expõe um problema: por que um presidente com experiência, visibilidade e uma trajetória associada à proteção social precisou de uma reação tão concentrada na etapa final? A pergunta interessa menos à distribuição de méritos entre dirigentes do que ao futuro do governo. A recuperação merece ser compreendida; as condições que a tornaram necessária também.

A hipótese desta análise é que a vitória articulou memória social, defesa de direitos e disposição de participação, alcançando pessoas com diferentes graus de adesão ao governo. Essa combinação pode sustentar um novo ciclo político, mas não constitui, por si, uma agenda administrativa renovada. O desafio de 2027 será traduzir a energia eleitoral em prioridades, capacidades de execução e relações duradouras com a sociedade. A faixa presidencial tem grande valor simbólico; ainda assim, não vem acompanhada de um mecanismo automático de atualização do governo.

2.1 – A dimensão da virada e os limites de sua explicação

No primeiro turno, Lula recebeu 53.879.538 votos, diante de 56.104.503 de Flávio Bolsonaro. No segundo, alcançou 64.256.232, enquanto o adversário chegou a 59.826.041. A diferença inicial, de 2.224.965 votos em favor de Flávio, tornou-se uma vantagem de 4.430.191 para Lula. A mudança da margem entre os dois candidatos corresponde a 6.655.156 votos. Os totais da primeira votação constam da reprodução da base do TSE publicada pelo Eleitor Brasil; os da segunda, da divulgação do Tribunal (Eleitor Brasil, 2026; Brasil, 2026b).

Lula acrescentou 10.376.694 votos entre as duas etapas; Flávio, 3.721.538. Essa diferença de expansão é o ponto de partida da análise. Ela não permite, isoladamente, reconstituir o caminho individual dos eleitores. O crescimento pode reunir transferências de candidaturas eliminadas, comparecimento de pessoas antes ausentes, redução de brancos e nulos e mudanças de escolha entre os finalistas. A contabilidade informa os saldos, não entrega o itinerário de cada voto.

O segundo turno também modifica o contexto da decisão: a redução do número de candidaturas reorganiza alianças e concentra o debate. Por isso, crescer em percentual é um dado que precisa ser comparado com o avanço do adversário, com os votos absolutos e com a mudança da

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

margem. O resultado nacional mostra que Lula conseguiu ampliar apoio de maneira muito mais intensa. Identificar a contribuição de cada estratégia depende de pesquisa específica, não de uma explicação escolhida porque combina bem com a festa da vitória.

A apuração autoriza reconhecer o mandato e a capacidade de reação. Não demonstra adesão uniforme a todas as políticas, nem informa automaticamente quanto pesou cada mensagem. O exame das condições da campanha precisa conservar essa abertura. Uma interpretação séria não perde força ao reconhecer o que ainda não consegue medir; ganha condições de diferenciar observação, hipótese e preferência política.

2.2 – A mobilização que ultrapassou a estrutura da campanha

A presença nas ruas e no ambiente digital ganhou centralidade na reta final. Reportagem de 25 de outubro (de 2026) registrou a avaliação de integrantes da própria campanha de que parte relevante da mobilização ocorreu fora de sua estrutura imediata. O relato destaca atos públicos e circulação de mensagens em redes. É uma evidência sobre acontecimentos e sobre a percepção dos envolvidos, não uma medição independente da contribuição eleitoral de cada iniciativa (Moliterno, 2026).

A participação de jovens, movimentos, lideranças locais e eleitores que intensificaram sua atuação merece atenção justamente porque não pode ser reduzida a execução de ordens. Pessoas podem aderir a uma campanha sem aceitar a integralidade de suas orientações ou sem possuir vínculo partidário estável. A defesa de uma causa comum permite encontros temporários entre trajetórias diferentes. A candidatura se beneficia dessa disposição quando consegue dialogar com ela, em vez de pretender controlar cada linguagem e cada gesto.

Bennett e Segerberg (2013) oferecem uma chave para compreender formas de ação que combinam organizações e compartilhamento personalizado em redes digitais. Essa perspectiva ajuda a investigar a circulação da iniciativa: quem produz mensagens, como as pessoas se reconhecem nelas e de que modo a comunicação participa da organização. A mobilização precisa ser examinada também fora do comando central da campanha.

A relação entre ruas e redes também deve ser examinada como interação. Chadwick (2013) analisa um sistema no qual meios e práticas de comunicação de diferentes períodos se combinam na produção de influência. No caso brasileiro, essa abordagem recomenda investigar como uma manifestação presencial alimenta conteúdos digitais e como mensagens favorecem encontros e conversas fora das plataformas. Não se trata de escolher um vencedor entre o palanque e o celular. O eleitor continua sendo a mesma pessoa quando guarda o aparelho no bolso.

O desafio posterior é político. Se parte da energia veio de sujeitos que ampliaram sua participação por iniciativa própria, o governo precisará encontrar formas de escutá-los. Mobilização eventual pode produzir efeitos importantes e desaparecer quando a urgência diminui. Sua continuidade dependerá de espaços de participação, reconhecimento da autonomia e capacidade de influenciar decisões. Seria um desperdício chamar a sociedade para decidir o futuro e, depois, reservar-lhe apenas o direito de acompanhar a transmissão.

2.3 – A democracia como motivo de aproximação

A candidatura de Lula apresentou a eleição como escolha com consequências para direitos e instituições. Essa mensagem ofereceu um ponto de aproximação a eleitores que podiam conservar críticas ao governo e, ainda assim, considerar mais grave o risco representado pelo projeto adversário.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Essa composição ajuda a explicar politicamente a vitória, embora seu peso dependa de pesquisas sobre as motivações dos eleitores.

Há diferença entre adesão programática e apoio diante de uma decisão entre alternativas. A candidatura pode reunir pessoas convencidas de suas propostas e outras que julgam necessário preservar determinadas condições de convivência. Esse encontro amplia seu alcance, mas também torna o mandato mais heterogêneo. A vitória não apaga os motivos pelos quais parte desses apoiadores continuava insatisfeita. A lembrança de que ajudaram a eleger o presidente não elimina o direito de cobrar o que esperam dele.

O debate organizado por Przeworski, Stokes e Manin (1999) sobre representação e responsabilização ajuda a distinguir a escolha eleitoral do acompanhamento posterior de quem governa. Nesta conjuntura, a defesa da democracia ganha consistência quando se traduz em transparência, respeito à oposição e controle sobre o próprio Executivo. Não pode permanecer restrita à descrição dos riscos atribuídos ao adversário. O argumento que ajudou a ampliar a candidatura também aumenta a exigência sobre a conduta do governo eleito.

Há um limite estratégico a observar. A percepção de ameaça pode mobilizar com intensidade, mas não substitui indefinidamente a apresentação de um futuro desejável. Uma coalizão formada em torno da preservação das regras precisará discutir o que fazer dentro delas. Para continuar falando com quem se aproximou de modo crítico, o governo terá de oferecer razões positivas de confiança, com prioridades compreensíveis e resultados que possam ser reconhecidos.

O compromisso democrático não termina quando o resultado favorece a candidatura defendida. Sua prova seguinte aparece no tratamento da divergência, na qualidade da informação e na possibilidade de participação. Na presença pública da Igreja, esse critério permite reconhecer o valor da escolha sem transformar uma aliança eleitoral em obrigação de alinhamento permanente. A liberdade de apoiar precisa conservar a liberdade de perguntar.

2.4 – A memória da proteção social e seus efeitos políticos

A trajetória de Lula no enfrentamento da fome e da pobreza constitui um ativo de reconhecimento público. Para muitas pessoas, a avaliação de uma liderança passa por experiências de trabalho, renda e acesso a condições antes ausentes. Essa memória ajuda a tornar uma promessa inteligível e uma relação política duradoura. Ela não é um recurso abstrato de propaganda: pode estar ligada à história concreta de uma família e à maneira como interpretou mudanças em sua vida.

Ao analisar o realinhamento de 2006, Singer (2009) relaciona a formação do lulismo à combinação entre estabilidade e ação distributiva do Estado. O argumento permite compreender por que proteção social e expectativa de melhora material possuem relevância política. A interpretação de 2026 precisa considerar, porém, as mudanças no trabalho, na comunicação e na organização social, que alteram esses vínculos.

A defesa de direitos trabalhistas também pode dialogar com pessoas que enfrentam insegurança e jornadas exigentes. Entretanto, o alcance dessa mensagem depende de como ela encontra experiências de informalidade, trabalho em plataformas e múltiplas ocupações. Há trabalhadores para os quais a linguagem tradicional da representação social já não descreve toda a rotina. A candidatura precisa reconhecer esse deslocamento para que sua memória de proteção não pareça uma conversa sobre um mundo no qual o interlocutor ainda não conseguiu entrar.

A pesquisa reunida por Arretche, Marques e Faria (2019) permite situar proteção social, desigualdade e escolhas de governo no exame das políticas. A experiência acumulada oferece uma base de comparação, mas precisa continuar sujeita à avaliação. O valor de uma política aparece em

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

alcance, continuidade e condições de implementação. A lembrança pode aproximar; a confiança futura exige que a proteção continue funcionando diante de necessidades novas.

Também é preciso preservar a autonomia do eleitor. Reconhecer a contribuição do Estado para uma melhora de vida não cria obrigação de voto, assim como receber um benefício não define a consciência política de alguém. Políticas públicas concretizam direitos e decisões coletivas. A candidatura ganha credibilidade quando consegue explicar seu projeto sem tratar os destinatários dessas políticas como patrimônio eleitoral. O vínculo será mais sólido se puder conviver com crítica, em vez de depender de uma gratidão permanentemente cobrada.

2.5 – O alcance territorial da recuperação

A ampliação da candidatura de Lula não ficou restrita aos territórios em que já era majoritária. A comparação publicada por Natália Santos registra aumento da participação nos votos válidos para Lula em todas as unidades da Federação. O caso de São Paulo é ilustrativo: sua proporção passou de 38,2% para 46,15%, embora Flávio tenha permanecido vencedor no estado. Em Goiás, Lula também ampliou sua proporção sem inverter a liderança adversária (Santos, 2026).

Esses movimentos ajudam a compreender um resultado nacional que combina vantagens preservadas e distâncias reduzidas. A contribuição eleitoral de um território não depende apenas de quem terminou à frente nele. Em grandes eleitorados, a redução de uma diferença pode ter efeito relevante sobre o total do país. A interpretação melhora quando olha votos e margens, em vez de transformar cada unidade da Federação num troféu de tamanho idêntico.

O avanço em todos os estados não deve ser confundido com unanimidade territorial nem tomado isoladamente como prova da eficácia de uma estratégia específica. A passagem para uma disputa com dois finalistas altera a distribuição percentual. O dado politicamente relevante é como essa reorganização se relacionou com a vantagem final. Sua explicação exige examinar alianças, mobilização, rejeições e experiências locais, sem deduzir a trajetória de pessoas apenas do lugar onde residem.

A implicação para o governo é a necessidade de conservar disposição de diálogo em espaços adversos. A candidatura demonstrou capacidade de alcançar eleitores além de seus núcleos de apoio. A gestão precisará mostrar que o interesse por esses territórios prossegue depois da votação. A obrigação de governar para todos é constitucional e política; a experiência eleitoral acrescenta uma razão para não abandonar interlocuções que ajudaram a construir a maioria.

A vitória pode, portanto, ser lida como evidência de expansão, sem converter essa expansão em representação integral do país. O trabalho seguinte será reconhecer por que diferentes pessoas se aproximaram e o que esperam. O mapa informa onde a candidatura conseguiu chegar. Não resolve a tarefa de permanecer presente com políticas, escuta e respostas quando a campanha deixa de circular.

2.6 – O futuro ainda precisa ser apresentado com clareza

A memória das realizações ofereceu reconhecimento à candidatura, mas deixou em aberto a pergunta sobre a especificidade de um quarto mandato. A crítica não depende de afirmar ausência de programa formal. O problema político é outro: quais prioridades ficaram suficientemente compreensíveis para o eleitor, como se distinguem da continuidade e de que modo responderão a condições que mudaram? Um conjunto de propostas pode existir e, ainda assim, não se tornar uma imagem reconhecível de futuro.

A análise considera que essa passagem permaneceu insuficientemente consolidada. O recurso à trajetória de Lula e à preservação de conquistas foi capaz de sustentar confiança, mas também pode

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

ter limitado a apresentação do que precisaria ser revisto. Renovar a agenda não significa abandonar experiências anteriores. Significa explicitar o que se aprendeu com seus limites e que escolhas serão diferentes diante de trabalho precário, violência, mudanças tecnológicas e serviços cuja qualidade continua desigual.

Singer (2018), ao examinar os conflitos do período Dilma, oferece elementos para pensar a relação entre projetos de transformação, alianças e sustentação social. A formulação de uma agenda não se separa das condições políticas de realizá-la. Um quarto mandato precisará tornar visíveis tanto suas prioridades quanto os caminhos de negociação e mobilização que poderão sustentá-las.

A comunicação desse projeto exige hierarquia. Se toda iniciativa aparece como igualmente decisiva, o eleitor encontra dificuldade para compreender direção e sequência. Se a viabilidade fica inteiramente implícita, a promessa perde capacidade de orientar expectativas. O governo terá de explicar o que começa primeiro, quais condições permitem avançar e onde existem limites. A população pode conviver com uma escolha difícil; costuma ter mais dificuldade quando descobre a escolha depois que já foi informada de que estava decidida.

O resultado abre uma oportunidade para esse esclarecimento, mas não o realiza. A confiança obtida na reta final poderá se desgastar se a reorganização administrativa parecer apenas recomposição de forças conhecidas. A pergunta sobre o novo mandato precisa receber uma resposta que possa ser acompanhada. A experiência é valiosa; seu melhor uso inclui reconhecer quando a repetição deixou de ser suficiente.

2.7 – A comunicação diante da vida que permanece difícil

Parte da dificuldade de representação pode estar na distância entre os indicadores apresentados e a experiência do cotidiano. Uma família pode reconhecer emprego e renda em melhora e continuar pressionada por aluguel, alimentação, transporte e dívidas. A desaceleração dos preços não devolve automaticamente o valor anterior dos produtos. A rotina de serviços e a exposição à violência também influenciam o julgamento. A candidatura precisava alcançar essa combinação, sem exigir que o eleitor escolhesse entre reconhecer um avanço e descrever uma dificuldade.

A explicação não pode ser reduzida a deficiência de divulgação. Há problemas de acesso, qualidade e continuidade que exigem ação administrativa. Uma mensagem mais próxima pode melhorar a compreensão; não faz o ônibus chegar nem reduz a espera pelo atendimento. A comunicação ganha credibilidade quando ajuda a interpretar uma experiência e apresenta meios de enfrentá-la. Quando tenta substituir a experiência por uma versão mais conveniente, passa a disputar autoridade justamente com quem precisa ser ouvido.

É relevante investigar por que pessoas alcançadas por políticas públicas podem não se reconhecer no discurso governamental. Pierson (1993) mostra que políticas também produzem efeitos políticos por meio dos recursos, incentivos e interpretações que oferecem aos atores. Aplicada a este caso como hipótese de análise, essa perspectiva recomenda perguntar como uma melhoria é percebida, a quem é atribuída e que expectativas produz. Benefício material e identificação política não precisam caminhar no mesmo ritmo.

A reação concentrada no segundo turno não esclarece por que essas dificuldades não foram enfrentadas antes com intensidade semelhante. É necessário examinar os mecanismos de escuta, o tratamento dado a críticas e a circulação de informações entre território e governo. Se uma insatisfação só adquire relevância depois de aparecer na pesquisa eleitoral, o problema pode estar na rotina de interlocução. A urgência da campanha ilumina distâncias que a administração já deveria ter condições de reconhecer.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Para 2027, renovar comunicação significará também renovar relações. Ouvir trabalhadores informais, usuários de serviços e organizações comunitárias não pode se limitar à coleta de exemplos para uma peça publicitária. A escuta precisa permitir revisão de decisões e retorno às pessoas. O apoio cresce quando alguém percebe que sua descrição da vida foi considerada. A melhor apresentação do governo será sempre ajudada por uma política que consiga confirmar, fora da tela, o que a mensagem promete.

2.8 – A liderança que reúne e o campo que precisa se renovar

A força pessoal de Lula foi central para reunir apoios, negociar aproximações e dar identidade à candidatura. Sua trajetória oferece reconhecimento que nenhuma reorganização de comunicação conseguiria produzir em poucas semanas. Esse recurso tem valor político e também revela uma vulnerabilidade: a capacidade de mobilizar parece continuar mais concentrada no líder do que distribuída entre organizações e novas lideranças com alcance nacional equivalente. A vulnerabilidade está na concentração de recursos políticos, e não na ausência presumida de qualquer sucessor possível.

Manin (1997) oferece instrumentos para pensar transformações da representação em que a relação com lideranças e a comunicação pública adquirem relevância. A aplicação ao caso atual permite perguntar como a confiança pessoal é convertida em capacidade institucional. O protagonismo de Lula pode facilitar um acordo e aproximar eleitores; não dispensa equipes, formação de quadros e canais que funcionem sem sua intervenção direta em cada dificuldade.

A renovação não se mede apenas pela idade de quem ocupa cargos. Envolve experiência social, autonomia para propor e condições de demonstrar capacidade. Lideranças locais, mulheres, jovens e representantes de realidades pouco ouvidas precisam encontrar caminhos efetivos de participação. A presença na fotografia não equivale à possibilidade de influenciar. Um campo político se torna mais consistente quando consegue aprender com essas experiências e admitir formas de linguagem que não sejam apenas repetição da voz principal.

Há ainda a relação entre governo e organização social. Apoios mobilizados na campanha precisam conservar capacidade crítica e agenda própria. Sua força não deveria depender da proximidade com cargos ou da repetição de orientações oficiais. O governo ganha interlocutores mais úteis quando eles conseguem apresentar problemas antes que se tornem crises. A autonomia pode produzir conversas desconfortáveis; costuma oferecer informação melhor que a unanimidade mantida por conveniência.

A sucessão será uma questão inevitável, mas antecipá-la como disputa permanente pode consumir a energia necessária ao mandato. A prioridade é construir condições de continuidade do projeto para além de uma pessoa, com resultados e responsabilidades compartilhadas. Lula não precisa reduzir sua liderança para favorecer esse processo. Precisa exercê-la de modo que outras capacidades consigam crescer. A experiência de reunir não deve terminar na dificuldade de distribuir espaço.

2.9 – A ação governamental sob exame público

Medidas anunciadas em período eleitoral precisam ser avaliadas por seu fundamento, financiamento, alcance e continuidade. A relevância de um objetivo social não dispensa o exame dos meios utilizados. Ao mesmo tempo, sua proximidade com a votação não demonstra, por si, abuso ou capacidade de alterar o resultado. É necessário individualizar atos, distinguir proposta de norma vigente e verificar o que foi executado. O calendário importa, mas não substitui prova.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Em 5 de novembro (de 2026), o TSE informou a admissão de ação apresentada pelo Partido Novo contra Lula e Geraldo Alckmin para apurar alegações de abuso de poder político. O Tribunal registrou que o recebimento não representa julgamento sobre a existência de abuso nem sobre eventual cassação. Entre os atos citados pela legenda estão o reajuste do Bolsa Família e iniciativas relativas aos combustíveis. As alegações permanecem sujeitas à defesa e à apuração; seu recebimento não as transforma em fatos estabelecidos[2].

O episódio recomenda uma dupla responsabilidade: garantir o exame institucional das acusações e preservar as garantias de quem é investigado. A vitória não encerra o controle sobre a conduta da administração; a abertura de uma ação também não altera, por si, o resultado proclamado. O debate público precisa manter essa distinção, sobretudo quando uma narrativa pretende converter uma etapa processual em decisão definitiva antes da produção e do exame das provas.

Há um plano de avaliação política que permanece mesmo quando não se identifica irregularidade. Anúncios geram expectativas e precisam encontrar recursos, execução e acompanhamento. O cidadão tem direito de saber se uma iniciativa continua depois da campanha, com que cobertura e em quais condições. A publicidade do compromisso não pode ser mais duradoura que a possibilidade de o realizar. Governar envolve responder pelo que foi prometido quando a atenção estava concentrada na disputa.

O critério democrático é a prestação de contas. Isso inclui transparência sobre custos e resultados e disposição para rever escolhas. Também exige cautela ao atribuir efeito eleitoral específico: uma medida popular pode ter relevância social e política, mas sua contribuição para a votação precisa ser demonstrada por investigação adequada. A análise ganha precisão quando não utiliza a importância da causa para dispensar o procedimento, nem o procedimento para presumir a conclusão.

2.10 – O mandato que poderá aprender com a campanha

A virada mostra que a candidatura encontrou recursos para ampliar sua presença e reunir uma maioria. A mobilização popular, a defesa de direitos, a memória de proteção social e a expansão territorial formam uma interpretação plausível desse movimento. Seu peso relativo permanece aberto à pesquisa. O resultado merece reconhecimento, sem encerrar o exame da dificuldade de apresentar o futuro, da distância em relação ao cotidiano e da concentração de confiança na liderança pessoal.

O início do próximo mandato oferecerá sinais sobre a aprendizagem produzida. A definição de prioridades, a qualidade das equipes, a rotina de escuta e a prestação de contas permitirão observar se houve renovação. Também importará acompanhar como a energia da campanha será recebida: com espaços de influência e autonomia ou apenas com novas convocações quando aparecer outra urgência. A participação pode sustentar um governo, mas precisa conservar capacidade de dizer o que ele ainda não percebeu.

A alternativa não se resume a mudar tudo ou preservar tudo. É possível consolidar políticas que ofereceram proteção e rever práticas que perderam capacidade de resposta. Essa combinação exige explicação pública, pois a população precisa compreender o sentido das escolhas e os meios de

[2] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Corregedor-geral admite ação do Novo contra Lula e Alckmin por suposto abuso do poder político.** Brasília, DF: TSE, 5 nov. 2026. Atualizado em 6 nov. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Novembro/corregedor-geral-admite-acao-do-novo-contra-lula-e-alckmin-por-suposto-abuso-do-poder-politico-nas-eleicoes. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

realizá-las. O presidente poderá utilizar a legitimidade da vitória para enfrentar limites conhecidos; poderá também interpretá-la como confirmação suficiente da rotina anterior. São caminhos que produzirão relações diferentes com a sociedade.

A contribuição da Igreja exige critérios de avaliação independentes das conveniências do apoio eleitoral. A proteção dos pobres, a qualidade da democracia e a dignidade do trabalho devem orientar a leitura das decisões futuras. Reconhecer a oportunidade aberta pela vitória não exige suspender essa liberdade. A contribuição pública da Igreja será mais consistente se conseguir acompanhar o governo com abertura ao diálogo e atenção às consequências para quem dispõe de menos proteção.

A pergunta que permanece é se o quarto mandato conseguirá transformar recuperação eleitoral em renovação política. O segundo turno revelou uma disposição de participação que merece continuidade. Aproveitá-la exigirá mais do que reproduzir com maior alcance o que já era conhecido. O governo precisará mostrar que aprendeu também com os eleitores que se aproximaram na última hora e com aqueles que, mesmo reconhecendo políticas importantes, continuam esperando que sua vida difícil seja compreendida sem precisar virar notícia de campanha.

3 – FLÁVIO BOLSONARO: FORÇA ELEITORAL E O PÓS-ELEIÇÃO

Flávio Bolsonaro perdeu a eleição presidencial, mas a votação que recebeu impede qualquer análise confortável sobre o desaparecimento do campo que representou. Os 59.826.041 votos, equivalentes a 48,21% dos válidos, constituem uma presença política de primeira grandeza. Lula venceu com 64.256.232 votos, ou 51,79% (Brasil, 2026b). A democracia reconhece quem formou a maioria e preserva a cidadania de quem votou em outra candidatura. A urna encerra uma disputa; não dispensa o país de compreender seus eleitores.

A questão é explicar como uma candidatura liderou o primeiro turno, preservou uma base extensa e, ainda assim, encontrou dificuldades para reunir a maioria necessária na segunda votação. A resposta passa pela insatisfação com o governo, pelas redes de organização e pela representação de valores e expectativas. Passa também pelos limites da oferta apresentada e pelas resistências que a candidatura não conseguiu superar. Nenhuma dessas dimensões deve ser transformada em explicação única.

O pós-eleição acrescentou um problema próprio. O reconhecimento do resultado pelo PL, a intenção anunciada por Flávio de liderar a oposição e sua posterior saída para os Estados Unidos compõem movimentos distintos, com consequências para sua autoridade política. A investigação no STF exige acompanhamento rigoroso, garantias processuais e prestação de contas. O país pode examinar a conduta de um senador sem antecipar sentença e pode respeitar seus eleitores sem lhes pedir que respondam por cada decisão dele.

3.1 – Uma votação que reúne razões diferentes

A liderança no primeiro turno indicou capacidade de reunir uma parcela expressiva do eleitorado antes da concentração da disputa em dois nomes. O boletim do TSE publicado com 99,99% das urnas apuradas registrava Flávio com 47,03% e Lula com 45,16%. É um retrato praticamente completo daquela etapa, suficiente para estabelecer a vantagem inicial, embora não deva ser

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

confundido com uma extração final dos dados[3]. Na segunda votação, a candidatura ampliou seu total, mas foi ultrapassada por uma expansão maior do adversário.

Esse resultado não autoriza tratar quase 60 milhões de pessoas como participantes de uma mesma convicção política. Podem coexistir adesão à família Bolsonaro, rejeição ao PT, avaliação negativa da gestão, preferências econômicas, preocupação com a segurança e vínculos religiosos. Há também escolhas feitas entre alternativas que o eleitor considerava insatisfatórias. Reconhecer essa diversidade não dissolve responsabilidades; permite localizar melhor a responsabilidade de cada ator.

Samuels e Zucco (2018) mostram a importância das afinidades e das rejeições partidárias para compreender o voto brasileiro. Seu estudo oferece uma distinção útil entre apoiar uma organização e organizar a própria escolha contra outra. Aplicada a 2026, essa abordagem recomenda investigar os motivos da votação sem pressupor que todo eleitor de Flávio aderiu integralmente ao programa, ao comportamento público ou às alianças do candidato. Essas diferenças devem orientar o exame dos dados e a escuta dos eleitores.

Borges e Vidigal (2018), ao examinar disputas anteriores, também questionam leituras que deduzem do antipetismo uma identidade ideológica uniforme. A rejeição pode reunir pessoas com expectativas diferentes sobre o governo que desejam. Somar votos é uma operação precisa; somar razões exige mais cuidado. A planilha aceita todos na mesma coluna, mas a vida política costuma pedir outras páginas.

Para o governo reeleito, isso implica ouvir insatisfações sem presumir hostilidade permanente. Para a oposição, implica reconhecer que a votação recebida não funciona como autorização ilimitada. O eleitor pode ter escolhido uma candidatura por esperar emprego, segurança ou mudança administrativa. A liderança que converter toda essa expectativa em fidelidade pessoal corre o risco de falar em nome de pessoas que já começaram a procurar outra resposta.

3.2 – O desejo de mudança e as dificuldades do cotidiano

A campanha encontrou um terreno relevante entre pessoas que desejavam mudança. Uma análise responsável precisa considerar o peso possível do custo de vida, da insegurança, da precariedade do trabalho e das dificuldades de acesso aos serviços. São dimensões em que a avaliação do governo se forma por experiências concretas. Um indicador nacional favorável pode coexistir com a percepção de abandono em um bairro ou com uma renda que termina antes do mês.

O resultado é compatível com a existência dessa demanda, mas não informa sozinho quantos votos cada problema produziu. Para avaliar sua intensidade e sua distribuição, são necessárias pesquisas individuais, séries de avaliação e estudos territoriais. A cautela evita substituir o eleitor real por um personagem que explica, com admirável obediência, a tese de quem escreve. Compreender a insatisfação requer perguntar também o que as pessoas esperavam que Flávio fizesse para enfrentá-la.

A capacidade de reunir o descontentamento constituiu um recurso da candidatura. Sua dificuldade apareceu na passagem entre identificar problemas e oferecer confiança sobre as soluções. Segurança pública exige articulação federativa, investigação e gestão; economia envolve escolhas

[3] BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Flávio Bolsonaro (PL) e Lula (PT) vão disputar o 2º turno para a Presidência da República.** Brasília, DF: TSE, 5 out. 2026. Atualizado em 21 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/flavio-bolsonaro-e-lula-vao-disputar-o-2o-turno-para-a-presidencia-da-republica. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

distributivas e financiamento; melhorar serviços depende de administração e continuidade. A disposição de trocar o governo pode abrir a conversa, mas não responde a essas exigências.

A oposição terá oportunidade de aprofundar esse debate. Poderá apresentar propostas verificáveis, examinar os resultados da gestão e disputar prioridades. Também poderá preferir a conservação de um estado permanente de indignação. A primeira via exige trabalho de elaboração e admite negociações; a segunda oferece retorno mais rápido nas redes, com risco de deixar sem encaminhamento os problemas que sustentaram a votação.

3.3 – Redes que conservaram capacidade de mobilização

O bolsonarismo demonstrou continuidade eleitoral depois da derrota presidencial de 2022. A votação de Flávio e a dimensão da bancada eleita pelo PL mostram que esse campo preservou capacidade de disputar poder. Não esclarecem, isoladamente, como cada rede funcionou. O exame precisa alcançar lideranças locais, relações partidárias, grupos digitais e formas de sociabilidade que mantêm a política presente entre uma eleição e outra.

Bennett e Segerberg (2013) estudam formas de ação coletiva em que a comunicação personalizada e o compartilhamento digital participam da organização. A perspectiva ajuda a investigar como pessoas fazem circular mensagens por iniciativa própria e como uma campanha se beneficia de vínculos que não controla integralmente. Sua aplicação pede cuidado: a existência de muita circulação não demonstra, por si, persuasão, representatividade ou mudança de voto.

Chadwick (2013) analisa a interação entre meios, atores e práticas de diferentes períodos no sistema de comunicação política. Isso recomenda observar a passagem entre televisão, plataformas, lideranças presenciais e conversas cotidianas. A mensagem recebida no telefone ganha sentidos no ambiente em que circula. O mesmo conteúdo pode reforçar uma convicção, provocar rejeição ou ser simplesmente ignorado.

A organização que conserva sua base pode encontrar dificuldades quando precisa conversar com quem está fora dela. Linguagens eficazes entre apoiadores podem parecer ameaçadoras ou pouco convincentes a eleitores menos identificados. A repetição intensa de uma mensagem demonstra disciplina de circulação; sua capacidade de ampliar confiança precisa ser examinada separadamente. O grupo de mensagens oferece companhia, mas não deveria ser confundido com uma amostra do país.

No pós-eleição, a pergunta será como essa infraestrutura se relacionará com as instituições. Ela pode divulgar propostas, acompanhar votações e cobrar resultados. Pode também difundir suspeitas sem documentação e converter cada divergência em ameaça existencial. A análise deve acompanhar conteúdos, autores e efeitos observáveis, preservando a liberdade de expressão e a responsabilidade por condutas concretas.

3.4 – O Congresso e os governos dão continuidade à disputa

O PL elegeu 121 deputados federais, a maior bancada da Câmara, correspondente a aproximadamente 23,6% das 513 cadeiras, segundo a Agência Senado, com dados da Câmara[4]. Essa presença assegura recursos institucionais para a atuação política. A derrota na Presidência convive,

[4] BRASIL. Senado Federal. **Câmara: PL obtém a maior bancada; federação PT-PCdoB-PV é a segunda força.** Brasília, DF: Agência Senado, 5 out. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/05/camara-pl-obtem-a-maior-bancada-federacao-pt-pcdob-pv-e-a-segunda-forca. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

portanto, com uma posição relevante na formação da agenda legislativa e na fiscalização do Executivo.

Os 121 deputados não constituem maioria absoluta da Casa. Também não devem ser tratados como expressão automática da vontade pessoal de Flávio. Bancadas reúnem interesses estaduais, trajetórias próprias e diferentes cálculos sobre orçamento, liderança e participação nas decisões. A capacidade de influenciar o governo dependerá das relações com outros partidos e dos temas em votação. A aritmética parlamentar merece respeito, sobretudo quando a retórica anuncia uma maioria antes de conversar com os seus integrantes.

Abranches (1988) oferece uma referência para compreender a combinação entre Presidência, representação multipartidária e formação de coalizões no Brasil. Para 2027, a questão envolve a construção de maiorias em um ambiente no qual o principal partido da candidatura derrotada dispõe de uma bancada ampla. Isso eleva o custo da negociação, mas não determina antecipadamente paralisia, adesão ao governo ou unidade de toda a oposição.

Os governos estaduais e as lideranças regionais do campo que apoiou Flávio acrescentam outra dimensão. Governadores precisam entregar serviços, administrar contas e negociar com a União. Mesmo quando preservam oposição política, enfrentam incentivos à cooperação em questões concretas. O acompanhamento deve observar como essas necessidades interferem na relação com a liderança nacional e na formação de alternativas futuras.

Uma oposição com presença institucional pode contribuir para corrigir decisões, melhorar projetos e exigir transparência. Pode também tentar transferir ao funcionamento do Estado a frustração da derrota presidencial. A diferença aparecerá nas votações, nas propostas e nos acordos. Governabilidade interessa à população que depende dos serviços; não é um favor pessoal ao presidente eleito.

3.5 – Fé e política entre aproximação e autonomia

A aproximação com segmentos evangélicos e católicos conservadores integra o exame da candidatura de Flávio Bolsonaro. Seu alcance precisa ser demonstrado por pesquisas, distinguindo a preferência dos fiéis, o apoio de lideranças e as posições de instituições. Nenhum desses níveis substitui os demais. Uma manifestação de apoio tem importância política, mas não autoriza atribuir a mesma escolha a toda uma comunidade religiosa.

As pessoas podem aproximar fé e voto por preocupações com família, liberdade religiosa, educação, segurança ou reconhecimento social. Podem também divergir, dentro da mesma tradição, sobre economia, proteção social e direitos. A análise ganha precisão quando examina essas mediações. Perde quando trata a religião como explicação pronta ou presume que o fiel recebeu uma orientação e deixou de pensar.

A relação merece avaliação ética quando a autoridade espiritual é mobilizada para restringir a liberdade de consciência, transformar adversários em inimigos da fé ou oferecer garantias religiosas a decisões partidárias. Esses critérios valem para qualquer candidatura. A crítica precisa alcançar práticas identificáveis e preservar a dignidade das pessoas. O discernimento cristão não melhora quando o desacordo político passa a funcionar como exame de admissão à comunidade.

Francisco (2020, n. 180-182), na *Fratelli tutti*, vincula a caridade política à busca efetiva do bem comum. Essa referência permite avaliar projetos por suas consequências para a vida das pessoas e pela qualidade das relações sociais que promovem. A contribuição eclesial pode cobrar compromisso com os pobres, liberdade e responsabilidade pública, conservando sua independência diante de governos e oposições.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Para a Igreja Católica no Brasil, haverá uma tarefa de escuta e formação. Muitos fiéis votaram em Flávio, outros em Lula e outros não escolheram nenhum dos dois. A vida comunitária precisa permitir a continuidade dessa convivência e o exame crítico das escolhas. Isso exige enfrentar a manipulação religiosa sem humilhar os que foram alcançados por ela e abrir espaço para quem tem perguntas que a linguagem partidária não acolhe.

3.6 – A ampliação que encontrou resistências

A vantagem inicial não se converteu em maioria presidencial. O crescimento de Flávio no segundo turno existiu, mas foi insuficiente diante da expansão de Lula. A constatação delimita o problema; não identifica sua causa. É necessário investigar quais eleitores permaneceram resistentes, quais alianças tiveram alcance e como foram recebidas as propostas e os sinais políticos da campanha.

A ligação com Jair Bolsonaro ofereceu reconhecimento e continuidade a uma base organizada. Também pode ter alimentado receios associados às tensões institucionais e aos ataques ao sistema eleitoral. É uma hipótese plausível, cujo peso nesta eleição depende de evidência específica. A análise não deve transformar uma associação politicamente compreensível em explicação quantitativa que os dados apresentados não permitem estabelecer.

Levitsky e Ziblatt (2018) destacam a importância das normas e dos comportamentos das lideranças para a preservação democrática. A referência ajuda a examinar como o compromisso com as regras é comunicado e praticado. Para conquistar eleitores que receiam conflitos institucionais, declarações ocasionais podem ser insuficientes quando convivem com sinais contraditórios. O vínculo entre mensagem e conduta será acompanhado também depois da eleição.

A agenda positiva enfrentou uma exigência semelhante. O desejo de mudança e a crítica ao PT podiam reunir apoios, mas a ampliação dependia de respostas convincentes sobre renda, trabalho, proteção social e capacidade de governar. Não cabe presumir inexistência de programa formal. A questão é se as prioridades ficaram compreensíveis e se a candidatura transmitiu confiança suficiente sobre sua execução e seus custos.

O antipetismo continuará relevante, mas sua capacidade de reunir maioria tem limites. Rejeitar o governo não implica aceitar qualquer alternativa. O desafio da oposição será apresentar um projeto capaz de ser examinado por seus próprios compromissos. Quando a proposta depende excessivamente do adversário para adquirir sentido, a derrota deixa uma pergunta incômoda sobre o que ainda se pretende construir.

3.7 – O resultado e as manifestações que se seguiram

Em 26 de outubro (de 2026), o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, reconheceu em nota a vitória de Lula, mantendo questionamentos sobre medidas governamentais durante a campanha (Ferreira, 2026). A manifestação partidária deve ser registrada em seu alcance próprio. Reconhecer o resultado permite continuar a disputa política e apresentar questionamentos pelos meios previstos, sem suspender a legitimidade da escolha proclamada.

No mesmo dia, reportagem de Carolina Linhares e Thaísa Oliveira (2026) registrou mudança de tom de Flávio, que anunciou a intenção de organizar a oposição e conferir ao Congresso um papel central nessa atuação, depois de contestar o resultado na noite eleitoral. O relato também indicou a orientação da direção do PL de não endossar a tese de fraude. Isso não autoriza fundir as posições do partido e do candidato em uma declaração única, nem pressupor estabilidade posterior.

O controle judicial dos atos de campanha integra a democracia. Quem apresenta uma alegação precisa individualizar fatos, trazer elementos e se submeter ao procedimento. O reconhecimento da

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

derrota não elimina esse direito. Tampouco uma ação protocolada demonstra a veracidade de suas acusações. O debate público precisa acompanhar o que se alega, o que se prova e o que efetivamente é decidido.

A dificuldade surge quando a contestação deixa de apontar fatos verificáveis e passa a sugerir que qualquer vitória adversária seria impossível ou ilegítima. Esse comportamento torna a alternância dependente da aprovação de quem perdeu. A regra democrática exige uma disposição mais trabalhosa: aceitar que os outros podem formar maioria e continuar a enfrentá-los politicamente dentro das instituições.

3.8 – A saída para os Estados Unidos e a investigação no STF

A saída para os Estados Unidos, em contexto de restrições judiciais, alterou o sentido político do pós-eleição. Em nota de 28 de outubro (de 2026), a Polícia Federal informou que representara ao STF por medidas cautelares na PET nº 16877/DF, incluindo apreensão de passaportes e proibição de saída do país. Registrou o cancelamento dos documentos brasileiros, a intimação para entrega de eventuais passaportes de outras nacionalidades e seu descumprimento. Informou ainda não haver registro oficial de saída pelos controles migratórios e esclareceu que restrições documentais, por si, não caracterizam a condição de foragido[5].

No mesmo dia, a agência de notícias Reuters noticiou o desembarque de Flávio em Miami, com base em imagens de sua equipe de televisão. A reportagem relacionou a ordem sobre os passaportes a uma investigação por suspeita de lavagem de dinheiro (Reuters, 2026). Esses elementos sustentam a análise da saída em contexto de restrição judicial. Não permitem antecipar culpa pelos fatos investigados nem estabelecer, sem outras provas, todos os detalhes do deslocamento ou a responsabilidade de terceiros.

A repercussão política ultrapassa a discussão sobre a classificação jurídica da situação. O candidato anunciou disposição de liderar a oposição e, em seguida, passou a atuar fora do país em circunstâncias que exigem explicação pública. Surge uma tensão entre a responsabilidade reivindicada e a disponibilidade para exercê-la junto ao partido, ao Parlamento e aos eleitores. A conexão pela internet preserva presença comunicacional; a liderança institucional precisa de outras formas de presença.

Entre apoiadores, a saída pode alimentar uma narrativa de perseguição e conservar a mobilização. Entre aliados interessados em governar estados e organizar a atuação parlamentar, pode ampliar dúvidas sobre continuidade e coordenação. Para eleitores menos identificados, pode afetar a confiança em sua disposição de responder pelas próprias decisões. São possibilidades de repercussão a acompanhar, sem atribuir a toda a sociedade uma reação que ainda exige pesquisa.

A condição de investigado assegura defesa, presunção de inocência e controle sobre as medidas adotadas. Também impõe cumprimento das decisões enquanto vigentes, com uso dos recursos cabíveis para contestá-las. A votação recebida não elimina esse dever. Da mesma forma, a derrota eleitoral não reduz garantias jurídicas. O processo deve responder aos fatos e ao direito, com fundamentação e possibilidade de impugnação.

A atuação do STF merece escrutínio público quanto à competência, à necessidade e à proporcionalidade das decisões, nos limites do acesso aos autos. A nota da PF não substitui o exame

[5] BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Polícia Federal investiga descumprimento de ordens judiciais por investigado.** Brasília, DF: MJSP, 28 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/nota-a-imprensa-43/. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

integral do processo. Criticar uma medida específica, com argumentos jurídicos, é diferente de atribuir ilegitimidade a toda a instituição. O rigor dessa distinção protege tanto a investigação quanto quem é investigado.

3.9 – O apoio externo e a política que continuará no Brasil

A permanência de Flávio Bolsonaro nos Estados Unidos insere sua atuação num ambiente que também mudou. As projeções divulgadas depois das eleições americanas de 3 de novembro (de 2026) indicaram a conquista do controle da Câmara e do Senado pelo Partido Democrata (Caetano; Teixeira, 2026). O resultado cria um horizonte de maior fiscalização parlamentar sobre o governo Trump a partir da nova legislatura. Não implica alteração automática de decisões migratórias nem permite antecipar o tratamento de um caso individual.

Para o campo político de Flávio, o significado mais amplo é que a proximidade com uma liderança estrangeira não assegura influência estável sobre o conjunto das instituições daquele país. Governo, Congresso, Justiça e autoridades administrativas possuem competências e incentivos próprios. A diplomacia pessoal pode produzir acesso e visibilidade; seus limites aparecem quando é apresentada como garantia de proteção ou como substituta da legitimidade construída no Brasil.

A ligação com redes internacionais pode continuar oferecendo recursos de comunicação e apoio político. Sua eficácia doméstica dependerá de como será recebida pelos eleitores e pelas lideranças locais. O recurso a pressões externas contra instituições brasileiras pode produzir resistência mesmo entre pessoas que criticam o governo. A soberania não perde importância quando a preferência partidária muda de lado.

O futuro da oposição será decidido principalmente por sua atuação no país. Governadores, parlamentares, partidos e organizações sociais continuarão enfrentando problemas concretos. A distância de Flávio pode abrir espaço para outras lideranças, mas essa possibilidade não equivale a uma sucessão consumada. O desempenho de cada ator e a capacidade de oferecer respostas terão peso maior do que anúncios antecipados de herança eleitoral.

3.10 – A oposição diante da responsabilidade de propor

A eleição deixa um campo de oposição com força social e institucional, mas sem garantia de direção única. A votação presidencial, a bancada parlamentar e os governos aliados oferecem condições para uma atuação duradoura. A liderança pessoal de Flávio dependerá de como enfrentar a derrota, responder às questões judiciais e participar da construção de uma agenda que alcance quem permaneceu fora de sua base.

Uma alternativa democrática e programática poderá ser reconhecida por seus compromissos públicos, pela disposição de submeter propostas a exame e pelo respeito à legitimidade dos adversários. Isso não exige oposição moderada em todas as matérias nem concordância com o governo. Exige que a disputa preserve condições de alternância e não trate direitos, instituições e serviços públicos como instrumentos de retaliação.

O governo reeleito também terá responsabilidade nesse ambiente. Ouvir o descontentamento, responder a críticas fundamentadas e cumprir compromissos reduz a distância entre representação e vida cotidiana. A derrota de Flávio não dispensa Lula de melhorar a gestão. A democracia funciona melhor quando o governante não precisa da fragilidade do adversário para justificar suas próprias insuficiências.

Para a Igreja, o acompanhamento deverá conservar critérios independentes: dignidade humana, defesa dos pobres, liberdade de consciência, paz e responsabilidade institucional. Será

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

necessário conversar com quem votou em Flávio sem transformar a escolha em definição total da pessoa e cobrar de suas lideranças o mesmo respeito à lei exigido de qualquer outro ator público. A comunhão eclesial comporta divergência política; a instrumentalização da fé empobrece ambas.

A pergunta que permanece é se essa força eleitoral encontrará capacidade de elaboração e responsabilidade compatíveis com o país que pretende governar. A resposta começará nas decisões tomadas agora: como reconhecer o resultado, exercer a oposição, responder à Justiça e apresentar propostas. Quase 60 milhões de votos merecem ser compreendidos. Seus eleitores também merecem lideranças dispostas a responder pelo que fazem depois de recebê-los.

4 - CONTINUIDADES E MUDANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL NO CENÁRIO PÓS-ELEITORAL

As eleições nacionais de 2026 trouxeram algumas novidades na composição partidária do Congresso Nacional, com destaque para o avanço da oposição ao Governo Lula na Câmara dos Deputados[6] e no Senado Federal[7]. Avançou também o processo de renovação de lideranças políticas; neste caso, cabe mencionar a maior representação das mulheres na história do parlamento brasileiro[8].

Mas também existem continuidades no legislativo nacional. Permanece baixa a representação da população negra e indígena nas duas casas legislativas. Na Câmara dos Deputados tivemos este ano a eleição de 135 deputados federais autodeclarados pretos ou pardos, e outros três autodeclarados indígenas, de acordo com registros na justiça eleitoral[9]. No Senado Federal, por sua vez, foram eleitos 16 senadores pardos, mas nenhum autodeclarado preto ou indígena. Levando em conta aqueles que foram eleitos em 2022, a previsão é de que tenhamos no próximo ano a presença de 19 senadores pardos e três senadores pretos, perfazendo uma participação de 27,2% das cadeiras da câmara alta[10].

Continua na próxima legislatura a necessidade de o presidente da República buscar uma aliança com as forças políticas organizadas no chamado "Centrão", com forte atuação nas votações no Congresso Nacional, especialmente a partir do Governo Michel Temer. De acordo as reflexões apresentadas por Graziella Testa, Lara Mesquita e Bruno Bolognesi (2024), o "Centrão" seria composto pelos seguintes partidos políticos: PP, Republicanos, PL, PTB, MDB, União, Patriota, Pode e PSD. O bloco suprapartidário foi redefinido no atual Governo Lula (2023-2026). O PL tornou-se o principal partido da oposição. Além disso, a fusão entre o PTB e o Patriota, em novembro de 2023,

---

[6] PL sai na frente na eleição da Câmara dos Deputados, com 121 eleitos. Agência Câmara de Notícias. 05/10/2026. https://www.camara.leg.br/noticias/1309192-pl-sai-na-frente-na-eleicao-da-camara-dos-deputados-com-121-eleitos.

[7] PL terá maior bancada em início de legislatura no Senado desde 1988. Agência Senado. 04/10/2026. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/04/pl-tera-maior-bancada-em-inicio-de-legislatura-no-senado-desde-1988.

[8] Congresso terá recorde de mulheres, mas barreira nos partidos limita avanço. Agência Senado. 16/10/2026. https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2026/10/congresso-tera-recorde-de-mulheres-mas-barreira-nos-partidos-limita-avanco.

[9] Bancadas negra e indígena encolhem e ocuparão apenas 26,9% da Câmara. Congresso em Foco. 05/10/2026. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/122989/bancadas-negra-e-indigena-encolhem-e-ocuparao-apenas-26-9-da-camara.

[10] 16 dos 54 senadores eleitos em 2026 se declaram pardos; nenhum, preto. Poder 360. 05/10/2026. https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/16-dos-54-senadores-eleitos-em-2026-se-declaram-pardos-nenhum-preto/.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

resultou no Partido da Renovação Democrática (PRD)[11]. A análise a seguir procura, entre outros aspectos, refletir sobre os reflexos das eleições de 2026 no parlamento nacional, e dimensionar o tamanho do campo progressista, da oposição e do "Centrão" nas duas casas do Congresso Nacional.

4.1 – Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados permanece a elevada fragmentação partidária recorrente no contexto da redemocratização do país, com a presença de 20 partidos políticos[12]. Entretanto, houve uma redução em relação ao pleito anterior de 2022; desta feita ficaram sem representação as seguintes legendas: PSC, Cidadania e PROS[13]. Além disso, o PTB e o Patriota deixam de existir com a fusão e criação do Partido da Renovação Democrática (PRD)[14]. O PTB, que havia sido refundado em 1979, tendo passado por uma disputa jurídica entre o grupo de Ivete Vargas e de Leonel Brizola pelo seu controle, com vitória da sobrinha-neta de Getúlio Vargas, termina sua trajetória de forma quase desapercebida.

A redução do número de partidos políticos é reflexo, em boa medida, da aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional (EC 97/2017), que proibiu as coligações partidárias nas eleições proporcionais legislativas e definiu uma cláusula de desempenho para os partidos políticos no processo eleitoral[15]. Esta última medida, também conhecida como cláusula de barreira, estabeleceu para o ano de 2026 a exigência do partido ou federação partidária atingir 2,5% dos votos válidos nacionais para deputado federal, com um mínimo de 1,5% em pelo menos nove estados da federação[16].

As alterações nas regras do jogo estimularam nos últimos anos a formação das federações partidárias no Brasil. Para fins da cláusula de barreira no processo eleitoral, são considerados os votos computados na eleição para federação formada por duas ou mais legendas, o que facilita a sobrevivência dos pequenos partidos integrantes. Com relação à atuação no parlamento nacional, os partidos componentes atuam com uma única agremiação durante os quatros anos de mandato dos

[11] Fusão de Patriota e PTB cria terceiro maior partido do Brasil em número de filiados. Congresso em Foco. 03/01/2024. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/7712/fusao-de-patriota-e-ptb-da-origem-ao-terceiro-maior-partido-em-filiados-do-brasil.

[12] Mapa do poder: Veja quantos candidatos cada partido elegeu em 2026. Congresso em Foco. 29/10/2026. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/129657/mapa-do-poder-veja-quantos-candidatos-cada-partido-elegeu-em-2026.

[13] Veja a nova composição da Câmara dos Deputados em gráficos e compare com 2022. Portal G1. 07/10/2026. https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/07/composicao-camara-dos-deputados-graficos-2026.ghtml.

[14] Fusão de Patriota e PTB cria terceiro maior partido do Brasil em número de filiados. Congresso em Foco. 03/01/2024. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/7712/fusao-de-patriota-e-ptb-da-origem-ao-terceiro-maior-partido-em-filiados-do-brasil.

[15] Congresso promulga emenda que veda coligações e estabelece cláusula de barreira. Agência Senado. 04/10/2017. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/04/congresso-promulga-emenda-que-veda-coligacoes-e-estabelece-clausula-de-barreira.

[16] Cláusula de barreira: veja quais partidos correm mais risco em 2026. Congresso em Foco. 22/05/2026. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/119037/clausula-de-barreira-veja-quais-partidos-correm-mais-risco-em-2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

deputados federais[17]. Na eleição recentemente encerrada estavam registradas no Tribunal Superior Eleitoral as seguintes federações partidárias: União Progressista (União Brasil e Progressistas); Renovação Solidária (PRD e Solidariedade); Brasil da Esperança (PT, PC do B e PV); Federação PSDB e Cidadania; Federação PSOL e Rede[18].

A Tabela 1 apresenta as bancadas dos partidos políticos e federações partidárias nas duas últimas eleições para Câmara dos Deputados. O PL, o Podemos e o Novo são as agremiações que mais cresceram. Em sentido contrário, o PDT e o MDB são as legendas com maiores perdas. A federação partidária com maior crescimento é aquela formada pelo PT/PCdoB/PV, enquanto as que tiveram maior redução são integradas por União/PP, PSDB/Cidadania e PRD/Solidariedade. Esta última deve receber proximamente o PDT como novo participante[19].

Tabela 1 - Bancadas dos Partidos Políticos e Federações Partidárias na Câmara dos Deputados – 2022 e 2026

Partido Político / Federação Partidária	Eleição Nacional 2026	Eleição Nacional 2022	Variação
PL	121	97	+ 24
PT/PCdoB/PV	88	82	+6
União/PP	87	105	-8
PSD	43	42	+1
Republicanos	41	40	+1
MDB	36	41	-5
Podemos	27	20	+7
PSB	15	15	-
PSOL/Rede	15	15	-
PSDB/Cidadania	11	18	-7
Novo	10	3	+7
PRD/Solidariedade	7	12	-5
PDT	6	16	-10
Avante	5	7	-2
Missão	1	0	+1
Total	513	513	-

Fonte: Agência Câmara de Notícias, 2026. https://www.camara.leg.br/noticias/1309192-pl-sai-na-frente-na-eleicao-da-camara-dos-deputados-com-121-eleitos, acesso em 07/11/2026.

Ainda com base nas estatísticas da Tabela 1, pode-se dizer que as agremiações políticas do campo progressista (PT, PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e REDE) elegeram este ano 124 deputados federais, aproximadamente 24% do total. O bloco permaneceu estável em relação as cadeiras

[17] Saiba o que é uma federação partidária. Tribunal Superior Eleitoral. 10/07/2025. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Julho/saiba-o-que-e-uma-federacao-partidaria.

[18] Federações partidárias registradas no TSE. Tribunal Superior Eleitoral. https://www.tse.jus.br/partidos/federacoes-registradas-no-tse.

[19] Executiva do PDT aprova federação com Solidariedade, Avante e PRD. Congresso em Foco. 06/11/2026. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/131388/executiva-do-pdt-aprova-federacao-com-solidariedade-avante-e-prd.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

conquistadas nas eleições nacionais de 2022, quando elegeu 128 representantes. A oposição formada pelo PL e Novo cresceu em relação ao processo eleitoral de quatro anos atrás, quando alcançou o montante de 100 parlamentares. A partir do ano que vem, terá 131 cadeiras, aproximadamente 25% da Câmara dos Deputados. A bancada do chamado "Centrão" (PP, Republicanos, MDB, União Brasil, PRD (PTB + Patriota), Podemos e PSD) sofreu uma pequena redução. Nas eleições nacionais de 2022, totalizou 253 deputados federais, enquanto na eleição de 2026 elegeu 239 representantes, o que significa 47% da Câmara dos Deputados. Lembrando que o "Centrão" ainda poderá atrair parte ou o todo dos integrantes do Avante e Solidariedade, um total de sete deputados federais[20].

O resultado eleitoral torna preemente para o Governo Lula, com vistas a garantir governabilidade no seu quarto mandato, que procure mais uma vez estabelecer uma aliança com o "Centrão", no intuito de assegurar maioria governista no Congresso Nacional. Aliás, isto já aconteceu logo após o encerramento do período eleitoral, quando o presidente Lula postou uma foto, no seu perfil no Instagram, ao lado dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP)[21]. O gesto foi interpretado como sinalização de apoio aos dois parlamentares que tentam a reeleição para presidência das respectivas casas legislativas. Passada a eleição, e com a derrota do candidato de oposição, o "Centrão" resgata seu protagonismo no Congresso Nacional.

O deputado Hugo Motta desponta como favorito para ocupar a presidência da Câmara dos Deputados no biênio (2027-2029)[22]. Será difícil para oposição (PL e Novo) reverter a forte articulação de apoio à candidatura de Motta, restando, talvez, negociar espaço na Mesa Diretora e nas Comissões Parlamentares.

4.2 – Senado Federal

Um total treze partidos políticos estarão representados no Senado Federal na legislatura que se inicia em 2027. Uma fragmentação partidária, portanto, menor do que na Câmara dos Deputados[23]. Nas eleições nacionais de 2026 foram disputadas 54 cadeiras, com duas vagas para senador em cada estado e no Distrito Federal. Observou-se, em muitos casos, que os senadores vitoriosos foram apoiados pelo governador eleito. Não se deve esquecer que o Senado pode ser visto como casa da federação, na qual os parlamentares representam as unidades estaduais[24]. Além disso, esta eleição

[20] Veja a nova composição da Câmara dos Deputados em gráficos e compare com 2022. Portal G1. 07/10/2026. https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/07/composicao-camara-dos-deputados-graficos-2026.ghtml

[21] Lula posta foto ao lado de Hugo e Alcolumbre após reunião no Alvorada. CNN Brasil - Política. 26/10/2026. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-posta-foto-ao-lado-de-hugo-e-alcolumbre-apos-reuniao-no-alvorada/.

[22] Partidos pró-reeleição de Hugo Motta representam 70% da nova Câmara. Congresso em Foco. 05/11/2026. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/131336/partidos-pro-reeleicao-de-hugo-motta-representam-70-da-nova-camara.

[23] Fim da eleição define composição do Senado em 2027, com 13 partidos. Agência Senado. 25/10/2026. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/25/fim-da-eleicao-define-composicao-do-senado-em-2027-com-13-partidos.

[24] Senado 200 anos: uma Casa federalista em constante evolução. Agência Senado; 13/12/2024. https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/12/senado-200-anos-uma-casa-federalista-em-constante-evolucao.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

terminou ganhando mais visibilidade em 2026, por conta da importância do Senado Federal na aprovação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e de seu eventual impeachment[25].

A Tabela 2 apresenta a composição partidária nas duas últimas eleições para o Senado Federal. O PL, PSB e Novo são as agremiações com maior crescimento. Em sentido contrário, o PSD, União Brasil e Podemos são as legendas com maiores perdas. As federações partidárias possuem relevância menor, indicando a dificuldade de competividade dos pequenos partidos políticos na eleição majoritária para o Senado Federal. Neste aspecto particular, o destaque negativo fica para redução da Federação PSDB/Cidadania, seguindo caminho semelhante já observado na Câmara dos Deputados.

Tabela 2 – Composição Partidária do Senado Federal – 2022 e 2026

Partido Político / Federação Partidária	Eleição Nacional 2026	Eleição Nacional 2022	Variação
PL	29	14	+15
PSD	4	11	-7
MDB	8	10	-2
União Brasil	5	10	-5
PT	10	9	+1
Podemos	2	6	-4
PP	6	6	-
PSDB	2	4	-2
PDT	1	3	-2
Republicanos	5	3	+2
Cidadania	-	1	-1
PROS	-	1	-1
PSB	4	1	+3
PSC	-	1	-1
Rede	1	1	-
Novo	3	-	+3
Sem partido	1	-	-
Total	81	81	-

Fontes: Agência Senado, 2022[26] e 2026[27].

As agremiações políticas do campo progressista (PT, PSB, PDT e REDE) poderão contar no início da próxima legislatura com 16 senadores, aproximadamente 20% do Senado Federal. Houve um leve crescimento no bloco em relação às eleições nacionais de 2022, quando possuía 14

[25] Pedido de impeachment contra ministro do STF. Senado Federal. Assessoria de Imprensa. 29/09/2024. https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/notas/como-tramita-um-pedido-de-impeachment-contra-ministro-do-stf.

[26] Bancadas do Senado estarão mais concentradas em 2023. Agência Senado. 31/10/2022. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/31/bancadas-do-senado-estarao-mais-concentradas-em-2023.

[27] Fim da eleição define composição do Senado em 2027, com 13 partidos. Agência Senado. 25/10/2026. https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/25/fim-da-eleicao-define-composicao-do-senado-em-2027-com-13-partidos

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

representantes. A oposição formada pelo PL e Novo cresceu em relação ao pleito de quatros anos atrás, quando alcançou o total de 14 parlamentares. A partir do ano que vem terá uma bancada de 32 senadores, aproximadamente 39% das cadeiras na casa legislativa. O "Centrão" (PP, Republicanos, MDB, União Brasil, Podemos e PSD) sofreu uma redução significativa. Depois de outubro de 2022 atingiu um total de 46 senadores, caindo agora para 30 cadeiras, algo próximo de 37% do total.

Será também inevitável para o Governo Lula procurar uma aliança com o "Centrão" no Senado Federal, para assegurar uma base de apoio político para as matérias e discussões de interesse. Diferentemente da Câmara dos Deputados, a presença mais expressiva da oposição exigirá esforço maior do governo e de suas lideranças nas votações na câmara alta. A própria reeleição do senador Davi Alcolumbre (União-AP) ainda não está assegurada, embora conte apoio do Palácio do Planalto e de Ministros do STF. Ao que tudo indica deverá enfrentar seu colega Rogério Marinho (PL/RN), líder da oposição[28].

5 – A CRISE DE LEGITIMIDADE DO JUDICIÁRIO E OS DESAFIOS DE UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE JUSTIÇA

5.1 – A crise do STF como oportunidade para uma reforma estrutural do sistema de Justiça

A crise de credibilidade que atinge o Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente diante das controvérsias envolvendo o Banco Master e as relações de integrantes da Corte com interesses econômicos privados, precisa ser compreendida para além dos episódios conjunturais. Ela abre uma oportunidade para recolocar na agenda pública a necessidade de uma ampla reforma do sistema de Justiça brasileiro. Não se trata de enfraquecer um poder fundamental à democracia constitucional, mas de reconhecer que o Judiciário brasileiro apresenta problemas estruturais que não podem continuar sendo encobertos pelo argumento da independência judicial: seletividade no acesso à Justiça, hierarquização e elitização de suas estruturas, assimetrias no tratamento dos cidadãos, privilégios corporativos, baixa transparência em determinadas dimensões de seu funcionamento e mecanismos insuficientes de prestação de contas à sociedade.

A questão não é nova. A Constituição de 1988 ampliou significativamente o acesso à Justiça e fortaleceu o Poder Judiciário, mas a efetivação dos direitos continua condicionada por desigualdades econômicas, sociais e institucionais.

A professora Maria Tereza Sadek (2014), em estudo publicado na Revista USP, demonstra que o acesso à Justiça não se resume à possibilidade formal de ingressar com uma ação: pressupõe condições para percorrer os caminhos processuais e obter uma resposta em tempo razoável. Essa perspectiva permite compreender que uma Justiça socialmente legítima precisa ser avaliada não apenas pela qualidade técnica de suas decisões, mas também por sua capacidade de atender efetivamente à população.

Também é necessário discutir o modelo de organização e funcionamento do Judiciário, sua cultura institucional e sua relação com os demais Poderes e com a sociedade. O professor Oscar Vilhena Vieira, no conhecido artigo "Supremocracia", publicado na Revista Direito GV (2008), analisa a centralidade adquirida pelo STF no sistema político brasileiro e as tensões decorrentes da

[28] PL lança Rogério Marinho ao Senado com promessa de destravar anistia. Congresso em Foco. 04/11/2026. https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/131300/pl-lanca-rogerio-marinho-ao-senado-com-promessa-de-destravar-anistia.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

concentração de competências constitucionais, jurisdicionais e políticas na Corte. O autor chama atenção para os riscos institucionais de um tribunal que, além de exercer a jurisdição constitucional, passa a ocupar posição central na produção de decisões que afetam diretamente a dinâmica política nacional.

É nesse contexto que precisamos formular uma questão fundamental: como enfrentar os problemas de legitimidade e controle do Judiciário, especialmente do STF, que é um tribunal constitucional e um dos pilares do equilíbrio entre os Poderes, sem enfraquecer sua independência e as garantias democráticas?

A resposta exige superar uma falsa oposição. Defender a independência do Judiciário não significa defender todas as práticas de seus integrantes; da mesma maneira, questionar condutas de magistrados não significa atacar a instituição ou pretender submetê-la aos interesses dos demais Poderes.

Uma democracia constitucional precisa de um Judiciário independente, mas também íntegro, transparente, acessível, socialmente legítimo e sujeito a mecanismos efetivos de controle.

5.2 – O caso Banco Master: relações entre magistratura, interesses privados e conflitos de interesse

As controvérsias envolvendo o Banco Master, ainda em fase de apuração, e seus desdobramentos no STF trouxeram à tona questões que há muito deveriam integrar uma agenda mais ampla de integridade do sistema de Justiça. Reportagens publicadas pela Folha de S. Paulo, em setembro de 2026, a partir de mensagens extraídas de aparelhos eletrônicos, documentos e informações relacionadas às investigações da Polícia Federal, apresentaram registros de relações pessoais e profissionais entre Daniel Vorcaro, ex-controlador do banco, e integrantes da Corte, familiares e pessoas próximas a magistrados.[29]

Entre os episódios noticiados estão encontros, viagens, contratos envolvendo escritórios de advocacia, relações empresariais e pagamentos a pessoas próximas a integrantes do Supremo. As reportagens também registraram controvérsias sobre a atuação de ministros em processos relacionados a interesses econômicos do grupo financeiro Master. Parte dessas informações foi contestada pelos envolvidos, que apresentaram explicações e negativas sobre as relações ou interpretações atribuídas aos documentos.

É indispensável, portanto, distinguir fatos documentados, indícios sob investigação, interpretações jornalísticas e acusações ainda não comprovadas. A existência de uma relação pessoal, profissional ou empresarial não constitui, isoladamente, prova de ilícito. Entretanto, pode configurar uma situação que exige esclarecimento público e exame de eventual impedimento, suspeição ou conflito de interesses.

O problema não se limita à eventual prática de ilegalidades. Existe também uma dimensão ética e institucional: a proximidade, real ou aparente, entre quem exerce o poder de julgar e os interesses econômicos que podem ser alcançados por suas decisões. A imparcialidade judicial precisa ser efetiva, mas também socialmente reconhecível. A confiança na Justiça depende não apenas da ausência de favorecimento comprovado, mas da existência de procedimentos capazes de prevenir situações que comprometam, ou aparentem comprometer, a independência e a isenção dos julgadores.

---

[29] FOLHA DE S. PAULO. **Veja ligações de ministros do STF com o caso Master**. 17 set. 2026, atualizado em 22 set. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/veja-ligacoes-de-ministros-do-stf-com-o-caso-master.shtml?utm_source=chatgpt.com

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Algumas questões precisam ser enfrentadas sem constrangimentos corporativos, para o bem da República:

a) **Relações entre magistratura e poder econômico**. É necessário estabelecer regras claras para encontros, viagens, convites, participação em eventos, recebimento de benefícios e relações profissionais com pessoas ou empresas que tenham interesses perante o Judiciário. A publicidade das agendas institucionais e a identificação de situações potencialmente conflitantes são medidas importantes.

b) **Participação de magistrados em negócios privados**. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/1979), em seu art. 36, inciso I, proíbe o exercício do comércio pelos magistrados, mas admite a participação como acionistas ou cotistas, desde que não exerçam controle ou gerência. Portanto, ser proprietário de participação societária não constitui, por si só, irregularidade. A questão relevante é assegurar transparência sobre os interesses patrimoniais e impedir que vínculos econômicos comprometam o exercício da função pública.[30]

c) **Relações familiares e advocacia**. A participação de familiares de magistrados em escritórios de advocacia também não configura, automaticamente, irregularidade. Contudo, exige regras rigorosas de transparência e prevenção de conflitos. Nesse ponto, é importante considerar o julgamento da ADI 5.953 pelo STF, em 2023, que declarou inconstitucional a ampliação do impedimento judicial prevista no art. 144, VIII, do Código de Processo Civil. A Corte considerou desproporcional impedir um magistrado de atuar em processo simplesmente porque uma das partes era cliente do escritório de seu cônjuge ou parente, ainda que representada por outro escritório. A decisão não eliminou as demais hipóteses legais de impedimento e suspeição, mas demonstrou a necessidade de regras objetivas e proporcionais.[31] Não obstante o posicionamento do STF essa questão pode ser objeto de escrutínio público.

d) **Remuneração e privilégios corporativos**. Os pagamentos que ultrapassam o teto constitucional, por meio da multiplicação de gratificações, auxílios e verbas indenizatórias, constituem outro problema de legitimidade, além de questão ética relevante. O art. 37, XI, da Constituição estabelece o teto remuneratório, enquanto o § 11, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 135/2024, disciplina as parcelas indenizatórias que podem ser excluídas desse limite. Em 25 de março de 2026, o STF estabeleceu novas balizas para os pagamentos à magistratura e ao Ministério Público, reafirmando o teto de R$ 46.366,19 e restringindo a criação de auxílios e verbas indenizatórias sem previsão em lei nacional. A decisão é importante, mas evidencia a necessidade de fiscalização permanente, padronização e transparência das folhas de pagamento.[32] Não obstante a decisão, a imprensa já demonstrou descumprimento por parte de tribunais.[33]

e) **Cultura corporativa e hierarquização profissional**. Também é necessário questionar uma cultura institucional que, em determinados ambientes, parece atribuir à magistratura e à

---

[30] BRASIL. Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Art. 36, inciso I.

[31] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 5.953/DF. Julgamento concluído em 21 ago. 2023.

[32] BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 37, XI e § 11, com redação da Emenda Constitucional nº 135/2024 e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Julgamento conjunto da Rcl 88.319, ADI 6.606, ADI 6.601, ADI 6.604, RE 968.646 e RE 1.059.466. 25 mar. 2026.

[33] **Tribunais superiores pagaram 426 salários acima do teto fixado pelo STF**. Veja em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/matheus-teixeira/politica/tribunais-superiores-pagaram-426-salarios-acima-do-teto-fixado-pelo-stf/

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

advocacia uma posição moral e social superior à dos demais cidadãos e profissionais. A autoridade da Justiça não decorre de uma suposta superioridade de seus integrantes, mas da legitimidade constitucional de suas funções, da qualidade de suas decisões e da observância dos deveres públicos que lhes são impostos.

Essas questões não podem ser ocultadas em nome da defesa das instituições. Ao contrário, o enfrentamento transparente de problemas concretos é condição para preservar a credibilidade institucional. A magistratura tem prerrogativas especiais porque exerce uma função pública de enorme relevância. Mas essas prerrogativas não podem ser confundidas com privilégios pessoais ou imunidade à crítica.

5.3 – Independência judicial, legitimidade democrática e equilíbrio entre os Poderes

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma arquitetura institucional destinada a impedir a concentração de poder. O art. 2º determina que Legislativo, Executivo e Judiciário são Poderes independentes e harmônicos entre si. Essa independência não significa isolamento institucional, mas autonomia no exercício das respectivas competências, acompanhada de mecanismos de controle recíproco.

O STF ocupa posição singular nessa arquitetura. Nos termos do art. 102 da Constituição, cabe-lhe, precipuamente, a guarda da Constituição. Sua atuação é essencial para proteger direitos fundamentais, controlar a constitucionalidade das leis e impedir que maiorias circunstanciais ultrapassem os limites constitucionais. Em sociedades profundamente desiguais, essa função é especialmente importante para a proteção de minorias e grupos vulnerabilizados, cujos direitos não podem ficar subordinados exclusivamente à vontade das maiorias políticas.

Entretanto, o protagonismo assumido pelo Supremo nas últimas décadas também produziu tensões. A ampliação da judicialização da política, a frequência de decisões monocráticas em questões de grande repercussão, a intervenção em conflitos entre os Poderes e a exposição pública de seus ministros alimentaram questionamentos sobre os limites da atuação judicial e sobre a legitimidade democrática de decisões tomadas por autoridades que não são eleitas.

O conceito de "supremocracia", desenvolvido por Oscar Vilhena Vieira (2008), é particularmente útil para essa reflexão. Não se trata de negar a importância do controle de constitucionalidade ou de reduzir a competência do Supremo na proteção da Constituição. Trata-se de reconhecer que a concentração de atribuições e a centralidade política adquirida pela Corte podem produzir tensões com a representação democrática, exigindo aperfeiçoamentos institucionais e maior racionalidade no exercício da jurisdição constitucional.

A independência judicial, portanto, deve ser preservada como garantia da sociedade contra o arbítrio dos governantes e das maiorias políticas. Mas não pode ser utilizada como argumento para proteger interesses particulares, privilégios corporativos ou eventuais desvios de conduta.

Para a sociedade resta exigir a construção de controles que não permitam a captura política do Judiciário. Uma Corte Constitucional não pode ficar subordinada às maiorias parlamentares ou ao governo de ocasião. Tampouco pode estar protegida de qualquer forma de escrutínio público.

Nesse sentido, três dimensões precisam ser consideradas conjuntamente:

a) **Conduta**: os fatos atribuídos às autoridades devem ser conhecidos, documentados e examinados com independência. Isso envolve transparência patrimonial, divulgação de agendas institucionais, regras para encontros com partes interessadas, prevenção de conflitos de interesses e critérios objetivos para declaração de impedimento e suspeição.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

b) **Procedimento**: investigações e eventuais responsabilizações precisam respeitar a competência constitucional de cada instituição, o contraditório, a ampla defesa, a motivação das decisões, a presunção de inocência e o devido processo legal. Não se pode transformar a responsabilização em instrumento de intimidação, perseguição ou revanche política. Da mesma maneira, não se pode utilizar a independência judicial como argumento para impedir investigações legítimas.

c) **Controle democrático**: as reformas precisam fortalecer a transparência, a integridade, a responsabilidade institucional e a prestação de contas, sem comprometer a separação dos Poderes. O objetivo é assegurar que o Judiciário responda publicamente pelos seus atos administrativos, financeiros e disciplinares, e que seus integrantes estejam submetidos a padrões éticos compatíveis com a dimensão de suas responsabilidades.

Uma decisão judicial pode ser criticada, questionada e reformada pelos instrumentos processuais previstos no ordenamento jurídico. Neste sentido, o eventual desacordo de um governo ou de uma maioria parlamentar com uma decisão do STF, ou de um de seus ministros, não constitui fundamento legítimo para punir o magistrado que a proferiu.

5.4 – Os mecanismos de controle existentes e suas limitações

A Constituição de 1988, especialmente após a Emenda Constitucional nº 45/2004, instituiu mecanismos importantes de controle do Poder Judiciário. O principal deles é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), previsto no art. 103-B, com atribuições de fiscalização administrativa, financeira e disciplinar dos órgãos do Poder Judiciário.

O CNJ representa um avanço na democratização e na responsabilização institucional da Justiça. Pode fiscalizar a gestão dos tribunais, examinar reclamações, apurar irregularidades administrativas e disciplinares e estabelecer parâmetros de transparência. Um marco importante foi o julgamento da ADI 4.638, em 2012, quando o STF reconheceu a competência concorrente do Conselho para instaurar processos disciplinares contra magistrados, independentemente da iniciativa das corregedorias dos tribunais.[34]

Entretanto, há uma limitação particularmente relevante: o CNJ não exerce competência disciplinar sobre os ministros do próprio STF. A Resolução CNJ nº 135/2011, que disciplina os procedimentos administrativos disciplinares aplicáveis à magistratura, exclui expressamente os integrantes do Supremo. A posição decorre da própria arquitetura constitucional do Conselho e da condição do STF como órgão de cúpula do Judiciário. Isso produz uma assimetria importante no sistema de controle: magistrados dos demais tribunais estão sujeitos à fiscalização disciplinar do CNJ, enquanto os integrantes da mais alta Corte possuem um regime específico de responsabilização.[35]

Essa lacuna torna ainda mais necessária a construção de mecanismos próprios de transparência e integridade para o STF. Nesse contexto, merece atenção a iniciativa do presidente da Corte, ministro Edson Fachin, que, na abertura do ano judiciário de 2026, anunciou a elaboração de um Código de Ética específico para o Supremo, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia. A proposta foi apresentada como prioridade para prevenir conflitos de interesses, estabelecer normas de conduta e ampliar a confiança pública. Sua efetividade, entretanto, dependerá da abrangência das regras, da clareza dos

[34] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 4.638/DF. Julgamento sobre a competência concorrente do CNJ para instaurar procedimentos disciplinares contra magistrados. 2012.
[35] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011. Dispõe sobre a uniformização das normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

procedimentos, da publicidade das informações e da existência de mecanismos efetivos de fiscalização.[36]

Há, ainda, o controle exercido pelo Senado Federal. O art. 52, II, da Constituição atribui àquela Casa a competência privativa para processar e julgar os ministros do STF nos crimes de responsabilidade. A Lei nº 1.079/1950, especialmente em seus arts. 39 e seguintes, estabelece as hipóteses de responsabilização. Entre as condutas previstas estão o exercício de atividade político-partidária, o julgamento de causa em que o ministro seja legalmente suspeito e procedimentos incompatíveis com a honra, a dignidade e o decoro das funções.

Esse mecanismo precisa ser utilizado com extremo cuidado. O Senado não pode transformar sua competência constitucional em instrumento de pressão sobre decisões judiciais ou de ameaça permanente aos ministros. A responsabilização exige fatos concretos, enquadramento legal, provas e procedimento regular. O impeachment de um ministro do STF não pode ser banalizado, mas também não pode ser considerado uma possibilidade meramente retórica ou institucionalmente inviável.[37]

Portanto, temos três dimensões que precisam funcionar de maneira articulada, respeitando suas competências: o controle administrativo e disciplinar dos magistrados pelo CNJ, os mecanismos internos de integridade e transparência do STF e a responsabilização político-jurídica constitucionalmente atribuída ao Senado. É sobre estes três pilares que se deve pensar no aperfeiçoamento desse sistema, especialmente no que diz respeito à Corte Suprema, sem eliminar a possibilidade de uma reforma mais ampla do Poder Judiciário, como proposto anteriormente.

5.5 – Uma agenda de reformas para fortalecer a legitimidade do Judiciário

A crise atual do STF, em específico, e do Poder Judiciário, mais amplamente analisando, oferece a oportunidade de discutir uma agenda mais abrangente de reformas. Não se trata de produzir respostas casuísticas aos episódios envolvendo determinados ministros, mas de estabelecer regras permanentes, aplicáveis a todos os integrantes do sistema de Justiça.

a) Código de Ética específico para os ministros do STF.

O código deve estabelecer regras objetivas sobre conflitos de interesses, relações com agentes econômicos, recebimento de convites e benefícios, participação em eventos, viagens, atividades acadêmicas remuneradas e relações profissionais de familiares. Deve também prever procedimentos claros de declaração de impedimento e suspeição, divulgação de agendas e critérios para a publicidade de encontros com representantes de interesses privados.

Não basta um compromisso genérico com a ética: é necessário estabelecer deveres verificáveis e procedimentos de apuração. A proposta anunciada por Fachin constitui uma oportunidade institucional importante, desde que não se limite a uma declaração de princípios sem instrumentos efetivos de cumprimento.

b) Transparência patrimonial e prevenção de conflitos de interesses.

---

[36] SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Presidente do STF abre Ano Judiciário e anuncia Código de Ética como prioridade de sua gestão. 2 fev. 2026. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/presidente-do-stf-abre-ano-judiciario-e-anuncia-codigo-de-etica-como-prioridade-da-sua-gestao/?utm_source=chatgpt.com

[37] BRASIL. Constituição Federal de 1988. Art. 52, inciso II e BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Arts. 39 e seguintes.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

É necessário aperfeiçoar as regras de declaração e divulgação de participações societárias, interesses econômicos e vínculos que possam produzir conflitos entre a atividade pública e a esfera privada de **todos os membros da Magistratura**. A legislação deve estabelecer critérios proporcionais de transparência, respeitando a privacidade legítima, mas impedindo que o sigilo seja utilizado para ocultar situações relevantes para a imparcialidade judicial.

c) Revisão dos mecanismos de remuneração e privilégios.

É fundamental assegurar o cumprimento efetivo do teto constitucional, com identificação pública e padronizada de todas as parcelas remuneratórias e indenizatórias. A fiscalização precisa impedir a criação de vantagens sem fundamento legal e a utilização de interpretações administrativas para contornar limites constitucionais. Essa discussão deve **alcançar todo o sistema de Justiça**, incluindo magistratura, Ministério Público e demais carreiras públicas, respeitadas suas especificidades constitucionais.

d) Aperfeiçoamento da composição e do funcionamento do STF.

É legítimo discutir o processo de escolha dos ministros, os critérios de indicação, a sabatina e a aprovação pelo Senado e a necessidade de conferir maior densidade pública ao requisito constitucional de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Também é possível debater propostas como mandatos com duração determinada, em substituição à permanência até a aposentadoria compulsória, atualmente fixada em 75 anos. Essas mudanças exigiriam avaliação constitucional cuidadosa, especialmente quanto à preservação da independência judicial, à não coincidência dos mandatos com ciclos eleitorais e à prevenção de interferências partidárias na composição da Corte.

A discussão sobre mandatos fixos não é nova e aparece em diferentes propostas de emenda constitucional. O importante é não confundir renovação institucional com controle político da composição do Supremo. Um mandato excessivamente curto, por exemplo, poderia submeter os ministros a pressões frequentes de quem os nomeia ou de maiorias parlamentares circunstanciais.

e) Maior transparência e colegialidade nas decisões.

É importante discutir a utilização de **decisões monocráticas** em questões de grande repercussão política, econômica e social, fortalecendo a apreciação colegiada sempre que possível. A publicidade das razões das decisões, a observância de prazos razoáveis para apreciação pelo plenário e a transparência na distribuição dos processos são medidas que contribuem para a legitimidade da Corte.

As professoras Estefânia Maria de Queiroz Barboza e Kamila Maria Strapasson (2024), em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, analisam a relação entre o STF e a opinião pública e apontam a necessidade de aperfeiçoamentos internos que fortaleçam a imagem institucional do Tribunal, reduzindo a personalização de sua atuação em torno de seus ministros. Essa reflexão é importante para pensar o fortalecimento do Supremo como instituição colegiada, e não como um conjunto de autoridades individuais com protagonismo político próprio.

5.6 – Fortalecimento dos mecanismos de controle e prestação de contas.

É necessário aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização administrativa e financeira, ampliar a publicidade dos dados de gestão, fortalecer as corregedorias e estabelecer procedimentos de apuração independentes e transparentes de todos os níveis do Poder Judiciário brasileiro.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Também cabe discutir como construir mecanismos adequados de controle ético e de responsabilização dos integrantes dos tribunais, principalmente do STF, considerando que o CNJ não possui competência disciplinar sobre os ministros da Suprema Corte.

5.7 – Democratização do acesso à Justiça e enfrentamento do elitismo institucional.

Uma reforma do Judiciário não pode ficar restrita aos tribunais superiores e aos privilégios da Magistratura. Precisa enfrentar a desigualdade de acesso aos serviços judiciais, a morosidade, os custos dos processos, a dificuldade de assistência jurídica para os mais pobres e as disparidades no tratamento dispensado aos diferentes segmentos sociais.

O acesso à Justiça deve ser compreendido como um direito efetivo, e não apenas como a possibilidade formal de ingressar com uma ação judicial. Como demonstra a pesquisa da professora Maria Tereza Sadek (2014), já citada anteriormente, a efetividade dos direitos depende de condições materiais e institucionais para que os cidadãos consigam obter respostas do sistema de Justiça.

Os dados do Conselho Nacional de Justiça reforçam a importância dessa discussão. O relatório Justiça em Números 2026 registra despesas totais de R$ 164,6 bilhões no Poder Judiciário em 2025, enquanto o tempo médio dos processos julgados foi de dois anos e quatro meses. Esses dados devem ser analisados em conjunto com a estrutura de pessoal, a produtividade, a distribuição territorial dos serviços e os resultados entregues à população. A discussão sobre custos e remuneração não pode ignorar a importância do serviço público de Justiça, mas tampouco pode deixar de exigir eficiência, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Segundo dados do Tesouro Nacional, divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (2026) que comparou os gastos públicos com o Judiciário em 53 países, a Justiça brasileira está, certamente, entre as mais caras do mundo.

Em síntese, a reforma do Judiciário precisa ser sistêmica. Não basta discutir a conduta de um ou outro ministro, assim como não basta estabelecer novas regras para os tribunais superiores. É necessário enfrentar a estrutura de privilégios, as desigualdades de acesso, os déficits de transparência, a cultura corporativa e a ausência de mecanismos suficientemente eficazes de prestação de contas.

5.8 – Executivo, Senado e STF: os desafios do novo período governamental a partir de janeiro de 2027

A relação entre os Poderes Executivo, Senado e Supremo Tribunal Federal assumirá importância especial no novo período do governo Lula, que se inicia em janeiro de 2027. A escolha de ministros para eventuais vagas no STF e a apreciação de propostas de reforma institucional estarão entre os temas de maior relevância na agenda política e constitucional.

A Constituição estabelece, em seu art. 101, que os ministros do STF são nomeados pelo presidente da República, depois de aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal, dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 70 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Trata-se de um processo que envolve dois Poderes e que deve combinar legitimidade política, qualificação jurídica e compromisso com a Constituição.

O próximo governo do presidente Lula e o Senado terão, portanto, responsabilidades importantes. A escolha de novos ministros não deve ser orientada exclusivamente pela proximidade política ou ideológica com o governo que indica, mas pela capacidade de assegurar independência, conhecimento jurídico, compromisso democrático e respeito aos direitos fundamentais. Da mesma maneira, a sabatina no Senado não pode se reduzir a uma negociação de interesses partidários,

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

pressões de grupos econômicos, chantagens corporativas ou a uma demonstração de alinhamento ideológico com campos políticos em disputa.

Também será necessário avaliar as propostas de reforma que venham a ser apresentadas, sejam elas relativas à composição do Supremo, à duração dos mandatos, às regras de responsabilização, à remuneração dos magistrados ou à transparência institucional. Cada iniciativa precisa ser examinada por seu conteúdo, fundamento constitucional e efeitos sobre o equilíbrio entre os Poderes, e não simplesmente pela identidade política de seus proponentes.

É preciso, sobretudo, evitar dois riscos simétricos. O primeiro é a preservação de um Judiciário pouco permeável à crítica pública, protegido por uma cultura corporativa que confunde independência com ausência de controle. O segundo é a tentativa de submeter o Supremo à vontade de maiorias políticas circunstanciais, utilizando mecanismos de responsabilização, ameaças de *impeachment* ou alterações institucionais como instrumentos de intimidação.

A independência do STF é uma garantia da sociedade, e não deveria ser um privilégio pessoal dos ministros da Corte. Da mesma forma, a fiscalização e a responsabilização de seus integrantes são exigências democráticas, não instrumentos de submissão política.

Para o próximo período governamental o Executivo e o Congresso, sob a vigilância e participação da sociedade, não podem abdicar da necessária reforma do sistema de Justiça. O Executivo e o Legislativo precisam respeitar a independência judicial, assim como o Judiciário precisa reconhecer os limites de suas competências e a legitimidade dos demais Poderes. O equilíbrio constitucional não significa ausência de conflitos, mas capacidade de resolvê-los dentro das regras democráticas.

A defesa do Judiciário e do STF não pode ser confundida com a defesa incondicional de juízes e demais operadores do sistema de justiça. Defender o Judiciário e o STF significa exigir que esse Poder cumpra plenamente sua missão constitucional, proteja os direitos fundamentais, respeite a separação dos Poderes e ofereça à sociedade padrões elevados de integridade e transparência. Uma Justiça verdadeiramente independente não teme a transparência, não se considera acima da crítica e não confunde suas prerrogativas constitucionais e legais com privilégios corporativos.

6 – ECONOMIA, TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA: OS DESAFIOS PARA 2027-2030 (CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E SUSTENTABILIDADE FISCAL)

6.1 – A economia brasileira na passagem para 2027

O Brasil chega ao período posterior às eleições de 2026 com avanços importantes no emprego e na renda, mas com dificuldades que ameaçam a continuidade dessas conquistas. Nos últimos anos, mais brasileiros conseguiram trabalho e os rendimentos aumentaram. Entretanto, a economia passou a crescer mais lentamente, os investimentos permaneceram baixos e os juros elevados dificultaram a expansão da produção e do consumo. Parte da recuperação ocorreu porque as empresas passaram a utilizar mais intensamente sua capacidade de produção e porque o desemprego diminuiu. Para continuar crescendo, porém, o país precisará expandir o investimento produtivo, além de aumentar a quantidade de bens e serviços produzidos por hora de trabalho. Esse será um dos principais desafios econômicos do quarto governo Lula: criar condições para um crescimento duradouro, capaz de gerar empregos de melhor qualidade, elevar os salários e ampliar os recursos destinados aos serviços públicos que melhoram a vida da população.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

O PIB brasileiro cresceu 3,2% em 2023, 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. Em 2026, a expansão continuou, porém em ritmo menor. Segundo a Santos, Amitrano e Araujo (2026), em publicação na Carta de Conjuntura nº 72 do Ipea, o PIB avançou 1,1% no primeiro trimestre e 0,5% no segundo, em relação aos trimestres anteriores. A projeção divulgada em outubro era de crescimento de 2,0% para o conjunto de 2026 e de 1,7% para 2027. Se em 2023 e 2024 o crescimento econômico brasileiro acompanhou o mundial (3,3% e 3,2%, respectivamente), nos dois anos seguintes ficou abaixo do esperado para a economia global (3,2% e 3,1%, respectivamente), conforme dados do FMI (2026).

A desaceleração indica que os fatores responsáveis pela recuperação econômica recente vêm perdendo intensidade, enquanto o investimento produtivo ainda não apresenta dinamismo suficiente para sustentar uma expansão mais acelerada da capacidade de produção.

A composição do crescimento reforça esse diagnóstico. No segundo trimestre de 2026, a agropecuária e as atividades extrativas continuaram apresentando dinamismo, enquanto a indústria de transformação, a construção civil e o consumo das famílias recuaram 0,4% cada um. O desempenho relativamente mais favorável das atividades ligadas à produção primária e extrativa contrasta com as dificuldades enfrentadas por segmentos mais dependentes da demanda interna, do crédito e do investimento. O Ipea projetava crescimento do consumo das famílias de apenas 1,0% em 2026 e 1,5% em 2027. Para a formação bruta de capital fixo (investimentos em máquinas, equipamentos e construções), as taxas previstas eram de 1,8% e 2,0%, respectivamente. Caso confirmadas, essas projeções indicariam a persistência de um nível de investimento insuficiente para sustentar uma aceleração do crescimento econômico.

As perspectivas para 2027 apresentam alguma divergência entre as instituições. Enquanto o Ipea projetava crescimento de 1,7%, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estimava, em setembro de 2026, expansão de 2,3%.[38] Embora os cenários sejam distintos, ambos apontam para um crescimento relativamente moderado, distante de uma trajetória sustentada próxima de 4% ao ano. Com base nos dados do Banco Mundial sobre o PIB per capita ajustado pela paridade do poder de compra, estima-se que, se a economia brasileira crescer a uma taxa média de aproximadamente 4% ao ano nos próximos 25 anos, o PIB per capita do país poderá alcançar, em 2050, um nível entre os atualmente observados na Espanha.[39]

O mercado de trabalho apresenta uma situação relativamente mais favorável, embora também existam sinais de perda de dinamismo. Segundo Lameiras et al (2026), no trimestre móvel encerrado em agosto de 2026, a taxa de desocupação alcançou 5,3%, enquanto o rendimento médio real habitual chegou a R$ 3.777, com crescimento de 3,7% em doze meses. A soma dos rendimentos dos trabalhadores atingiu R$ 385,6 bilhões, contribuindo para sustentar o consumo das famílias. Entretanto, o ritmo de expansão do emprego diminuiu. A população ocupada cresceu 1,3% na

[38] BRASIL. Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica. *Boletim Macrofiscal* de setembro de 2026. Notícia de 22 set. 2026: "Secretaria de Política Econômica projeta crescimento de 2% para o PIB em 2026 e 2,3% em 2027". https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/setembro/secretaria-de-politica-economica-projeta-crescimento-de-2-para-o-pib-em-2026-e-2-3-em-2027/.

[39] Em 2025, o PIB per capita em paridade do poder de compra (PPC) era de US$ 23,4 mil no Brasil e US$ 59,9 mil na Espanha, segundo o Banco Mundial. Com crescimento real do PIB brasileiro de 4% ao ano e crescimento populacional médio de 0,08% ao ano, conforme a trajetória projetada pelo IBGE, o PIB per capita aumentaria cerca de 161% em 25 anos, alcançando aproximadamente US$ 61,2 mil em valores comparáveis aos de 2025. Banco Mundial, *World Development Indicators*, indicador NY.GDP.PCAP.PP.CD (2025); IBGE, Projeções da População — Revisão 2024.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

comparação interanual, abaixo dos 1,7% registrados um ano antes, enquanto a expansão do estoque de empregos formais medido pelo Novo Caged desacelerou de 3,2% para 1,9%. O saldo de empregos formais acumulado em doze meses também diminuiu, passando de aproximadamente 1,45 milhão para 887,7 mil entre agosto de 2025 e agosto de 2026. Esses indicadores revelam uma economia que mantém níveis historicamente baixos de desemprego e crescimento dos rendimentos reais, mas apresenta menor capacidade de ampliar o número de postos de trabalho.

A interpretação da baixa taxa de desemprego exige considerar também a evolução da participação da população no mercado de trabalho. Em agosto de 2026, a taxa de participação na força de trabalho era de 62,4%, inferior aos 63,2% observados antes da pandemia. Segundo exercício realizado pelo Ipea, caso a participação tivesse retornado àquele patamar, mantido o número de ocupados, a taxa de desemprego seria de aproximadamente 6,8%. Isso não diminui a importância dos avanços recentes, mas indica que a redução da desocupação resulta tanto da expansão do emprego quanto de mudanças na oferta de trabalho, associadas a fatores demográficos e às decisões de participação econômica. Com o desemprego em níveis relativamente baixos, a continuidade do crescimento da renda dependerá cada vez mais da produtividade, da qualidade das ocupações e da capacidade da economia de gerar empregos mais bem remunerados.

A evolução da inflação também apresenta resultados contraditórios para as condições de vida. O IPCA acumulado em doze meses passou de 4,2% em agosto para 4,6% em setembro de 2026, enquanto a projeção do Ipea para o encerramento do ano era de 5,0%, acima do limite superior de tolerância da meta de inflação, conforme pode ser visto em Lameiras (2026). A elevação dos preços de alimentos, energia e serviços, influenciada também por choques externos, afeta de maneira diferenciada os grupos sociais. Para as famílias de menor renda, alimentos, transporte, moradia e outros bens essenciais representam uma parcela relativamente elevada do orçamento. Além disso, a desaceleração da inflação não implica redução do nível de preços, mas apenas diminuição de seu ritmo de crescimento. Assim, mesmo quando os salários reais aumentam, a percepção de melhoria das condições de vida pode ser limitada pelo encarecimento acumulado dos bens e serviços essenciais.

O endividamento das famílias constitui outra restrição à expansão do consumo. Segundo o Relatório de Política Monetária do Banco Central (2026), entre julho de 2025 e julho de 2026, o endividamento das famílias passou de 48,8% para 49,9% da renda anual, enquanto o comprometimento mensal da renda com juros e amortizações aumentou de 27,3% para 28,7%, refletindo, entre outros fatores, o encarecimento do crédito. Isso significa que uma parcela maior dos rendimentos recebidos precisa ser destinada ao pagamento de obrigações financeiras, reduzindo os recursos disponíveis para o consumo corrente. A queda de 0,4% do consumo das famílias no segundo trimestre de 2026 é compatível com esse mecanismo de restrição do dinheiro disponível para consumo depois do pagamento das dívidas. O crescimento dos salários e da ocupação, portanto, não se traduz integralmente em expansão da demanda quando os encargos financeiros absorvem parte significativa dos ganhos de renda. Essa situação ajuda a explicar por que indicadores favoráveis do mercado de trabalho podem coexistir com dificuldades persistentes no orçamento doméstico.

O ponto de partida do quarto governo Lula combina, assim, conquistas importantes no emprego e nos rendimentos do trabalho com uma economia em desaceleração, investimento insuficiente, juros elevados e restrições ao consumo das famílias, muitas estão endividadas. A manutenção dos avanços sociais dependerá não apenas da preservação das políticas de renda e proteção social, mas também da capacidade de ampliar a produção e a produtividade. Sem uma elevação persistente do investimento produtivo, a economia poderá enfrentar dificuldades crescentes para sustentar o aumento dos salários reais, gerar empregos de melhor qualidade e ampliar a arrecadação necessária

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

ao financiamento das políticas públicas. O desafio que se coloca para o período entre 2027 e 2030 consiste, portanto, em transformar a recuperação econômica recente em um novo ciclo de acumulação de capital e crescimento sustentado, questão examinada na próxima seção.

6.2 – A estratégia de crescimento e o desafio do investimento

A principal dificuldade econômica do Brasil para os próximos anos será transformar a recuperação recente em um período prolongado de crescimento. Para isso, será necessário ampliar os investimentos produtivos. O programa econômico apresentado para a gestão do período de 2027 a 2030 procura enfrentar esse desafio por meio da combinação de investimentos públicos e privados, política industrial, inovação, financiamento de longo prazo e fortalecimento do mercado interno. Iniciativas como o Novo PAC, a Nova Indústria Brasil, a atuação dos bancos públicos e os investimentos das empresas estatais fazem parte dessa estratégia, segundo Marquetti (2026). A proposta não consiste em substituir as empresas privadas pelo Estado, mas em utilizar o planejamento e os investimentos públicos para criar condições favoráveis à expansão da produção e estimular novos investimentos privados.

A dimensão desse desafio pode ser observada na taxa de investimento, que corresponde à parcela da produção nacional destinada à formação bruta de capital fixo. Em 2025, os investimentos representaram aproximadamente 16,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa que, de cada R$ 100 produzidos na economia brasileira, cerca de R$ 17 foram destinados a investimentos. Parte desses recursos, entretanto, é necessária apenas para substituir máquinas, equipamentos e instalações que se desgastam com o uso e o passar do tempo. Uma simulação baseada em hipóteses sobre a produtividade do capital e a depreciação sugere que, para sustentar um crescimento econômico próximo de 4% ao ano, o Brasil poderia precisar elevar a taxa de investimento para aproximadamente 24% a 25% do PIB. Trata-se de uma estimativa, e não de uma meta oficial ou de uma relação automática entre investimento e crescimento. Ainda assim, ela revela a magnitude do esforço necessário: seria preciso aumentar os investimentos produtivos em cerca de sete a oito pontos percentuais do PIB, mobilizando recursos públicos e privados em escala nacional.

O investimento depende de decisões tomadas por diferentes agentes econômicos. O governo investe principalmente em infraestrutura e serviços públicos, de acordo com prioridades de desenvolvimento e com os recursos disponíveis no orçamento. As empresas estatais realizam investimentos associados às suas atividades, como energia, petróleo e infraestrutura, considerando seus planos de expansão e suas condições de financiamento. Já as empresas privadas investem quando esperam que a ampliação da produção seja lucrativa. Por isso, suas decisões dependem das perspectivas de demanda, dos custos de produção, incluindo os salários, dos juros, das condições de crédito e da confiança na evolução da economia. O desafio de uma estratégia nacional de desenvolvimento é coordenar esses diferentes investimentos para que se reforcem mutuamente.

A expectativa de lucro ocupa um lugar central nas decisões das empresas privadas. A rentabilidade depende da parcela da renda gerada que toma a forma de lucro, do volume efetivamente vendido e da produtividade das máquinas, equipamentos e instalações utilizados. Quando as vendas aumentam, as empresas podem utilizar melhor sua capacidade de produção, reduzindo custos por unidade produzida e ampliando seus lucros. Da mesma forma, investimentos em equipamentos modernos e novas tecnologias tendem a elevar a produtividade e tornar a produção mais rentável. Entretanto, mesmo empresas lucrativas podem adiar investimentos quando os juros são elevados, quando as perspectivas de crescimento são fracas ou quando existe grande incerteza sobre a demanda

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

e os lucros futuros. Assim, reduzir o custo do financiamento é importante, mas não basta, pois as empresas também precisam acreditar que haverá mercado para a produção adicional.

A relação entre salários, lucros e investimentos é particularmente importante. Um aumento dos salários pode reduzir a parcela da renda das empresas destinada aos lucros. Ao mesmo tempo, salários maiores ampliam o poder de compra dos trabalhadores, estimulando as vendas das empresas. Quando esse aumento da demanda permite utilizar melhor a capacidade produtiva, a massa de lucros pode crescer e incentivar novos investimentos. Portanto, a melhoria da distribuição de renda e a expansão dos investimentos não são necessariamente objetivos contraditórios. Seus efeitos dependem das condições de demanda, dos custos de produção, da concorrência e da capacidade das empresas de aumentar a produtividade. Uma estratégia de crescimento sustentado precisa combinar a valorização do trabalho com investimentos que ampliem a eficiência e a capacidade de produção da economia.

O investimento público pode contribuir para esse processo de duas maneiras. No curto prazo, a construção de estradas, ferrovias, hospitais, escolas e sistemas de saneamento gera encomendas para empresas e demanda por trabalhadores, materiais e equipamentos. Isso estimula a atividade econômica e pode favorecer novos investimentos privados. No médio e longo prazo, a infraestrutura concluída pode reduzir custos e elevar a produtividade. Uma ferrovia que diminui o custo do transporte, por exemplo, pode tornar viável a instalação de novas indústrias. A ampliação da oferta de energia elétrica pode permitir a expansão de atividades produtivas antes limitadas pelo custo ou pela disponibilidade de energia. Dessa forma, investimentos públicos bem planejados podem estimular investimentos privados que, isoladamente, não seriam realizados.

Esses efeitos, contudo, não são automáticos. Obras mal selecionadas, atrasos, custos excessivos ou investimentos sem conexão com as necessidades produtivas podem consumir recursos públicos sem gerar os benefícios esperados. A qualidade do planejamento, a capacidade de execução e a avaliação dos resultados são, portanto, tão importantes quanto o volume de recursos aplicado. Guilherme Klein (2026) em estudos reunidos pelo MADE/USP indicam que os investimentos públicos e as transferências sociais podem produzir efeitos positivos expressivos sobre a atividade econômica, superiores aos de outras categorias de despesa em determinadas condições. Esses resultados ajudam a compreender por que a composição do gasto público importa para o crescimento. Entretanto, estimativas obtidas a partir de experiências passadas não garantem que qualquer investimento futuro produzirá os mesmos efeitos.

O financiamento constitui outra condição essencial para a ampliação dos investimentos. Projetos industriais e de infraestrutura frequentemente exigem grandes volumes de recursos e levam vários anos para começar a gerar receitas. Por isso, precisam de crédito com prazos longos e custos compatíveis com sua rentabilidade esperada. Quando os juros são elevados ou os empréstimos possuem prazos curtos, projetos economicamente promissores podem se tornar inviáveis. Nesse contexto, bancos públicos, especialmente o BNDES, desempenham um papel importante no financiamento de investimentos de longo prazo. Bancos privados e o mercado de capitais também são fontes relevantes de recursos. A questão central é criar condições para que o financiamento esteja disponível a custos e prazos adequados, sem desconsiderar os riscos dos projetos e a sustentabilidade das instituições financeiras.

Além de aumentar o volume de investimentos, o Brasil precisa modificar sua composição. Não basta construir mais instalações ou adquirir mais máquinas, importa saber em quais atividades os recursos serão aplicados e quais capacidades produtivas e tecnológicas serão desenvolvidas. A política industrial procura enfrentar esse problema, estimulando atividades capazes de incorporar novas tecnologias, gerar empregos qualificados e ampliar a produtividade. A Nova Indústria Brasil

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

representa uma tentativa de coordenar investimentos, financiamento e inovação em setores considerados estratégicos. Seus resultados dependerão da capacidade de transformar recursos e incentivos em produção efetiva, desenvolvimento tecnológico e maior integração entre empresas, universidades e instituições de pesquisa. Também será necessário avaliar periodicamente os resultados e evitar que os benefícios públicos se convertam apenas em vantagens permanentes para empresas sem contrapartidas econômicas e sociais.

As novas tecnologias digitais ilustram as oportunidades e os limites dessa estratégia. A atração de centros de processamento de dados, conhecidos como data centers, pode ampliar a infraestrutura necessária à computação e à inteligência artificial. Entretanto, essas instalações exigem grandes investimentos em equipamentos, consomem quantidades significativas de energia e podem gerar relativamente poucos empregos permanentes. Seu benefício para a economia brasileira dependerá, em grande medida, da capacidade de estimular atividades complementares, como desenvolvimento de programas de computador, serviços tecnológicos, pesquisa científica e formação de profissionais especializados. Sem essas conexões, parte importante dos benefícios pode ficar concentrada em empresas estrangeiras fornecedoras de equipamentos e tecnologia.

O fortalecimento da pesquisa científica e o apoio a novas atividades econômicas também fazem parte dessa perspectiva. Propostas como o Programa Conhecimento Brasil, voltado à atração e à repatriação de pesquisadores, podem contribuir para ampliar a capacidade nacional de inovação. Contudo, seus resultados dependem da existência de laboratórios, financiamento estável e oportunidades de trabalho científico. O desenvolvimento econômico contemporâneo exige, portanto, uma visão ampla de política produtiva, que inclua tanto a modernização da indústria quanto a expansão de serviços e atividades intensivas em conhecimento.

A soberania energética e mineral representa outra dimensão da estratégia de desenvolvimento. O Brasil dispõe de importantes reservas de petróleo, minerais críticos e outros recursos naturais que podem gerar receitas, investimentos e oportunidades industriais. Entretanto, a exploração desses recursos não assegura, por si só, maior desenvolvimento tecnológico ou diversificação da economia. A questão decisiva é saber se as receitas e os investimentos associados ao pré-sal, à Margem Equatorial e aos minerais estratégicos contribuirão para ampliar a produção nacional de equipamentos, desenvolver tecnologias, fortalecer a pesquisa e financiar a transição energética. Uma estratégia baseada apenas na exportação de matérias-primas pode aumentar a produção e as receitas externas sem modificar significativamente a estrutura produtiva. Ao mesmo tempo, as decisões sobre exploração precisam considerar os custos ambientais, os riscos ecológicos e os impactos sobre as populações e os territórios envolvidos.

A ampliação dos investimentos também enfrenta uma dificuldade de tempo. Grandes projetos de infraestrutura e transformação industrial exigem planejamento, licenciamento, financiamento, execução e formação de trabalhadores. Seus efeitos mais importantes sobre a capacidade produtiva podem levar anos para se concretizar. Como o quarto mandato começará em um contexto de desaceleração econômica, será necessário combinar medidas capazes de sustentar a atividade no curto prazo com projetos de maturação mais longa. Isso exige continuidade administrativa, planejamento, coordenação entre diferentes esferas de governo e mecanismos que permitam acompanhar a execução e os resultados dos programas.

O desafio central para o governo entre 2027-2030 será elevar a acumulação de capital com a expansão do investimento produtivo. O programa econômico identifica instrumentos importantes, mas sua viabilidade dependerá de quanto o governo, as empresas estatais e o setor privado conseguirão ampliar seus investimentos e de como esses recursos serão distribuídos entre diferentes

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

atividades. O sucesso da estratégia dependerá da capacidade de mobilizar financiamento, selecionar projetos relevantes, elevar a produtividade e criar condições para que o investimento público estimule a expansão privada. Aumentar os investimentos na dimensão necessária constitui, portanto, um esforço nacional que exige planejamento, capacidade de execução e uma visão de desenvolvimento de longo prazo.

6.3 – Crescimento, juros e sustentabilidade fiscal

A situação fiscal e o crescimento econômico são dimensões de um mesmo problema. Quando a economia cresce pouco, a arrecadação tributária avança lentamente, as demandas sociais tornam-se mais difíceis de serem atendidas e a dívida pública tende a pesar mais em relação à produção nacional. Ao mesmo tempo, juros elevados e cortes de investimentos podem enfraquecer o crescimento. Por isso, não se trata de escolher entre crescimento e responsabilidade fiscal, mas de combinar políticas que preservem a capacidade de financiamento do Estado e ampliem a produção e a produtividade.

A evolução da dívida em relação ao Produto Interno Bruto depende, sobretudo, de três fatores: da taxa efetiva de juros incidente sobre a dívida pública, do crescimento da economia e da diferença entre receitas e despesas públicas, excluídos os juros, o chamado resultado primário. Quando os juros superam o crescimento, a estabilização da dívida exige maior esforço fiscal. Em contrapartida, uma economia que cresce mais rapidamente amplia a arrecadação e reduz o peso relativo de uma dívida que não aumente na mesma proporção. Outros fatores, como mudanças no valor de ativos e passivos públicos, também influenciam essa trajetória.

Um exemplo ilustra a importância dessa relação. Suponha uma dívida equivalente a 80% do PIB e juros reais efetivos de 6% ao ano. Se a economia crescer 1,5%, seria necessário um superávit primário de aproximadamente 3,5% do PIB para estabilizar a dívida. Com crescimento de 3%, esse esforço cairia para cerca de 2,3%; com crescimento de 4%, para 1,5%. São valores hipotéticos, não projeções para o Brasil. Eles mostram que o crescimento não elimina a necessidade de uma política fiscal consistente, mas pode tornar seus objetivos menos difíceis de alcançar.

As projeções fiscais disponíveis em outubro de 2026 pelo Ministério da Fazenda (2026) ilustram o problema. O Prisma Fiscal indicava mediana de déficit primário do Governo Central de aproximadamente R$ 44 bilhões para 2027 e dívida bruta de 87% do PIB. São expectativas de participantes do mercado, não resultados inevitáveis. Elas revelam, contudo, que a transição para o novo mandato ocorre sob preocupação com a trajetória da dívida e com o espaço para despesas discricionárias, particularmente investimentos.

Os juros também afetam a capacidade de crescimento. Taxas elevadas encarecem o crédito às famílias, o capital de giro das empresas e o financiamento de projetos de longo prazo. Além disso, aumentam o custo da dívida pública. O efeito, porém, depende dos títulos emitidos pelo governo: aqueles vinculados à taxa Selic respondem mais rapidamente às mudanças dos juros, enquanto títulos prefixados e corrigidos pela inflação seguem condições distintas. As expectativas de mercado financeiro apontavam para uma redução gradual da Selic ao longo de 2027, embora os juros tendam a permanecer elevados. Mesmo uma redução gradual não eliminaria imediatamente os efeitos de anos de financiamento caro.

A composição da dívida pública é, portanto, relevante. Uma parcela elevada de títulos indexados à Selic faz com que mudanças na taxa básica afetem rapidamente os encargos do governo. Reduzir essa dependência pode trazer vantagens, mas não garante economia: para comprar títulos com juros fixos ou prazos mais longos, investidores podem exigir remuneração maior como compensação pelos

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

riscos de inflação e de mercado. A gestão da dívida precisa considerar esses custos, e não apenas a substituição de uma modalidade de título por outra.

O debate recente sobre a proposta monetária de André Lara Resende explicita esse conflito. A proposta busca reforçar a coordenação fiscal e monetária e estabelecer uma trajetória de redução da taxa de juros básica, a Selic, com limites institucionais para sua determinação. O argumento é que juros persistentemente elevados elevam o serviço da dívida, restringem o investimento e podem deteriorar o próprio quadro fiscal por meio do crescimento econômico baixo. Oreiro (2026), embora compartilhe a preocupação com o custo dos juros, questiona a viabilidade de limitar administrativamente a Selic sem modificar a estrutura da dívida e os mecanismos de transmissão monetária. Segundo sua crítica, uma redução acelerada dos juros poderia estimular a saída de capitais, pressionar a taxa de câmbio e elevar as expectativas de inflação, dificultando a manutenção de juros mais baixos.

A reação negativa de agentes do mercado financeiro e economistas a ele ligados às propostas de André Lara Rezende veio com muita força, apesar de sua credibilidade (foi membro central da equipe que elaborou o Plano Real, além de profundo conhecedor e ator importante do mercado financeiro).

É importante, ainda, distinguir a Selic, que orienta os juros de curto prazo, do custo efetivo dos empréstimos destinados a fábricas, máquinas e infraestrutura. Mesmo com a queda da taxa básica, empresas podem continuar enfrentando financiamento caro se os bancos e investidores considerarem elevados os riscos de crédito, inflação e incerteza econômica. Por isso, uma política de juros mais favorável ao investimento precisa ser acompanhada por financiamento de longo prazo, gestão adequada da dívida pública e expectativas de crescimento econômico.

A política fiscal também envolve escolhas sobre a composição das despesas e das receitas. Investimentos em transporte, saneamento e energia podem estimular a atividade no presente e aumentar a produtividade no futuro. Transferências sociais, saúde e educação respondem a necessidades imediatas e podem favorecer o crescimento e o bem-estar. A revisão de benefícios tributários, a melhoria da eficiência do gasto e uma arrecadação mais progressiva podem ampliar o espaço para essas prioridades, mas dependem de decisões políticas e de boa implementação. Não existe uma solução puramente contábil para conciliar melhoria dos serviços públicos, aumento dos investimentos e controle da dívida pública.

O desafio para 2027-2030 será evitar um círculo de crescimento fraco, arrecadação insuficiente, juros elevados e redução do investimento público. Qualquer alternativa que se apresente exige combinar responsabilidade fiscal, condições financeiras mais favoráveis e investimentos capazes de elevar a produtividade e ampliar a produção. O crescimento é parte da solução para a sustentabilidade da dívida, mas seus benefícios dependerão da qualidade dos investimentos, do controle da inflação e, assim, transformar a recuperação da atividade econômica em crescimento duradouro.

6.4 – Trabalho, renda e condições de vida

O crescimento econômico só se converte em desenvolvimento social quando seus resultados alcançam a população por meio de empregos, rendimentos, melhoria dos serviços públicos e redução das inseguranças cotidianas. A queda do desemprego entre 2023 e 2026 constitui uma mudança importante, mas não elimina diferenças regionais, raciais, de gênero e de escolaridade no acesso a ocupações protegidas e bem remuneradas. Tampouco resolve o problema da produtividade baixa, especialmente em atividades que absorvem parcela expressiva da força de trabalho.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

A qualidade do emprego precisa ocupar lugar central na agenda de 2027-2030. No trimestre encerrado em setembro de 2026, a informalidade atingia 37,5% dos trabalhadores ocupados, frequentemente associados a menor acesso à previdência, férias e outras formas de proteção social. Entretanto, a informalidade reúne situações distintas, desde trabalhadores autônomos relativamente bem remunerados até ocupações precárias e instáveis. A formalização como microempreendedor individual (MEI) não assegura, por si só, proteção trabalhista e previdenciária. Por isso, políticas de qualificação, fiscalização, simplificação tributária e apoio a pequenos negócios devem considerar essa diversidade e evitar a substituição indevida de relações de emprego por contratos entre empresas.

A composição setorial das novas vagas também importa. No segundo trimestre de 2026, a ocupação na indústria de transformação recuou 1,7% em relação ao mesmo período de 2025, enquanto transporte avançou 4,9% e saúde e educação cresceram 2,8%. Nos doze meses encerrados em agosto, o Novo Caged registrou saldo de apenas 15,7 mil vínculos na indústria de transformação, contra 190,8 mil em atividades administrativas e serviços complementares e 130,7 mil em saúde e serviços sociais. Os dados não autorizam uma hierarquia automática de qualidade entre setores, mas indicam que a estrutura das oportunidades de trabalho está mudando e que a política produtiva precisa considerar salários, qualificação, estabilidade e possibilidades de progressão profissional.

O trabalho por plataformas digitais amplia oportunidades de ocupação e flexibilidade, mas também pode transferir riscos aos trabalhadores, intensificar jornadas e dificultar a negociação coletiva. A remuneração por tarefa e a gestão por algoritmos exigem regras sobre transparência, remuneração mínima, previdência, proteção em acidentes e representação dos trabalhadores, considerando as diferenças entre transporte, entregas e outros serviços. Ao mesmo tempo, uma Plataforma Pública Nacional de Empregabilidade, apoiada por inteligência artificial, poderia facilitar o acesso a vagas e qualificações, desde que assegurasse proteção de dados e integração com a rede pública de emprego.

A redução da jornada semanal de trabalho, de 44 para 40 hora semanais, com o fim da escala 6x1, sem redução dos salários, envolve benefícios individuais e sociais e alguns desafios econômicos. Segundo a Cesit e Unicamp (2026), uma jornada menor pode melhorar a saúde, ampliar o tempo de descanso e de convivência familiar, reduzir a rotatividade e o absenteísmo. Entretanto, seus efeitos sobre os custos, o emprego e a produtividade variam entre setores e tamanhos de empresa. A transição exige planejamento, negociação coletiva e medidas de adaptação, sobretudo para micro e pequenas empresas. Seus resultados dependerão também da reorganização da produção e dos efeitos positivos dos investimentos sobre a produtividade do trabalho.

Os salários reais dependem tanto da dinâmica do mercado de trabalho e do crescimento econômico quanto do comportamento dos preços. A valorização do salário-mínimo e a negociação coletiva tendem a fortalecer a renda dos trabalhadores e o mercado interno. A continuidade desses avanços depende também do ritmo e padrão do crescimento econômico, da distribuição dos ganhos de produtividade e da estabilidade dos preços.

Em 2026, apesar do aumento da renda do trabalho, o consumo das famílias perdeu vigor, em parte devido ao peso crescente das dívidas das famílias sobre o orçamento doméstico. A renegociação pode aliviar essa situação, inclusive por meio da compra de carteiras de créditos bancários com desconto, permitindo a quitação de obrigações por valores inferiores aos saldos originais. Entretanto, o benefício depende dos critérios de seleção, dos preços pagos e da transparência das operações. É necessário evitar que recursos públicos sejam utilizados principalmente para compensar perdas dos bancos. Sem renda estável e crédito em condições mais favoráveis, o alívio das dívidas pode ser apenas temporário.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

O perdão de dívidas tributárias de microempreendedores individuais (MEIs) tem natureza diferente da renegociação de créditos bancários. Quando direcionado a pequenos negócios com dificuldades reais de pagamento, pode facilitar sua regularização e continuidade. Entretanto, anistias generalizadas e frequentes podem desestimular o pagamento regular dos tributos. O desafio é combinar o alívio financeiro com medidas que fortaleçam a atividade produtiva e a geração de renda.

A inflação também precisa ser analisada a partir de sua composição. Alimentos, energia e transporte têm peso elevado nas despesas das famílias de menor renda; serviços de saúde e educação afetam de forma distinta diferentes grupos. Choques climáticos, preços internacionais de energia e variações cambiais podem pressionar esses itens mesmo em períodos de demanda moderada. Uma política de estabilidade de preços é socialmente relevante, mas seu desenho deve considerar a origem dos choques e os custos de uma desaceleração excessiva do emprego e da atividade.

A relação entre crescimento e bem-estar também envolve as desigualdades territoriais. Municípios dependentes de transferências, regiões com pouca atividade industrial e periferias urbanas enfrentam dificuldades distintas das observadas nos grandes centros econômicos. Investimentos em transporte, saneamento, conectividade, educação e saúde podem reduzir essas desigualdades, elevar a produtividade e melhorar diretamente as condições de vida. O desafio para 2027-2030 será transformar o crescimento econômico em empregos de melhor qualidade, maior proteção social e oportunidades mais amplas para a população. O desenvolvimento deve ser avaliado, em última instância, por sua capacidade de melhorar a vida das pessoas.

6.5 – Tributação, desigualdade e proteção social

A política tributária influencia a capacidade de financiamento do Estado, os incentivos econômicos e a distribuição de renda. A transição para o novo sistema de tributação do consumo pretende simplificar regras e reduzir distorções, mas seus resultados dependerão da implementação, da repartição das receitas entre os entes federativos e do tratamento dos bens essenciais. Seus efeitos distributivos devem ser avaliados considerando não apenas as alíquotas legais, mas também o peso efetivo dos tributos sobre famílias com diferentes níveis de renda e estrutura de consumo. A redução da carga tributária sobre o consumo das famílias mais pobres tende a contribuir para diminuir desigualdades e ampliar seu poder de compra.

A reforma do Imposto de Renda, com ampliação da isenção na base e tributação mínima de rendimentos elevados, constitui outro elemento dessa agenda. Essas medidas podem reduzir desigualdades, embora persistam diferenças importantes na tributação de rendimentos e patrimônios no topo da distribuição. A progressividade não depende apenas das alíquotas legais, mas também da base efetivamente tributada, dos tratamentos especiais, da evasão e da capacidade de fiscalização. Seus efeitos distributivos devem ser avaliados em conjunto com os impostos sobre o consumo e com o destino dos recursos arrecadados, considerando tanto quem financia quanto quem se beneficia das políticas públicas.

O financiamento das políticas sociais não deve ser apresentado apenas como custo orçamentário. Educação, saúde, alimentação adequada, assistência social e proteção à infância produzem benefícios imediatos e podem melhorar as condições de desenvolvimento humano e a produtividade futura. A oferta de serviços públicos de qualidade também reduz despesas privadas das famílias e amplia suas oportunidades econômicas e sociais. Por outro lado, a expansão dessas políticas exige recursos permanentes, gestão eficiente e avaliação de resultados. Programas de transferência de renda podem reduzir a pobreza e estabilizar o consumo em momentos de dificuldade, mas não substituem políticas de geração de emprego, habitação, saneamento e ampliação dos serviços

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

públicos. A avaliação das políticas sociais deve considerar sua cobertura, seus efeitos distributivos e a melhoria efetiva das condições de vida, e não apenas o volume de recursos gastos.

A segurança alimentar merece atenção particular porque reúne renda, preços e condições de produção. A elevação dos preços dos alimentos pode comprometer rapidamente o poder de compra das famílias de menor renda, mesmo quando a inflação geral desacelera. Políticas de abastecimento, apoio à produção de alimentos, melhoria da logística, alimentação escolar e proteção social podem atuar de maneira complementar. Os impactos dos eventos climáticos sobre as safras reforçam a necessidade de medidas preventivas, como a existência de estoques reguladores capazes de reduzir o impacto da queda da oferta sobre os preços dos alimentos.

A proteção à infância constitui um desafio decisivo para a qualidade do desenvolvimento. A pobreza infantil combina insuficiência de renda, insegurança alimentar, dificuldades de aprendizagem e acesso desigual a cuidados e serviços públicos. Seu enfrentamento requer a integração entre transferências de renda, educação, saúde, saneamento e políticas de cuidado. Os resultados dessas ações devem ser avaliados pela redução das privações e pela ampliação efetiva das oportunidades de crianças e adolescentes. Investimentos nessa área podem produzir benefícios duradouros, ao melhorar as condições de aprendizagem, saúde e inserção produtiva das futuras gerações.

A ampliação do acesso à previdência enfrenta uma dificuldade estrutural: milhões de trabalhadores alternam empregos formais, trabalho por conta própria e períodos sem contribuição. Regras desenhadas para carreiras contínuas deixam lacunas de cobertura, especialmente entre trabalhadores intermitentes, autônomos e de plataformas digitais. A simplificação das contribuições para pessoas de baixa renda, a integração cadastral e mecanismos de proteção durante períodos de instabilidade podem ampliar a cobertura. Essas medidas, entretanto, exigem financiamento definido e avaliação de seus efeitos sobre a sustentabilidade previdenciária.

A manutenção da valorização real do salário-mínimo fortalece a renda dos trabalhadores e dos beneficiários de prestações previdenciárias e assistenciais vinculadas ao piso nacional. Seus efeitos sobre o consumo tendem a ser importantes entre famílias de menor renda, que destinam parcela elevada de seus rendimentos à aquisição de bens e serviços. Entretanto, os resultados distributivos dependem do alcance efetivo do salário-mínimo, especialmente entre trabalhadores informais, da evolução da produtividade e de seus efeitos sobre as despesas públicas. A política de valorização deve, portanto, ser articulada à estratégia de crescimento econômico e às condições de financiamento da proteção social.

A distribuição funcional da renda, entre salários e lucros, também importa para a trajetória econômica. Uma participação maior dos salários pode ampliar a demanda por bens e serviços, especialmente quando beneficia trabalhadores de menor renda. Entretanto, a resposta do investimento depende da lucratividade esperada, do grau de utilização da capacidade produtiva e das perspectivas de crescimento e produtividade. Políticas que combinem valorização do trabalho, investimentos em infraestrutura e inovação procuram atuar sobre esses mecanismos simultaneamente. A redução das desigualdades, portanto, pode contribuir para o crescimento econômico, mas exige condições produtivas e institucionais capazes de sustentar seus efeitos ao longo do tempo.

É nesse ponto que desenvolvimento econômico e democracia se encontram. A melhora do emprego e da renda não se traduz necessariamente em maior bem-estar quando moradia, transporte, saúde, educação e endividamento continuam pressionando o orçamento familiar. A confiança nas instituições não decorre mecanicamente do crescimento econômico, mas políticas públicas transparentes e capazes de produzir resultados social e territorialmente amplos podem fortalecer as

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

condições materiais do exercício da cidadania. Por isso, o êxito de uma estratégia de desenvolvimento não deve ser medido apenas pelo crescimento do PIB ou pela trajetória da dívida pública, mas também pela redução das desigualdades, pela qualidade dos serviços públicos e pela segurança econômica da população.

6.6 – Considerações finais: desenvolvimento e melhoria das condições de vida

O quarto governo Lula iniciará seu mandato diante de uma economia que recuperou empregos e rendimentos, mas ainda não consolidou um novo ciclo de investimento e de aumento da produtividade. As projeções disponíveis em outubro de 2026 indicam crescimento moderado para 2027 e uma taxa de investimento ainda baixa. O desafio central não será apenas preservar os avanços recentes, mas construir as condições para que se tornem duradouros, com expansão da capacidade produtiva, melhoria dos serviços públicos e redução das desigualdades sociais.

A estratégia baseada na expansão da infraestrutura, na política industrial, no financiamento de longo prazo, na atuação das empresas estatais e no fortalecimento do mercado interno apresenta mecanismos econômicos identificáveis. Seu êxito dependerá da capacidade de elevar efetivamente a taxa de investimento, estimular decisões privadas e produzir ganhos de produtividade. A distância entre o patamar recente de investimento e aquele necessário, sob determinadas hipóteses, para sustentar taxas mais elevadas de crescimento mostra a dimensão do esforço requerido. Metas verificáveis, coordenação institucional e avaliação dos resultados serão essenciais.

As propostas para 2027-2030 podem ser organizadas em três conjuntos complementares. O primeiro busca ampliar a capacidade produtiva, por meio de investimentos em infraestrutura, indústria, tecnologia, energia e pesquisa. O segundo procura melhorar as condições de trabalho e renda, com valorização do salário-mínimo, redução da jornada, regulação das plataformas digitais e ampliação da intermediação pública de empregos. O terceiro pretende aliviar restrições financeiras e fortalecer a proteção social, por meio da renegociação de dívidas, do apoio a pequenos negócios, da ampliação da cobertura previdenciária e da melhoria dos serviços públicos. A eficácia dessas medidas dependerá de sua articulação e de avaliações transparentes de custos e resultados.

O problema fiscal não pode ser separado do crescimento econômico. A trajetória da dívida pública depende do resultado primário, dos juros, da expansão do PIB e de outros ajustes. A arrecadação e a capacidade de financiar políticas sociais dependem, por sua vez, da atividade econômica. A sustentabilidade fiscal é condição para a continuidade das políticas públicas, mas também pode ser favorecida por taxas mais elevadas de crescimento e produtividade. O desafio consiste em evitar que a busca de equilíbrio no curto prazo comprometa investimentos capazes de melhorar as perspectivas de médio prazo, sem desconsiderar os riscos de financiamento e inflação.

A implementação dessa estratégia também dependerá das condições políticas. O quarto governo Lula terá de lidar com uma oposição forte e organizada, com divergências no Congresso Nacional e com interesses econômicos e sociais distintos em torno da tributação, dos gastos públicos, dos direitos trabalhistas e da política de desenvolvimento. A construção de maiorias parlamentares e a negociação com diferentes setores da sociedade serão fundamentais para viabilizar as propostas. Entretanto, os compromissos necessários à formação dessas maiorias poderão limitar o alcance das reformas ou modificar seu conteúdo. A capacidade de combinar negociação política, participação social e continuidade das políticas públicas será, portanto, tão importante quanto a consistência econômica da estratégia adotada.

Em última instância, o desenvolvimento deve ser avaliado por sua capacidade de melhorar as condições de vida da população, por meio da ampliação do trabalho protegido, da preservação do

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

poder de compra, da oferta de serviços públicos de qualidade e da redução da pobreza e das desigualdades. O desafio para 2027-2030 será construir uma trajetória em que investimento, crescimento econômico, sustentabilidade fiscal e distribuição de renda possam se reforçar mutuamente. Essa trajetória, contudo, não está assegurada. Sua concretização dependerá das escolhas de política econômica, da capacidade de planejamento e execução do Estado, da resposta dos agentes privados e da construção das condições políticas e sociais necessárias à implementação das transformações propostas.

A dimensão desse desafio exigirá do quarto governo Lula uma mudança significativa na escala, na velocidade e na coordenação das ações econômicas, sociais e políticas. Será necessário combinar medidas capazes de produzir resultados no curto prazo, combinado com investimentos e reformas estruturais cujos efeitos se manifestarão ao longo de vários anos. Isso pressupõe uma capacidade de articulação e execução de políticas públicas pouco observada na experiência brasileira recente. Embora seja importante preservar os avanços alcançados no terceiro mandato, sua continuidade, por si só, dificilmente será suficiente para sustentar uma trajetória de crescimento mais acelerado e melhoria persistente das condições de vida. Sem uma estratégia de desenvolvimento mais articulada, capaz de mobilizar investimentos, elevar a produtividade e produzir resultados perceptíveis para a população, o governo enfrentará dificuldades crescentes para realizar seus objetivos até 2030. O crescimento econômico será um instrumento desse processo, mas seu êxito deverá ser medido, sobretudo, pela melhoria efetiva das condições de vida da população brasileira.

7 – MEIO AMBIENTE, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO

O Brasil chega a novembro com resultados ambientais que merecem reconhecimento e escolhas de desenvolvimento que continuam em disputa. A redução do desmatamento mostra capacidade de produzir mudanças. O problema é saber se essa capacidade se tornará orientação duradoura para o crédito, a infraestrutura, a energia e a ocupação dos territórios. Uma política ambiental pode ganhar eficiência enquanto outras decisões públicas aumentam os riscos que ela tenta conter. A coerência do governo será medida nessa convivência.

A questão ambiental deixou de caber em um setor da administração. Ela comparece no preço dos alimentos, na segurança da moradia, no abastecimento de água e na conta de luz. Afeta a produção rural e os trajetos cotidianos nas cidades. Também distribui custos de forma desigual: quem dispõe de menos renda e de menor influência sobre as decisões costuma ter menos condições de se proteger. A conjuntura de 2027 começará com essa conta sobre a mesa, ainda que alguns prefiram arquivá-la na pasta das boas intenções.

Reconhecer os avanços exige também considerar os limites ecológicos e avaliar quem participa das decisões e recebe seus benefícios. Furtado (1974) já colocava em questão a generalização de padrões de desenvolvimento e consumo incompatíveis com as condições materiais do planeta. A pergunta permanece atual: crescer para oferecer quais condições de vida, a quem e mediante quais custos? A resposta exige mais do que acrescentar uma tonalidade verde ao material de divulgação.

7.1 – O desmatamento em 2025 e o alcance da melhora

O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil de 2025, do MapBiomas, registra redução nos seis biomas monitorados. A Tabela 1 utiliza a série de 2024 revisada na própria edição RAD2025, evitando a comparação entre versões distintas. O Brasil passou de aproximadamente 1,241 milhão

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

para 984,8 mil hectares de supressão detectada, queda de 20,6%. É um resultado a valorizar. Permanece, entretanto, uma perda anual próxima de um milhão de hectares (MapBiomas, 2026, p. 43-44).

Tabela 1 - Supressão de vegetação registrada por bioma em 2024 e 2025

Bioma	2024 hectares	2025 hectares	Variação
Amazônia	378.254	289.478	−23,5%
Cerrado	650.370	540.614	−16,9%
Caatinga	174.119	128.947	−25,9%
Mata Atlântica	13.553	12.912	−4,7%
Pampa	880	583	−33,8%
Pantanal	23.756	12.260	−48,4%
Brasil	1.240.933	984.794	−20,6%

Fonte: MapBiomas (2026, tabela 8, p. 44). Série de 2024 revisada no RAD2025. No Pampa, a detecção não abrange adequadamente campos nativos. Valores arredondados; podem ocorrer diferenças de 1 hectare nas somas. 1 km² corresponde a 100 hectares.

O Cerrado respondeu por 54,9% da área registrada em 2025. A leitura política desse dado é que a conservação precisa ocupar o centro das decisões sobre expansão produtiva e uso da água também fora da floresta amazônica. A queda na Caatinga e nos demais biomas amplia o alcance da melhora; diferenças de escala e de cobertura dos sistemas, porém, exigem avaliações próprias. O número nacional é uma síntese útil, desde que não apague as condições de cada território.

No Pampa, o RAD adverte que a detecção está calibrada para supressão florestal e não cobre adequadamente a conversão dos campos nativos. Os 583 hectares não representam, portanto, toda a transformação do bioma. Há ainda pequenas diferenças de arredondamento entre parcelas e totais da publicação. Essas ressalvas integram a interpretação do indicador e impedem que a aparência de precisão produza uma conclusão ambiental mais ampla do que o monitoramento permite (MapBiomas, 2026, p. 44).

A política pública precisa fazer a melhora persistir. Isso envolve fiscalização, destinação de terras públicas, regularização ambiental e condições econômicas para conservar e recuperar áreas. O Cadastro Ambiental Rural exige validação e articulação com outras bases; sua inscrição não substitui título de propriedade nem autorização de supressão. A redução deve ser acompanhada também pelo destino das áreas abertas, pela responsabilização das infrações e pela capacidade de impedir reincidência.

O desmatamento é um dos indicadores. Área queimada, degradação, fragmentação e qualidade das águas descrevem outras dimensões. Uma floresta pode perder funções ecológicas sem que toda a área atingida seja classificada como supressão. Confundir esses fenômenos cria tanto celebrações excessivas quanto diagnósticos que ignoram avanços. A prestação de contas precisa comportar mais de uma informação: o país pode desmatar menos e continuar sofrendo danos ambientais graves.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

7.2 – O que a atualização de 2026 permite afirmar

A divulgação do INPE de outubro oferece uma atualização expressiva para Amazônia e Cerrado. O período PRODES 2026 vai de agosto de 2025 a julho de 2026, diferentemente do ano civil do RAD. Na Amazônia Legal, a taxa divulgada foi de 3.335 km², redução de 41,8% frente à taxa consolidada anterior de 5.731 km². No Cerrado, foram 5.516,69 km², queda de 23,8% em relação a 7.235,27 km². O resultado amazônico é estimativo; o do Cerrado é consolidado (INPE, 2026).

Tabela 2 - Atualização selecionada do PRODES para 2026

Recorte	2025 km²	2026 km²	Variação
Amazônia Legal	5.731	3.335	−41,8%
Cerrado	7.235,27	5.516,69	−23,8%

Fonte: INPE (2026). Anos PRODES: agosto a julho. Amazônia 2026: estimativa; Cerrado 2026: consolidado. Recortes territoriais e métodos distintos dos do RAD. Não somar as duas linhas nem interpretar como total do Brasil.

As duas séries não devem ser somadas ou emendadas à tabela anterior. Além do calendário e do método, há diferença territorial entre Amazônia Legal e bioma Amazônia. Os números de 2026 selecionados aqui atualizam esses dois recortes e não constituem balanço anual dos seis biomas. Também não contabilizam os acontecimentos posteriores a julho. A notícia favorável não precisa de uma comparação inadequada para ter valor.

O avanço merece reconhecimento ao poder público e às redes de monitoramento e proteção. Sua continuidade dependerá de orçamento, pessoal, cooperação federativa e segurança de quem atua nos territórios. Se o governo transformar o resultado em justificativa para afrouxar instrumentos que ajudaram a produzi-lo, passará a administrar o próprio êxito como se ele fosse uma licença para esquecê-lo. O objetivo de 2027 deverá ser consolidar capacidade estatal e reduzir as pressões que tornam a fiscalização uma tarefa sem descanso.

7.3 – Agronegócio e commodities diante das condições de produzir

A importância da agropecuária para a economia e o abastecimento não dispensa o exame de seus diferentes sistemas produtivos. Há produtores, cadeias e territórios com condições muito distintas. O debate perde qualidade quando trata todo o setor como infrator ou quando usa sua importância econômica para suspender a avaliação de danos. Produzir alimentos, gerar divisas e proteger os ecossistemas exigem escolhas concretas sobre terra, crédito, tecnologia e distribuição de riscos.

O modelo de commodities organiza parte relevante da produção em torno de mercados externos e grandes corredores logísticos. O ganho de competitividade pode ampliar renda e circulação econômica, mas seus benefícios não se distribuem automaticamente no território. O planejamento precisa considerar concentração fundiária, dependência de preços internacionais e custos ambientais. Uma tonelada exportada informa algo sobre a atividade econômica; informa muito pouco, sozinha, sobre a qualidade da vida de quem mora ao longo da rota.

Abramovay (2012) propõe examinar as finalidades da economia e sua dependência dos serviços dos ecossistemas, para além da adoção isolada de tecnologias mais eficientes. Essa

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

perspectiva ajuda a avaliar o setor rural: produtividade por hectare, recuperação de áreas e redução de desperdício têm valor, mas a eficiência de uma unidade não garante redução da pressão total quando se amplia a escala. Incentivos precisam vincular a melhora produtiva à conservação efetiva e ao cumprimento das obrigações ambientais.

Para 2027, a agenda deve combinar rastreabilidade, controle de fornecedores, validação cadastral e condicionantes de crédito com assistência técnica e soluções acessíveis a produtores de diferentes portes. Regularizar exige distinguir ocupações, direitos e responsabilidades. A expansão sobre áreas já abertas precisa ser examinada à luz de sua aptidão, disponibilidade e situação fundiária; não basta anunciar que toda área degradada está pronta para qualquer atividade.

A demanda externa também pode estimular padrões ambientais mais exigentes. A resposta brasileira deve defender tratamento comercial justo e, ao mesmo tempo, demonstrar a integridade de suas cadeias. Contestar uma barreira discriminatória e cumprir compromissos ambientais são tarefas compatíveis. O risco é usar a soberania como argumento genérico para evitar transparência. Quem reivindica confiança internacional precisa oferecer informação verificável dentro de casa.

A agricultura familiar, os sistemas agroflorestais e a produção associada à sociobiodiversidade precisam de crédito, armazenamento, pesquisa, assistência e mercado. Exaltá-los em uma conferência e submetê-los depois à falta de infraestrutura conserva uma desigualdade antiga. O desenvolvimento territorial requer serviços públicos e condições de permanecer, decidir e produzir com dignidade. A floresta em pé precisa ser economicamente viável para seus habitantes, sem que seus direitos dependam de provar rentabilidade a cada novo investidor.

7.4 – Água e energia na mesma decisão de desenvolvimento

A irrigação evidencia a ligação entre produção, água e energia. Segundo a ANA, a retirada total estimada em 2024 foi de 2.098,7 m³/s: 50,3% para irrigação, 22,3% para abastecimento humano e 9,9% para indústria. São dados de retirada, não percentuais de consumo líquido. O primeiro conceito descreve a captação; o segundo considera a parcela que não retorna diretamente ao corpo hídrico. A disponibilidade precisa ser examinada por bacia e período, e não deduzida de uma média nacional (ANA, 2026).

O desafio não se resume a trocar equipamentos. Irrigação mais eficiente pode reduzir a água necessária por unidade produzida, mas a ampliação da área irrigada pode elevar a demanda total. Outorga, medição, fiscalização e planejamento de bacia devem acompanhar os incentivos. A economia de energia no bombeamento não equivale automaticamente a economia de água. E a água subterrânea também necessita de conhecimento e controle de uso; sua menor visibilidade não a transforma em reserva sem limite.

A hidreletricidade devolve a discussão ao regime dos rios. A operação dos reservatórios precisa considerar geração, abastecimento, cheias, navegação e condições ecológicas, com conflitos que variam no tempo e no espaço. Projetos apresentados como renováveis continuam sujeitos a impactos territoriais e sociais. A categoria da fonte não resolve, por si, a qualidade do empreendimento. Também térmicas e determinadas atividades industriais exigem avaliação de água para resfriamento, processos e descarte.

O BEN 2026, com ano-base 2025, registra 49,5% de renováveis na matriz energética e 86,8% na matriz elétrica. A geração solar cresceu 24,7%, a eólica 8,2% e a hidrelétrica caiu 4,8% em relação a 2024. São vantagens relevantes, que não autorizam confundir eletricidade com o conjunto da energia consumida. O transporte permanece um campo decisivo para a redução da dependência de combustíveis fósseis (EPE, 2026).

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

A expansão eólica e solar requer transmissão, integração ao sistema e avaliação de seus efeitos sobre comunidades e usos do solo. A promessa de energia limpa precisa chegar acompanhada de contratos compreensíveis, participação e distribuição de benefícios. Hidrogênio e novos empreendimentos industriais devem informar demanda efetiva de água, origem do abastecimento e alternativas locacionais. Não existe um consumo hídrico único aplicável a toda tecnologia ou região.

A mesma exigência vale para grandes centros de dados e outras atividades intensivas em eletricidade. É necessário conhecer projeto, sistema de refrigeração, fonte energética e situação da bacia antes de atribuir um impacto. O país pode atrair investimentos e exigir transparência sobre o que eles demandam. Uma política industrial que anuncia empregos, mas deixa água e energia para uma nota de rodapé, começa sua contabilidade tarde demais.

7.5 – El Niño e as perspectivas para o verão de 2026 e 2027

O El Niño altera a circulação atmosférica a partir do aquecimento do Pacífico Equatorial e interage com outros fatores. O boletim conjunto de outubro indica persistência ao menos até o primeiro trimestre de 2027, com intensidade forte a muito forte e enfraquecimento posterior gradual. A atualização do INMET de 3 de novembro registrou anomalia mensal de +2,47 °C na região Niño 3.4 em outubro. Esse valor se refere à superfície do oceano naquela área, não a um aumento equivalente da temperatura do Brasil (INMET et al., 2026; INMET, 2026).

A previsão sazonal aponta maior probabilidade de chuvas acima da normal no Sul e em partes do Sudeste e Centro-Oeste; abaixo da normal em grande parte do Norte e em áreas do Nordeste e Centro-Oeste. Para a temperatura, a tendência é de valores acima da normal em quase todo o país, com exceção do Rio Grande do Sul, onde o prognóstico indica temperaturas abaixo da normal. São probabilidades para o trimestre novembro-janeiro, não um calendário de desastres em cada município (INMET et al., 2026).

O prognóstico sazonal orienta preparação; a previsão do tempo e os alertas de curto prazo orientam decisões operacionais. Um trimestre chuvoso pode conter intervalos secos, e uma região com chuva abaixo da média pode registrar temporais intensos. Volume acumulado, distribuição ao longo dos dias e intensidade de cada episódio produzem efeitos distintos. A previsão precisa ser atualizada à medida que se aproxima o período e que evoluem as condições locais.

Tabela 3 - Preparação para novembro de 2026 a janeiro de 2027

Área	Sinal sazonal	Prioridade de preparação
Sul	Maior probabilidade de chuva acima da normal; temperatura abaixo da normal no RS	Cheias, drenagem, encostas, manutenção e resposta
Norte	Predomínio de sinal de chuva abaixo da normal e calor	Abastecimento, incêndios, logística fluvial e saúde
Nordeste	Sinal de chuva abaixo da normal em parte da região e calor	Segurança hídrica e proteção da produção vulnerável
Sudeste e Centro-Oeste	Sinais espaciais heterogêneos de chuva; calor predominante	Monitoramento por bacia, calor e temporais locais

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Fonte do prognóstico: INMET et al. (2026). Prioridades: elaboração do autor. Tendências regionais não equivalem a previsão de um evento em cada cidade. Atualizações e alertas de curto prazo devem orientar a operação local.

Não há fundamento para anunciar uma consequência idêntica em todo o território ou uma sequência inevitável de catástrofes. Há informação suficiente para antecipar medidas: ajustar calendários e assistência rural, proteger sistemas de abastecimento, preparar atendimento ao calor e reforçar monitoramento de rios, encostas e incêndios. A incerteza não torna inútil a prevenção; exige decisões proporcionais, revisáveis e apoiadas em informação pública.

A adaptação rural deve alcançar quem dispõe de menor capacidade financeira para absorver perdas. Crédito, seguro e apoio emergencial precisam considerar diferenças entre culturas, sistemas de produção e meios de subsistência. Uma estiagem não afeta apenas a safra comercial; pode comprometer água de beber, alimentação e deslocamento. A preparação deve acompanhar essas diferenças e evitar que a mesma regra administrativa produza proteção desigual.

7.6 – Chuvas em mudança e riscos recorrentes no Sul

No Sul do país, a capacidade de gestão de riscos precisa tornar-se permanente, diante da recorrência de cheias, tempestades e outros extremos. O IPCC identifica aumento da precipitação intensa no sudeste da América do Sul e diferenças relevantes em relação a outras sub-regiões. Essa tendência não elimina a variabilidade nem a possibilidade de secas (IPCC, 2022).

O estudo de Clarke et al. (2026) sobre as chuvas que produziram as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul examina a contribuição do aquecimento provocado pela ação humana e do El Niño. Também considera as condições de exposição e as falhas de proteção. A lição é que o desastre resulta de uma combinação: o fenômeno físico encontra a forma de ocupação do território, a infraestrutura e a capacidade de resposta. A meteorologia não determina, sozinha, a quantidade de pessoas desprotegidas.

Reconstruir exige avaliar o risco futuro, e não apenas restabelecer o desenho anterior. Há lugares em que será necessário ampliar proteção; em outros, rever ocupações e oferecer alternativas dignas de moradia e trabalho. O planejamento deve operar por bacias, coordenando municípios cujas decisões afetam os vizinhos a jusante. Sistemas de drenagem, contenção e bombeamento precisam de manutenção, testes e responsáveis identificados. Uma obra inaugurada continua precisando funcionar depois da fotografia.

O regime das chuvas envolve também duração da estação seca, início das chuvas e alternância entre períodos de excesso e escassez. A literatura sobre a Amazônia mostra como aquecimento, fogo e mudança do uso da terra podem interagir e reduzir a resiliência de ecossistemas, com respostas heterogêneas (Flores et al., 2024). Isso reforça a necessidade de planejamento integrado, sem supor que todos os processos regionais tenham a mesma causa ou o mesmo calendário.

O enfrentamento passa por ciência, orçamento e decisões sobre uso do solo. A defesa de áreas úmidas, matas ciliares e espaços de infiltração deve integrar o planejamento urbano e rural. Soluções baseadas na natureza e infraestrutura convencional podem ser complementares. A escolha depende de estudos e condições locais; nenhuma delas deve ser transformada em fórmula universal capaz de dispensar gestão e acompanhamento.

7.7 – As grandes cidades diante do próximo verão

O verão 2026-2027 exigirá das metrópoles preparação simultânea para calor, chuvas intensas e interrupções de serviços. Chuva abundante não garante segurança hídrica: a água pode chegar em

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

pouco tempo, escoar sobre superfícies impermeáveis e carregar poluição sem recompor adequadamente os sistemas de abastecimento. O calor eleva a demanda de água e eletricidade e afeta sobretudo quem trabalha ao ar livre, vive em moradia precária ou não consegue se proteger durante a noite.

Não é adequado atribuir a São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Belém, Curitiba e Porto Alegre um único prognóstico municipal. As regiões têm estações chuvosas, relevo e sistemas hídricos diferentes. A previsão nacional precisa ser traduzida por órgãos locais em mapas de risco e planos operacionais. Para cidades costeiras, maré e condições de drenagem também podem modificar a gravidade dos alagamentos[40].

A agenda imediata inclui limpeza e manutenção de drenagem, inspeção de encostas, funcionamento de abrigos, rotas de acesso e protocolos para escolas e unidades de saúde. Alertas precisam chegar às pessoas com indicação compreensível do que fazer e com condições materiais de agir. Uma família não abandona a casa apenas porque recebeu uma mensagem, se não sabe para onde ir ou teme perder seus poucos bens.

A adaptação ao calor deve integrar arborização, sombreamento, ventilação, acesso à água e proteção no trabalho. A distribuição desses recursos importa tanto quanto sua quantidade total. Acselrad (2010) ajuda a compreender por que a questão ambiental deve ser examinada junto com a desigualdade e a capacidade das populações de participar das decisões. Não basta uma média de cobertura arbórea se os bairros mais expostos permanecem sem proteção.

Para 2027, a adaptação precisa entrar no orçamento, na habitação, no saneamento e na regulação do uso do solo. A resposta emergencial é indispensável, mas não pode conservar a mesma população disponível para a próxima emergência. O poder público deve divulgar metas, execução financeira, áreas atendidas e resultados. A chuva já tem complexidade suficiente; não precisa receber como contribuição adicional a falta de coordenação administrativa.

7.8 – A COP 31 e a coerência da posição brasileira

A COP 31 ocorre em Antália, na Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026, com a Turquia na presidência da conferência e a Austrália na presidência das negociações (UNFCCC, 2026). Até 9 de novembro, os resultados da conferência permanecem em aberto. Cabe examinar a agenda apresentada e a capacidade brasileira de relacionar projeção internacional e implementação doméstica.

A presidência brasileira da COP30 leva roteiros sobre afastamento dos combustíveis fósseis, reversão do desmatamento e financiamento. A apresentação desses mapas constitui contribuição à implementação; não equivale, por si, a decisão negociada entre todas as Partes. A distinção importa para avaliar compromissos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento. Um documento pode orientar a ação sem possuir a força ou a abrangência de um acordo multilateral (Presidência da COP30, 2026).

O relatório de implementação do Mapa de Baku a Belém, divulgado em 8 de novembro, aborda a mobilização de pelo menos US$ 1,3 trilhão por ano para países em desenvolvimento até 2035, a partir de fontes públicas e privadas. É uma agenda global de financiamento, não um recurso

[40] Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **ANA lança Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Relatório Síntese.** Brasília, DF: ANA, 23 mar. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-lanca-conjuntura-dos-recursos-hidricos-no-brasil-2013-relatorio-sintese. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

já depositado à disposição do Brasil. A avaliação deverá distinguir empréstimos, doações, investimento privado e acesso efetivo de quem precisa se adaptar (Presidência da COP30, 2026).

No plano nacional, o governo aprovou em 6 de novembro diretrizes para elaborar o mapa de redução gradual da dependência de combustíveis fósseis. Também aprovou o mapa brasileiro para parar e reverter desmatamento e degradação até 2030. O primeiro é a organização de um processo de elaboração; o segundo foi apresentado como documento aprovado. Tratar ambos como transições já concluídas faria a propaganda avançar mais depressa do que a política pública[41][42].

A NDC brasileira estabelece redução das emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035, em relação a 2005, equivalendo à faixa de 850 milhões a 1,05 bilhão de toneladas de CO_2 equivalente. O limite mais ambicioso da faixa deve orientar a avaliação do esforço. A posição internacional será mais consistente se combinar redução de emissões com financiamento acessível à adaptação e proteção de populações vulneráveis, sem contabilizar anúncio, autorização e desembolso como se fossem o mesmo resultado (Brasil, 2024).

O Brasil dispõe de vantagens para participar desse debate: capacidade científica, recursos renováveis e experiência em políticas de redução do desmatamento. Suas contradições aparecem na relação entre essa agenda, a expansão fóssil e decisões que alteram a proteção territorial. O teste de coerência envolve o conjunto das políticas. A negociação climática não pode ser convocada apenas para celebrar o que o país faz bem, deixando para a população local a administração do que continua sem resposta.

Mercados de carbono e financiamento florestal podem mobilizar recursos, desde que assegurem integridade, transparência e direitos. É preciso avaliar adicionalidade, permanência, repartição de benefícios e quem assume perdas ou reversões. O preço de uma tonelada não informa sozinho a qualidade de um contrato nem o respeito a uma comunidade. A participação dos povos deve alcançar o desenho e a decisão, em condições de compreender propostas e contar com assessoria independente.

7.9 – O Jamanxim como caso de sobreposição de escolhas

O Boletim Informativo do OCA, em sua edição especial COP31, reúne a análise de Marcela Vecchione-Gonçalves, Mayane Bento Silva, Rafaella Sena Pinto e Tienay Picanço da Costa Silva sobre o Complexo de Florestas do Jamanxim, na bacia do Tapajós. O texto interpreta a região pela sobreposição de relações de poder, modos de vida e projetos econômicos. O caso mostra como decisões tomadas em espaços distintos se encontram no território (Vecchione-Gonçalves et al., 2026, p. 2-5).

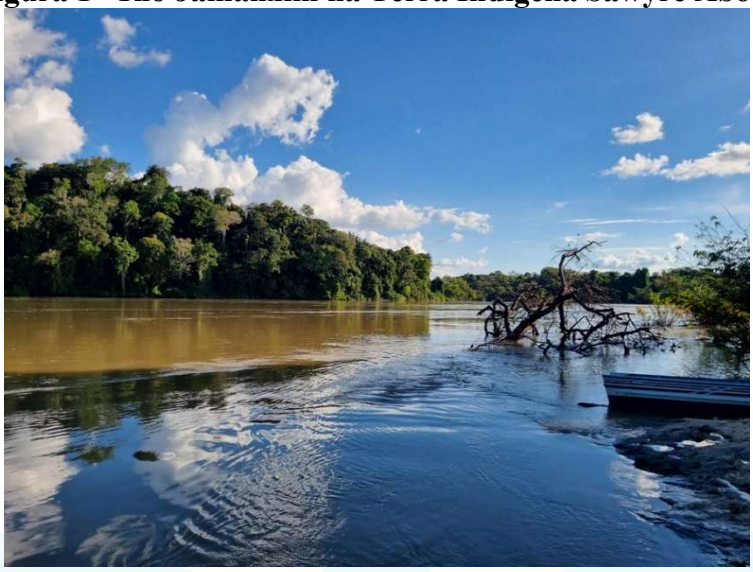
---

[41] BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima aprova documentos que integram agenda da COP31.** Brasília, DF: MMA, 6 nov. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/comite-interministerial-sobre-mudanca-do-clima-aprova-documentos-que-integram-agenda-da-cop31. Acesso em: 9 nov. 2026.

[42] BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Governo Lula estabelece diretrizes para reduzir gradualmente dependência de combustíveis fósseis no Brasil.** Brasília, DF: MMA, 6 nov. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/governo-lula-estabelece-diretrizes-para-reduzir-gradualmente-dependencia-de-combustiveis-fosseis-no-brasil. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Figura 1 - Rio Jamanxim na Terra Indígena Sawyre Abo'y

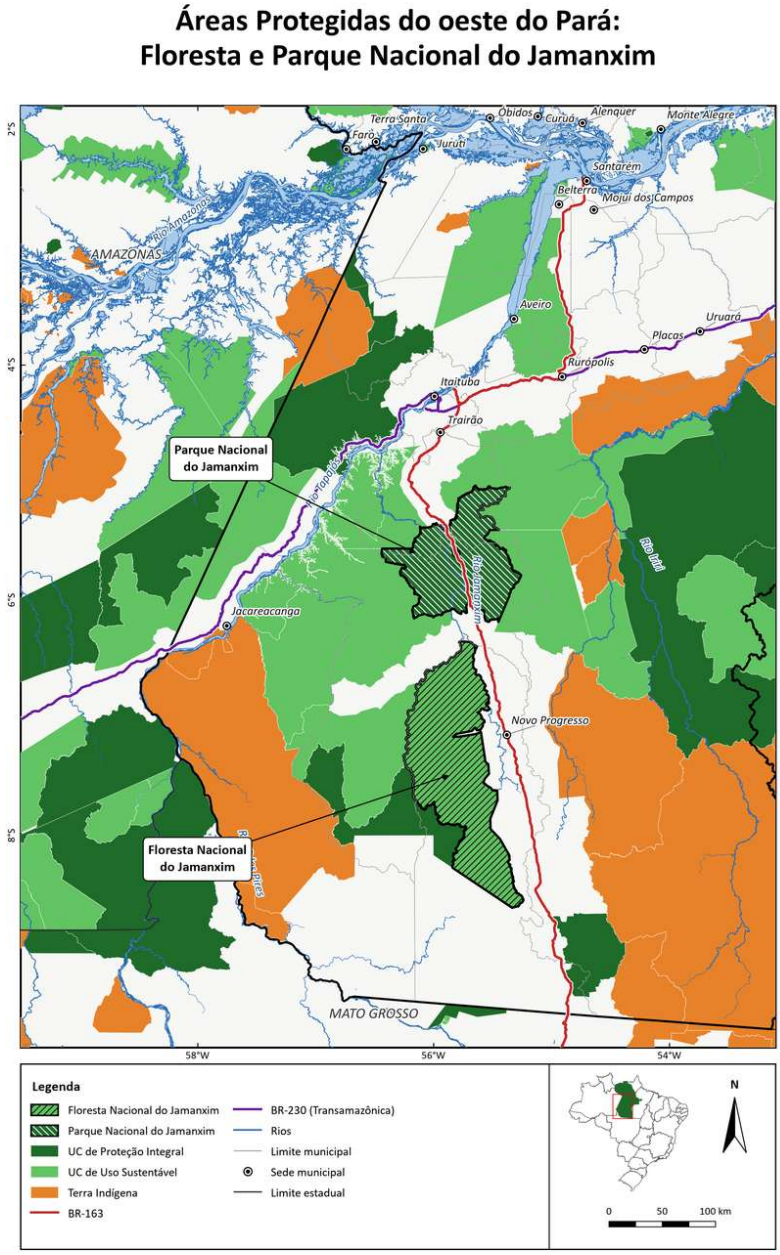


Fonte: Vecchione-Gonçalves et al. (2026, p. 3). Fotografia: Marcela Vecchione-Gonçalves, maio de 2026. Reprodução do Boletim Informativo do OCA, edição especial COP31[43].

[43] A fotografia do rio na Terra Indígena Sawyre Abo'y, do povo Munduruku, ajuda a situar o debate: um corredor de transporte também pode ser lugar de alimentação, circulação, memória e reprodução da vida. O registro não constitui prova de cada impacto alegado; permite reconhecer que a descrição territorial precisa incluir seus habitantes. A população aparece como sujeito de direitos, com conhecimento e projetos próprios, e não como um item a ser acomodado ao fim do planejamento.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

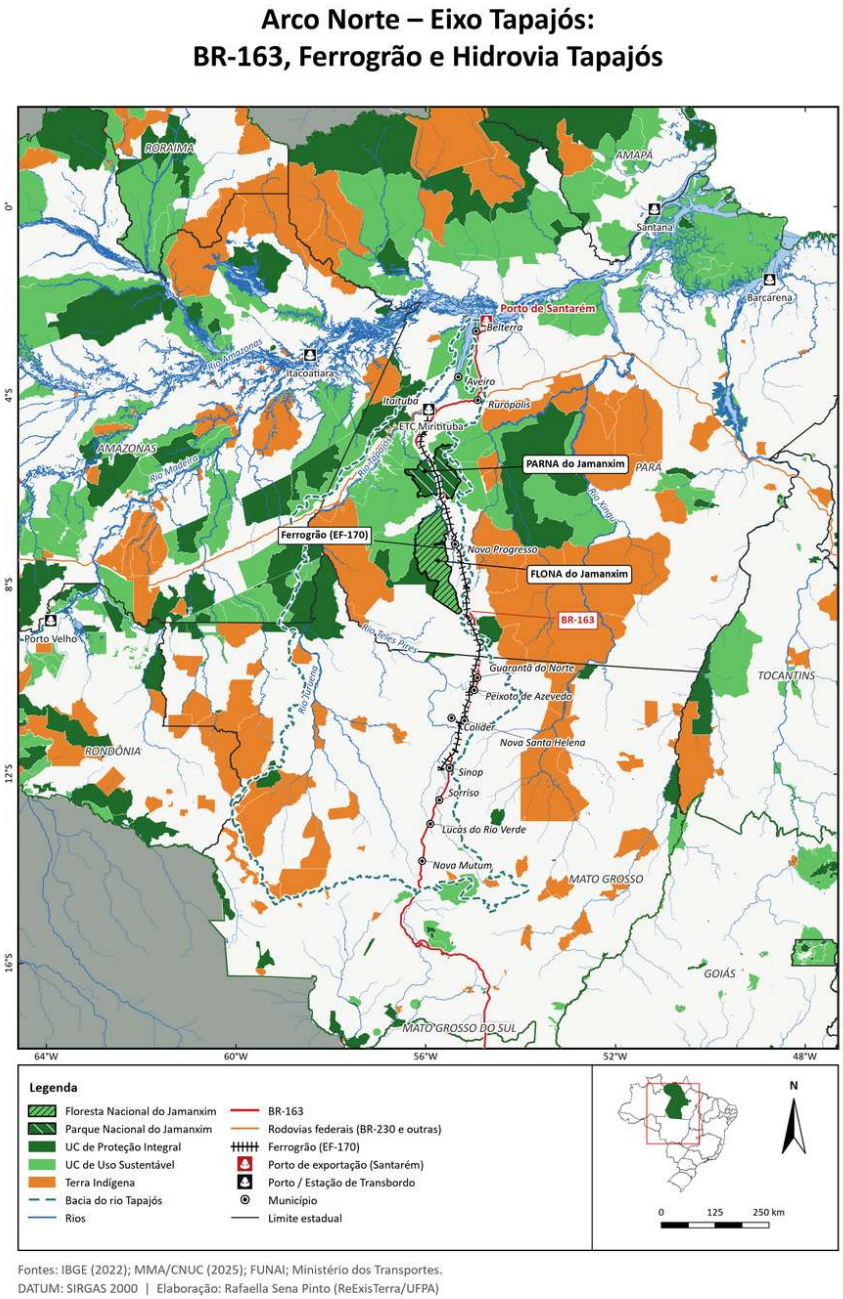
Figura 2 - Áreas protegidas do oeste do Pará e unidades do Jamanxim



Fonte : Vecchione-Gonçalves et al. (2026, p. 12). Elaboração cartográfica: Rafaella Sena Pinto (ReExisTerra/UFPA). Bases e legenda preservadas na imagem original. Retrato cartográfico do boletim; não substitui os atos e memoriais de delimitação vigentes.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Figura 3 - Arco Norte e a articulação logística no eixo Tapajós



Fonte : Vecchione-Gonçalves et al. (2026, p. 16). Elaboração cartográfica: Rafaella Sena Pinto (ReExisTerra/UFPA). Reprodução do mapa original com bases e legenda. A representação de projeto não significa obra executada ou autorização de implantação.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

O primeiro mapa do boletim distingue Floresta Nacional e Parque Nacional do Jamanxim. São unidades diferentes, com regimes e processos próprios. Essa separação impede confundir a redução discutida no PL nº 2.486/2026, relativa à Flona, com a controvérsia da Lei nº 13.452/2017, referente ao Parque. Também permite visualizar a proximidade de terras indígenas, vias e outros espaços protegidos sem deduzir automaticamente, da proximidade cartográfica, o alcance jurídico de cada impacto.

O Senado registra a aprovação do PL nº 2.486/2026 em 15 de julho, com destino à sanção. O projeto prevê desmembrar cerca de 486 mil hectares da Flona para criar uma APA, a partir de uma área de aproximadamente 1,3 milhão de hectares. Esses valores e etapas não autorizam tratar a proposta como lei vigente sem comprovação de sua conversão. A mudança de categoria tampouco significa ausência de proteção: a questão é como o regime proposto altera usos permitidos, controle e incentivos à ocupação[44][45].

A decisão do STF de 21 de maio sobre a ADI 6553 validou a Lei nº 13.452/2017, relativa à redução do Parque. Conforme a comunicação oficial, a construção da ferrovia continua dependente das licenças exigíveis. As condicionantes adicionais propostas no voto de Flávio Dino não obtiveram adesão da maioria. Portanto, nem a decisão encerra todos os exames ambientais do empreendimento, nem cabe atribuir ao colegiado as condições que não prevaleceram[46].

O segundo mapa situa a articulação entre BR-163, Ferrogrão e hidrovia do Tapajós. É uma contribuição para avaliar efeitos cumulativos: o significado de uma obra muda quando ela se combina com outras intervenções e com a redução de custos de transporte. O planejamento precisa considerar a área de influência e alternativas, em vez de avaliar cada autorização como se o restante da paisagem estivesse em branco.

O boletim recupera a estimativa de risco de desmatamento associada à Ferrogrão. Na fonte original, Araújo, Assunção e Bragança (2020) estimam cerca de 2.043 km² de supressão induzida em municípios de Mato Grosso, caso não sejam implementadas medidas de mitigação. Trata-se de avaliação anterior à execução, dependente das hipóteses do modelo. Não é área já desmatada pela ferrovia, nem projeção restrita ao Jamanxim. A precisão dessa leitura fortalece a cobrança por prevenção e evita transformar cenário em fato consumado.

Uma ferrovia pode apresentar eficiência energética por tonelada transportada e, ainda assim, produzir efeitos indiretos relevantes sobre o uso da terra. O saldo ambiental depende do conjunto de impactos, das alternativas e das medidas capazes de impedir novas pressões. A análise também deve considerar benefícios logísticos demonstráveis. O exame público se empobrece tanto com a

---

[44] BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova projeto que retoma a redução dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará.** Brasília, DF: Agência Câmara, 20 maio 2026. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1274521-camara-aprova-projeto-que-retoma-a-reducao-dos-limites-da-floresta-nacional-do-jamanxim-no-para-acompanhe/. Acesso em: 9 nov. 2026.

[45] BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2.486, de 2026.** Brasília, DF: Senado Federal, 2026. Ficha de tramitação. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/174762. Acesso em: 9 nov. 2026.

[46] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF valida lei que reduziu parque nacional no Pará para viabilizar Ferrogrão.** Brasília, DF: STF, 21 maio 2026. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-valida-lei-que-reduziu-area-protegida-no-para-para-viabilizar-ferrograo/. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

aprovação automática fundada no modal quanto com uma conclusão de inviabilidade que dispense estudar o projeto e suas alternativas.

A mobilização indígena e a consulta constituem outra dimensão. O OCA relaciona a resistência no Tapajós à revogação do Decreto nº 12.600/2025. A revogação foi formalizada pelo Decreto nº 12.856, de 23 de fevereiro de 2026. O objeto do decreto revogado era a inclusão de empreendimentos hidroviários no Programa Nacional de Desestatização; isso deve ser distinguido da alienação jurídica dos rios. A retirada desse instrumento não elimina a necessidade de examinar outros atos e intervenções (Vecchione-Gonçalves et al., 2026, p. 13-14; Brasil, 2026a).

O caso coloca perguntas concretas: quem participa da definição de alternativas, como se consideram impactos cumulativos, quem recebe benefícios e quem assume riscos? A consulta prévia aos povos afetados deve ocorrer por procedimentos adequados, respeitando suas instituições representativas e a boa-fé. Não se reduz a uma reunião informativa depois de decisões estabilizadas. Seu desenho precisa observar as situações e exigências jurídicas aplicáveis, sem presumir que uma audiência geral substitui o processo próprio (OIT, 1989, art. 6º).

O Jamanxim não representa sozinho a Amazônia. Há diferenças entre bacias, cidades, cadeias econômicas e povos; o estudo não permite atribuir a toda a região a mesma combinação de pressões. Sua força está em mostrar um mecanismo que merece investigação em outros lugares: a distância entre compromissos gerais e efeitos de decisões territoriais articuladas. Generalizar o método de perguntar é legítimo; generalizar todas as respostas produziria uma Amazônia que só existe no resumo.

7.10 – Uma agenda de desenvolvimento que possa ser acompanhada

O horizonte de 2027 deve ser acompanhado por indicadores que articulem conservação e condições de vida: perda de vegetação por bioma, degradação, qualidade da água, execução da adaptação e acesso aos serviços. Também será necessário verificar se investimentos respeitam direitos, incorporam riscos climáticos e distribuem benefícios. A responsabilidade envolve União, estados, municípios e agentes privados, com competências que precisam estar identificadas e recursos compatíveis com as tarefas.

O Congresso terá papel decisivo no orçamento e nas regras de proteção e investimento. O Executivo precisará demonstrar coerência entre ministérios e capacidade de implementar o que anuncia. O Judiciário continuará examinando conflitos, mas a decisão judicial não substitui planejamento público, participação e administração competente. Uma política que depende de recorrer permanentemente aos tribunais para organizar o básico revela dificuldades que a conjuntura precisa tornar visíveis.

Para a Igreja, a ecologia integral oferece uma orientação que reúne defesa da vida, justiça social e cuidado territorial. Francisco (2015, n. 139) propõe compreender conjuntamente as dimensões social e ambiental da crise. Isso pede escuta das comunidades, apoio à participação, formação e acompanhamento das políticas, além da solidariedade nas emergências. A ação pastoral ganha consistência quando ajuda as pessoas a influenciar decisões antes de se tornarem vítimas de seus efeitos.

O país tem condições de avançar, e a redução do desmatamento demonstra que trajetórias podem ser alteradas. A tarefa é ampliar essa capacidade para o desenvolvimento que se financia, a cidade que se constrói e o território que se transforma. O próximo verão não exige uma previsão de fatalidade. Exige que a informação disponível encontre governos preparados e uma sociedade com

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

condições de cobrar providências. Esperança, nessa matéria, precisa incluir gente, orçamento e manutenção.

8 – O BRASIL NO MUNDO E A SOBERANIA DEMOCRÁTICA

8.1 – A vitória de Lula e sua repercussão internacional

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 25 de outubro de 2026, ultrapassou imediatamente os limites de uma disputa nacional. Depois de chegar ao segundo turno em desvantagem, Lula obteve cerca de 51,8% dos votos válidos e derrotou Flávio Bolsonaro, que recebeu aproximadamente 48,2%. Tornou-se, assim, o primeiro presidente brasileiro eleito quatro vezes pelo voto popular.[47]

A diferença relativamente pequena entre os candidatos revela uma sociedade dividida. O resultado, no entanto, foi inequívoco: pela segunda eleição consecutiva, a maioria dos brasileiros impediu que o bolsonarismo retornasse ao governo federal. Não se tratava apenas da escolha entre dois candidatos ou dois partidos. Estavam em disputa diferentes concepções de democracia, de soberania nacional, de proteção social e da posição que o Brasil deveria ocupar no mundo.

A repercussão internacional foi rápida e ampla. Lideranças da América Latina, da Europa, da Ásia, da África e de países integrantes do BRICS reconheceram o resultado. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, interpretou a eleição como uma vitória da democracia e do multilateralismo. O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, viu nela um sinal de retomada das forças progressistas. O presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, afirmou que o resultado ultrapassava as fronteiras brasileiras e representava uma vitória para o Sul Global. A presidente do México, Claudia Sheinbaum, resumiu sua reação em uma frase: “Viva a democracia, o povo brasileiro venceu”.[48]

Essas manifestações não podem ser consideradas simples gestos protocolares. Chefes de governo costumam felicitar vencedores de eleições estrangeiras, mas as palavras escolhidas revelaram o significado atribuído ao resultado brasileiro. Democracia, multilateralismo, soberania, integração regional e Sul Global foram expressões recorrentes. Em diferentes partes do mundo, a vitória de Lula foi recebida como a preservação de um polo de resistência à expansão da extrema direita e à reorganização da ordem internacional em torno de relações cada vez mais coercitivas.

Também foi significativa a diversidade política dos governos que reconheceram prontamente o resultado. Na América Latina, presidentes de esquerda, de centro e de direita felicitaram o vencedor e ressaltaram a importância da cooperação com o Brasil. Mesmo dirigentes ideologicamente próximos da família Bolsonaro reconheceram a decisão dos eleitores. Essa reação demonstra o peso brasileiro

---

[47] DEUTSCHE WELLE. Em virada histórica, Lula derrota bolsonarismo e conquista 4º mandato. 26 out. 2026. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/em-virada-hist%C3%B3rica-lula-derrota-bolsonarismo-e-conquista-4-mandato/a-79534613

[48] DEUTSCHE WELLE. Líderes mundiais parabenizam Lula pela vitória nas eleições. 26 out. 2026. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/l%C3%ADderes-mundiais-parabenizam-lula-pela-vit%C3%B3ria-nas-elei%C3%A7%C3%B5es/a-79760881 Ver também: G1. Presidentes da França, Canadá, Peru, Chile, Rússia e mais países parabenizam Lula. 25 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/10/25/lideres-mundiais-parabenizam-lula-pela-reeleicao-veja-repercussao.ghtml

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

na região. Com sua população, seu território, seus recursos naturais e sua economia, o Brasil é grande demais para que sua orientação política seja tratada como assunto exclusivamente interno.

A eleição brasileira ocorreu, além disso, num momento de fortalecimento da extrema direita em diferentes países. A vitória de Lula contrariou a guinada à direita ocorrida na América Latina e impediu que Donald Trump conquistasse no Brasil um aliado de grande importância. Essa leitura ajuda a compreender por que o resultado recebeu tanta atenção: a disputa brasileira tornou-se parte de um conflito mais amplo sobre os rumos políticos do continente.[49]

Outro fator que merece destaque é que a campanha de Lula conseguiu ampliar, no segundo turno, sua presença nas redes sociais e sua capacidade de mobilização nas ruas, dois espaços em que a extrema direita demonstra grande força. A participação dos jovens foi especialmente significativa: eles produziram e difundiram conteúdos digitais, organizaram atos e contribuíram para levar a campanha além das estruturas partidárias tradicionais. A combinação entre mobilização virtual e presença nas ruas tornou-se mais um elemento da vitória brasileira observado com interesse em outros países.[50]

Mas o contraste apareceu também nos silêncios. Enquanto governos europeus, latino-americanos e integrantes do BRICS reconheceram rapidamente a vitória, Donald Trump e Javier Milei não felicitaram Lula nos primeiros dias após a eleição. O governo argentino limitou-se posteriormente a declarar que havia tomado conhecimento do resultado. Trump, por sua vez, lançou suspeitas sobre o processo eleitoral brasileiro sem apresentar provas. A diferença entre as reações não expressa somente preferências pessoais. Indica a existência de projetos políticos e geopolíticos em confronto.[51]

Isso não significa que as urnas tenham resolvido os conflitos brasileiros. A votação apertada, a presença de uma oposição numerosa no Congresso e a força social do bolsonarismo mostram que a disputa continuará. Tampouco significa que o governo esteja livre das pressões do mercado financeiro, das limitações fiscais e das contradições que atingem os governos de centro-esquerda. A vitória eleitoral abre possibilidades; não assegura, por si mesma, sua realização.

Resta, então, a questão central: por que uma eleição brasileira adquiriu tamanha importância para governos, partidos e movimentos sociais de outros países? A resposta não se encontra apenas na biografia de Lula ou no peso econômico do Brasil. Ela exige observar o descontentamento social que ocupa as ruas, a ordem neoliberal que o produz, a crise das democracias e a disputa pela posição da América Latina num mundo marcado pela rivalidade entre os Estados Unidos e a China.

8.2 – As manifestações populares na Europa e na América Latina

[49] ASSOCIATED PRESS. Lula's win in Brazil bucks a regional shift to the right and denies Trump a powerful ally. Out. 2026. Disponível em: https://apnews.com/article/brazil-election-lula-bolsonaro-trump-sheinbaum-minerals-03308034b03be5e3dd1ee65b9fc9e90d

[50] ASSOCIATED PRESS. The Latest: Brazil President Luiz Inácio Lula da Silva wins reelection over Flávio Bolsonaro. 25 out. 2026. Disponível em: https://apnews.com/article/b68d2e2e315644e62de8f6839e8ddcff Ver também: REUTERS. When buses stopped running on Brazil election day, 'Lula's Army' grabbed their car keys. 31 out. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/when-buses-stopped-running-brazil-election-day-lulas-army-grabbed-their-car-keys-2026-10-31/

[51] DEUTSCHE WELLE. Líderes mundiais parabenizam Lula pela vitória nas eleições. Atualização de 27 out. 2026. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/l%C3%ADderes-mundiais-parabenizam-lula-pela-vit%C3%B3ria-nas-elei%C3%A7%C3%B5es/a-79760881

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

O descontentamento que ajuda a explicar a repercussão da eleição brasileira não permaneceu restrito às pesquisas de opinião ou às disputas eleitorais. Em diferentes países, ele ocupou ruas, praças, estradas, universidades e locais de trabalho. Essas manifestações não formam um movimento único nem possuem a mesma orientação política. Seus estopins são variados, mas frequentemente revelam uma experiência comum: a percepção de que os custos das crises e dos ajustes recaem sobre aqueles que dependem do trabalho, da aposentadoria e dos serviços públicos.

As manifestações dos coletes amarelos na França, a revolta chilena de 2019 e os protestos contrarreformas previdenciárias já haviam revelado um descontentamento que ultrapassava reivindicações pontuais. Em 2026, porém, as mobilizações ganharam nova amplitude. Em diferentes países da Europa e da América Latina, trabalhadores, estudantes, aposentados e movimentos populares voltaram às ruas para protestar contra cortes de gastos, reformas previdenciárias, deterioração dos serviços públicos, aumento do custo de vida e incapacidade dos governos de oferecer perspectivas de futuro.

Na França, centenas de milhares de pessoas participaram, nos últimos meses, de greves e manifestações contra um programa de ajuste que previa cortes de 44 bilhões de euros. Professores, ferroviários, profissionais da saúde e servidores públicos aderiram ao movimento, enquanto estudantes bloquearam dezenas de escolas. Os manifestantes defendiam maior financiamento dos serviços públicos, aumento da tributação sobre os mais ricos e revisão da reforma que ampliara o tempo necessário para a aposentadoria.

Na Bélgica, dezenas de milhares de pessoas protestaram contra mudanças nas aposentadorias que poderiam penalizar especialmente os trabalhadores de baixa renda e aqueles com carreiras interrompidas ou precárias. A greve atingiu os transportes, os serviços postais e o funcionamento do Estado. Somente no aeroporto de Bruxelas, 430 voos foram cancelados. Nos dois países, a controvérsia recolocava a mesma questão: por que o equilíbrio das contas públicas deveria ser obtido principalmente pela redução de direitos, e não pela tributação da riqueza e dos rendimentos do capital?[52]

Na Sérvia, a mobilização adquiriu um caráter ainda mais amplo. O desabamento da cobertura de uma estação ferroviária recém-reformada, ocorrido em novembro de 2024, foi interpretado como consequência da corrupção, do favorecimento político e da falta de controle sobre as obras públicas. Lideradas por estudantes, as manifestações cresceram durante os primeiros meses de 2026 e incorporaram professores, trabalhadores e agricultores. Em março, mais de 100 mil pessoas ocuparam as ruas de Belgrado em uma das maiores manifestações da história do país.[53]

O caso sérvio revelou uma característica importante desse novo ciclo. A deterioração das condições materiais de vida não aparece apenas nos salários ou no custo dos alimentos. Ela se manifesta também em escolas sem recursos, hospitais sobrecarregados, transportes inseguros e obras públicas executadas sem transparência. Quando o Estado reduz sua capacidade de fiscalização e transfere decisões a empresas e grupos privados, a precarização dos serviços pode converter-se numa questão de vida ou morte.

---

[52] REUTERS. French unions strike against austerity, pressuring Macron. 18 set. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/french-unions-strike-against-austerity-pressuring-macron-2025-09-18/ Ver também: REUTERS. Anti-government protest halts air traffic in Belgium. 13 fev. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/anti-government-protest-halts-air-traffic-belgium-2025-02-13/

[53] ASSOCIATED PRESS. Over 100,000 people join protest rally in Belgrade against Serbia's president and government. 15 mar. 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/74fff7381f2d6e6ba084aeb17aa88163

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Na América Latina, a Argentina tornou-se o caso mais evidente da reação às políticas de austeridade. Durante 2026, aposentados realizaram manifestações contra a redução de seus rendimentos e benefícios. Em abril, uma greve geral contra o programa econômico de Javier Milei paralisou trens, aviões, portos, bancos, escolas e parte dos serviços públicos. Em setembro, dezenas de milhares de pessoas voltaram às ruas em defesa das universidades públicas e dos hospitais pediátricos atingidos pelos cortes orçamentários.[54]

No Panamá, uma reforma da previdência provocou, a partir de abril, uma mobilização que reuniu professores, trabalhadores da construção civil, estudantes, povos indígenas e empregados das plantações de banana. O movimento combinou greves e bloqueios de estradas e se estendeu por várias semanas. A tentativa do governo de apresentar a reforma como uma necessidade técnica não impediu que amplos setores da população a interpretassem como transferência dos custos do ajuste para os trabalhadores.[55]

No Peru, foram principalmente os jovens que assumiram a liderança. As manifestações da chamada geração Z começaram como reação a uma reforma que obrigava todos os maiores de 18 anos a se filiar a uma administradora de aposentadorias, mas rapidamente incorporaram denúncias contra a corrupção, a insegurança e a falta de representatividade do governo e do Congresso. No Equador, indígenas, agricultores e trabalhadores dos transportes bloquearam estradas depois que o governo eliminou subsídios ao diesel, medida que ameaçava elevar os custos dos alimentos, do transporte e da produção agrícola.[56]

Essas mobilizações não possuíam uma direção política única nem defendiam necessariamente o mesmo programa. Algumas se voltavam contrarreformas previdenciárias; outras, contra a corrupção, os cortes na educação, a retirada de subsídios ou a precarização dos serviços públicos. Todas, entretanto, expressavam uma pergunta semelhante: quem deve pagar pelo ajuste das economias e pelas crises produzidas pelo próprio sistema?

A presença dos jovens merece atenção especial. Durante muito tempo, essa geração foi apresentada como apática, individualista e confinada às redes sociais. As manifestações de 2026 mostraram o contrário. Em diferentes países, estudantes organizaram marchas, ocupações, bloqueios e campanhas digitais, ligando problemas concretos — educação precária, falta de moradia, desemprego e ausência de perspectivas — à crítica de governos e instituições que não os escutavam. A rua voltou a constituir um espaço de formação política e de construção de vínculos coletivos.

O que emergiu em 2026, portanto, não foi apenas uma sequência de protestos nacionais, mas a manifestação de uma crise mais ampla de representação. Governos de centro-direita e de centro-

---

[54] REUTERS. Argentine workers launch widespread 24-hour strike against Milei's austerity measures. 10 abr. 2025. Disponível em: https://www.investing.com/news/world-news/argentine-workers-launch-widespread-24hour-strike-against-mileis-austerity-measures-3979762 Ver também: REUTERS. Argentines march to demand increased education, healthcare funding. 17 set. 2025. Disponível em: https://www.investing.com/news/economy-news/argentines-march-to-demand-increased-education-healthcare-funding-4243224

[55] ASSOCIATED PRESS. Protesters and police clash in eastern Panama. 12 jun. 2025. Disponível em: https://apnews.com/article/93f64bcd72ffa57d1c60c9efe153dbf6

[56] REUTERS. Peru's Gen Z rallies against President Boluarte, protesting over pensions and corruption. 27 set. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/perus-gen-z-rallies-against-president-boluarte-protesting-over-pensions-2025-09-27/ Ver também: REUTERS. Ecuadorean protesters block roads over diesel subsidy cuts. 22 set. 2025. Disponível em: https://anewz.tv/world/world-news/13433/ecuador-protesters-block-roads-over-diesel-subsidy-cuts/news

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

esquerda passaram a ser percebidos como administradores de uma ordem que exige sacrifícios permanentes da maioria, mas preserva os interesses dos credores, dos rentistas e dos grandes proprietários. Quando a democracia parece incapaz de modificar essa ordem, cresce a procura por forças que se apresentam como portadoras de uma mudança radical — dentre elas, a extrema direita. Para compreender esse processo, é preciso examinar a formação do neoliberalismo e a maneira como ele transformou não apenas a economia, mas também o Estado, as relações sociais e a compreensão que cada pessoa possui de si mesma.

8.3 – O neoliberalismo: da política econômica à transformação da vida social

A ordem econômica que aparece por trás dessas mobilizações não surgiu espontaneamente nem constituiu uma consequência inevitável das transformações tecnológicas. Foi construída por meio de decisões políticas, disputas sociais e mudanças na correlação de forças entre o capital e o trabalho. Para compreender sua permanência, mesmo depois de sucessivas crises, é necessário recuperar brevemente sua formação histórica.

Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, grande parte da Europa Ocidental organizou suas economias em torno de um compromisso social. O mercado continuava ocupando posição central, mas era limitado por direitos trabalhistas, sistemas públicos de saúde e educação, previdência social, tributação progressiva e empresas estatais. Os sindicatos possuíam força política e os governos assumiam a responsabilidade de promover o emprego e reduzir a insegurança social. Esse arranjo não eliminou as desigualdades nem os conflitos de classe, mas estabeleceu limites à ação do capital e reconheceu que determinados direitos não deveriam depender exclusivamente da capacidade individual de pagamento.

Esse compromisso começou a ser questionado durante a crise econômica dos anos 1970. A combinação entre inflação elevada, baixo crescimento, desemprego e perda de competitividade das economias industriais enfraqueceu a confiança nas políticas adotadas desde o pós-guerra. As organizações empresariais e financeiras apresentaram a crise como resultado do excesso de direitos, da força dos sindicatos, da tributação elevada e da intervenção estatal. O problema deixava de ser a concentração do poder econômico e passava a ser o próprio Estado social.

As ideias que ofereceriam sustentação a essa reação já vinham sendo elaboradas havia décadas. Economistas e intelectuais como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman defendiam que a liberdade dependia da ampliação dos mercados e da limitação das decisões coletivas sobre a economia. Durante muito tempo, essas formulações permaneceram distantes das políticas predominantes. Segundo Harvey (2008), a crise dos anos 1970, entretanto, ofereceu a oportunidade histórica para que deixassem os círculos acadêmicos e se transformassem num programa de governo.

Uma das primeiras experiências abrangentes ocorreu no Chile, depois do golpe militar de 1973. Sob a ditadura de Augusto Pinochet, foram implantadas privatizações, abertura financeira e comercial, reforma da previdência, enfraquecimento dos sindicatos e redução das políticas sociais. A experiência chilena demonstrou desde o início uma contradição que acompanharia o neoliberalismo: a defesa da liberdade econômica podia conviver com a supressão das liberdades políticas. Quando as escolhas democráticas criavam obstáculos ao programa de mercado, a democracia passava a ser considerada parte do problema.

A transformação adquiriu alcance mundial com a eleição de Margaret Thatcher, no Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980. Seus governos reduziram impostos sobre as rendas mais elevadas, enfraqueceram organizações sindicais, privatizaram empresas públicas, desregulamentaram mercados e ampliaram a liberdade de movimentação do

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

capital. Thatcher e Reagan não inventaram o neoliberalismo, mas lhe deram forma política, linguagem popular e capacidade de reorganizar as instituições.

Thatcher expressou com particular clareza a profundidade do projeto. Em entrevista publicada pelo Sunday Times em 3 de maio de 1981, afirmou: **"A economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma."** As duas partes da frase devem ser consideradas em conjunto. A política econômica era o instrumento; a transformação das pessoas e da sociedade constituía o objetivo. Não se pretendia apenas reduzir gastos, privatizar empresas ou controlar a inflação. Pretendia-se formar indivíduos que aceitassem a competição, a responsabilidade pessoal e a disciplina do mercado como princípios organizadores de toda a vida social.

Por isso, o neoliberalismo não pode ser compreendido simplesmente como defesa de um "Estado mínimo". O Estado não diminuiu. Suas prioridades, seus instrumentos e seus beneficiários foram reorganizados. Tornou-se menos presente na garantia de direitos, na proteção do trabalho e na provisão direta de serviços públicos, mas continuou indispensável para assegurar contratos, proteger a propriedade, disciplinar trabalhadores, socorrer instituições financeiras e garantir as condições gerais de valorização do capital.

A expansão internacional desse modelo foi acelerada pela crise da dívida externa dos países latino-americanos nos anos 1980. Governos endividados passaram a depender de empréstimos e renegociações conduzidos por instituições financeiras internacionais. Em troca, foram pressionados a promover ajustes fiscais, privatizações, abertura comercial, liberalização financeira e desregulamentação. Essas medidas seriam posteriormente reunidas sob a expressão "Consenso de Washington". Segundo Williamson (1990), apresentadas como exigências técnicas para recuperar a estabilidade, elas transferiam para governos nacionais um programa que reduzia sua autonomia e ampliava a influência dos mercados financeiros.

A disciplina fiscal ocupou posição central nessa transformação. O controle das contas públicas é uma necessidade legítima de qualquer governo, pois déficits persistentes podem produzir inflação, endividamento e perda de capacidade de ação. O problema surge quando o equilíbrio fiscal é buscado quase exclusivamente mediante cortes nos serviços e nos investimentos sociais, sem que sejam questionados os privilégios tributários, a concentração de renda, os juros elevados e a remuneração dos detentores da dívida pública.

Nessas condições, o corte do gasto público torna-se um dos combustíveis do rentismo. Recursos deixam de financiar saúde, educação, moradia, transportes e infraestrutura, mas o pagamento dos compromissos financeiros permanece protegido. O orçamento passa a ser avaliado antes pela confiança que desperta nos credores do que pela capacidade de atender às necessidades da população. Os direitos sociais aparecem como despesas excessivas; os rendimentos financeiros, como obrigações incontornáveis.

As consequências não são apenas contábeis. A redução dos serviços públicos obriga as famílias a procurar no mercado aquilo que anteriormente recebiam como direito. Educação, saúde, previdência e moradia transformam-se em oportunidades de investimento para empresas, bancos, fundos e seguradoras. O cidadão paga duas vezes: primeiro, ao perder a proteção pública; depois, ao financiar individualmente os serviços dos quais continua necessitando. Para as famílias de menor renda, isso significa privação; para as demais, endividamento e insegurança.

O trabalho também foi reorganizado. A promessa de maior flexibilidade veio acompanhada de vínculos mais instáveis, terceirização, enfraquecimento da negociação coletiva e transferência dos riscos para os trabalhadores. O desemprego, a doença, a aposentadoria e os períodos de redução da renda deixaram progressivamente de ser reconhecidos como riscos sociais que deveriam ser

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

compartilhados. Passaram a ser tratados como problemas individuais que cada pessoa deveria prever e administrar.

Nem todas as reformas realizadas sob essa orientação produziram os mesmos resultados, e não se pode atribuir ao neoliberalismo todos os problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Entretanto, mesmo pesquisadores vinculados ao Fundo Monetário Internacional, como Ostry, Lougani e Furceri (2016) reconheceram que componentes centrais da agenda — sobretudo a abertura financeira irrestrita e a austeridade fiscal — não trouxeram os benefícios esperados, ampliaram a desigualdade e, em muitas situações, comprometeram o próprio crescimento econômico.

A força do neoliberalismo, contudo, não decorre somente de suas instituições econômicas. Ela está também em sua capacidade de transformar a maneira como os indivíduos interpretam o mundo e a própria vida. A lógica da concorrência, antes associada principalmente às empresas, foi estendida às escolas, às universidades, aos serviços públicos, às relações de trabalho e aos comportamentos pessoais. Cada instituição passou a ser avaliada por metas, indicadores, produtividade e capacidade de competir.

O indivíduo foi convidado a compreender a si mesmo como uma empresa. Seu conhecimento converteu-se em "capital humano"; sua formação, em investimento; suas relações, em redes de contato; sua imagem, em marca pessoal. O trabalhador já não deveria esperar segurança ou proteção, mas manter-se permanentemente disponível, atualizado e adaptável. Mesmo quando subordinado a empresas ou plataformas, passou a ser chamado de empreendedor.

Conforme Dardot e Laval (2016), essa figura do "empreendedor de si mesmo" constitui um dos resultados mais profundos da racionalidade neoliberal. Cada pessoa deve administrar o próprio corpo, o tempo, as emoções e os relacionamentos como recursos que precisam produzir retorno. O sucesso é apresentado como consequência do esforço e da capacidade individual; o fracasso, como falta de disciplina, qualificação ou disposição para assumir riscos.

O individualismo neoliberal não significa apenas egoísmo ou indiferença. Trata-se de uma forma de explicar a sociedade. Problemas produzidos por decisões econômicas e políticas passam a ser interpretados como falhas pessoais. O desempregado deveria ter se qualificado; o trabalhador pobre deveria ter empreendido; o aposentado deveria ter poupado; a família endividada deveria ter planejado melhor seus gastos. Desaparecem da explicação a estrutura do mercado de trabalho, os baixos salários, os juros, o preço da moradia e a redução da proteção social.

Essa racionalidade produz um indivíduo aparentemente livre, mas submetido a uma cobrança permanente. Ele deve melhorar continuamente seu desempenho, competir com os demais e demonstrar que merece permanecer incluído. O controle deixa de ser exercido apenas pelo patrão ou pelo Estado e passa a ser interiorizado. Cada pessoa torna-se, ao mesmo tempo, empresária e fiscal de si mesma. Quando não alcança os resultados esperados, experimenta o fracasso como culpa pessoal, ainda que suas causas sejam coletivas.

A competição generalizada também modifica a relação com os outros. O colega pode tornar-se concorrente; o desempregado, alguém que não se esforçou; o beneficiário de uma política social, um privilegiado; o imposto, uma apropriação indevida do resultado individual. Direitos conquistados coletivamente passam a ser percebidos como vantagens concedidas a grupos que supostamente não contribuíram o suficiente. A solidariedade perde espaço para a comparação, o mérito e o ressentimento.

O neoliberalismo realizou, portanto, uma transformação em três dimensões. Reorganizou a economia em favor da circulação financeira e da rentabilidade privada; redefiniu o Estado, tornando-

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

o mais limitado na proteção social e mais comprometido com as exigências dos mercados; e produziu uma nova racionalidade, na qual cada pessoa deve comportar-se como uma empresa em competição permanente.

Essa transformação cobra um preço político. Quando as decisões que determinam o emprego, a renda, os serviços públicos e a proteção social parecem escapar ao alcance dos eleitores, a democracia perde parte de sua substância. E quando o sofrimento produzido por escolhas coletivas é apresentado como fracasso individual, enfraquece-se a capacidade de construir respostas comuns. As instituições permanecem funcionando, mas uma parcela crescente da população deixa de acreditar que elas possam mudar concretamente sua vida.

8.4 – Da crise da democracia à extrema direita como promessa de mudança

A democracia não se sustenta apenas pela realização periódica de eleições. Ela depende também da convicção de que a participação política pode alterar o curso da vida coletiva. Quando sucessivos governos afirmam que as decisões fundamentais já foram tomadas pelos mercados, pelos credores ou por regras fiscais tratadas como imutáveis, o voto perde parte de sua eficácia. Os cidadãos escolhem os governantes, mas não reconhecem nas urnas a possibilidade de escolher os rumos da economia e da sociedade.

Essa perda de eficácia foi agravada pela aproximação entre os programas econômicos da centro-direita e da centro-esquerda. Os primeiros aplicaram a agenda neoliberal em nome da eficiência, da responsabilidade fiscal e da liberdade econômica. Os segundos procuraram conciliá-la com programas de transferência de renda, ampliação moderada dos direitos sociais e reconhecimento das minorias. Essas diferenças não são irrelevantes, sobretudo para as pessoas protegidas pelas políticas públicas. Mas ambos passaram a atuar dentro de limites definidos pelos mercados financeiros, pelas agências de classificação de risco, pelos bancos centrais e pelos grandes credores.

A partir dos anos 1990, essa adaptação foi apresentada como modernização da esquerda. A chamada Terceira Via, associada a dirigentes como Tony Blair, no Reino Unido, e Gerhard Schröder, na Alemanha, abandonou progressivamente a pretensão de transformar a estrutura econômica e passou a defender uma administração socialmente mais sensível da ordem existente. A socióloga Stephanie Mudge (2018) mostra que os partidos social-democratas se afastaram de suas antigas bases sindicais e populares e passaram a depender de economistas, especialistas em comunicação e profissionais vinculados aos mercados.

A linguagem da mobilização social foi substituída pela linguagem da competência técnica, da credibilidade fiscal e da gestão eficiente. Essa mudança trouxe vitórias eleitorais no curto prazo, mas produziu consequências profundas. Quando partidos de esquerda e de direita defendem políticas econômicas semelhantes, uma parte da população deixa de perceber diferenças substantivas entre eles. As eleições continuam acontecendo, mas parecem decidir apenas quem administrará uma ordem sobre a qual os cidadãos possuem cada vez menos influência, segundo Mudge (2008).

Nesse ambiente, os governos tradicionais aparecem como gestores de um sistema que deteriora as condições de vida. Governos de centro-direita defendem abertamente os interesses do capital financeiro; governos de centro-esquerda procuram conciliá-los com políticas sociais, mas frequentemente aceitam como intransponíveis as exigências do rentismo. A proteção social torna-se residual, submetida à disponibilidade fiscal, enquanto os compromissos com credores são apresentados como condição prévia de qualquer política.

É nesse vazio que a extrema direita se apresenta como força de mudança. Ela denuncia as elites políticas, os partidos tradicionais, os meios de comunicação e as instituições democráticas.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Promete recuperar a autoridade do Estado, proteger a nação e devolver ao povo o controle sobre seu destino. Sua linguagem agressiva, o desprezo pelas convenções e os ataques ao sistema permitem que apareça como uma força antissistema, mesmo quando suas propostas econômicas preservam a concentração da riqueza, o rentismo e o poder das grandes corporações.

A extrema direita oferece, portanto, uma explicação politicamente conveniente para sofrimentos reais. A deterioração dos serviços públicos deixa de ser associada aos cortes orçamentários e passa a ser atribuída aos imigrantes, aos pobres ou à corrupção. A precarização do trabalho deixa de ser relacionada às transformações do capitalismo e torna-se consequência da presença estrangeira, das políticas ambientais ou dos direitos das minorias. A insegurança diante do futuro é convertida em medo, e o medo é dirigido contra grupos apresentados como inimigos da nação.

A racionalidade individualista facilita esse deslocamento. Quem aprendeu a interpretar o sucesso como mérito pessoal e o fracasso como culpa tende a desconfiar da solidariedade e das políticas universais. O beneficiário de um programa social pode ser percebido como alguém que recebe uma vantagem indevida; o imigrante, como competidor por trabalho e serviços; o movimento social, como obstáculo à liberdade individual. A extrema direita transforma esse ressentimento em identidade política.

Ela também associa a incapacidade dos governos tradicionais à fragilidade da própria democracia. Parlamentos, tribunais, imprensa e organizações da sociedade civil são apresentados como entraves que impedem decisões rápidas. Em nome da vontade popular, reivindica-se um Executivo sem controles, capaz de remover obstáculos e impor soluções. A crise produzida pela redução da capacidade do Estado torna-se, assim, justificativa para reduzir ainda mais os limites democráticos impostos ao poder.

Na Europa e nos Estados Unidos, essa corrente procura ocupar o espaço deixado pelo enfraquecimento da social-democracia e pelo desgaste dos partidos conservadores tradicionais. Apresenta-se como defensora das fronteiras, da indústria nacional e dos trabalhadores ameaçados pela globalização. Seu nacionalismo, entretanto, é excludente: promete proteção para alguns enquanto retira direitos de imigrantes, minorias e adversários políticos. Mesmo sem romper com o poder financeiro, consegue canalizar o descontentamento contra as elites cosmopolitas e o sistema partidário.

Na América Latina, a extrema direita também mobiliza símbolos nacionais, a religião, a família e a defesa da ordem. Entretanto, sua política externa costuma combinar essa retórica patriótica com o alinhamento automático aos Estados Unidos, a abertura dos recursos naturais ao capital estrangeiro e a rejeição dos projetos de integração regional. Enquanto a extrema direita dos países do centro afirma defender interesses nacionais contra a globalização, parte expressiva da extrema direita latino-americana oferece a subordinação dos interesses nacionais à potência que pretende reafirmar sua influência sobre o continente.

Esse contraste mostra que a crise da democracia não pode ser analisada apenas dentro das fronteiras de cada país. A promessa de mudança da extrema direita conecta o sofrimento social a um projeto de poder nacional e internacional. Para compreender seu significado na América Latina, é necessário observar a disputa entre os Estados Unidos e a China e a tentativa norte-americana de reconstruir o continente como esfera exclusiva de influência.

8.5 – A disputa pela hegemonia e a América Latina como esfera de influência

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

A ordem internacional atravessa uma transição. A superioridade econômica e política exercida pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria passou a conviver com a ascensão da China, a ampliação do BRICS e a formação de relações comerciais, financeiras e tecnológicas menos concentradas num único centro de poder. Essa transição não elimina a primazia norte-americana, mas aumenta o valor estratégico das regiões capazes de fornecer alimentos, energia, minerais, mercados, infraestrutura e apoio diplomático.

A América Latina ocupa posição central nessa disputa. Possui algumas das maiores reservas mundiais de água doce, biodiversidade, petróleo, cobre e lítio; produz parcela importante dos alimentos comercializados no mundo; controla rotas decisivas, como o Canal do Panamá; e reúne países cujo peso conjunto pode influenciar organismos multilaterais. A região não é apenas fornecedora de matérias-primas. É também espaço de infraestrutura portuária, telecomunicações, tecnologia digital e cadeias produtivas que se tornaram questões de segurança para as grandes potências.

A relação com a China cresceu rapidamente. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2023), o comércio entre a China e a região passou de pouco mais de 14 bilhões de dólares, em 2000, para quase 500 bilhões em 2022. A China tornou-se o principal destino das exportações de vários países sul-americanos e uma fonte relevante de crédito, investimentos e obras de infraestrutura. Essa presença oferece alternativas comerciais, mas também pode reproduzir uma inserção baseada na exportação de produtos primários gerando novas dependências.

Para os Estados Unidos, a expansão chinesa deixou de ser tratada apenas como concorrência econômica. Um relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso (Congressional Research Service, 2025) observa que a competição estratégica voltou a ocupar posição central na política norte-americana para o hemisfério e que Washington considera sensíveis os investimentos chineses em portos, telecomunicações, instalações espaciais e áreas próximas ao Canal do Panamá. A linguagem da segurança nacional converte decisões comerciais de países latino-americanos em temas da disputa entre as potências.

O segundo governo Trump tornou explícita essa mudança. Sua política comercial rompeu com parte da confiança neoliberal na globalização e no livre-comércio. O memorando da Casa Branca, *America First Trade Policy* (2026), vinculou tarifas, capacidade industrial, tecnologia e cadeias de suprimento à segurança nacional; em seguida, o governo adotou tarifas adicionais e passou a defender acordos orientados pela reciprocidade e pela vantagem norte-americana. O Estado voltou a intervir de maneira aberta para proteger a indústria e a posição internacional dos Estados Unidos.

Essa inflexão, contudo, não significa abandono da lógica rentista. A mudança da política comercial não alterou, por si mesma, a concentração da riqueza, o peso das finanças ou a subordinação do trabalho; tampouco se converteu em reconstrução universal da proteção social. O que se altera é a relação entre neoliberalismo e globalização: a livre circulação deixa de ser aceita quando ameaça a supremacia norte-americana, mas a concentração da riqueza continua sendo tratada como resultado legítimo do mercado.

A política de Trump combina, portanto, nacionalismo econômico no país e exigência de alinhamento na periferia. O governo norte-americano reivindica o direito de proteger sua indústria, suas empresas e suas cadeias estratégicas, mas procura limitar a liberdade dos países latino-americanos para escolher parceiros, controlar recursos e construir políticas próprias de desenvolvimento.

O Canal do Panamá tornou-se símbolo dessa orientação. Em 2025, o governo Trump pressionou o Panamá a reduzir a presença de empresas chinesas nas proximidades do canal e afirmou

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

que tomaria as medidas necessárias caso considerasse insuficientes as mudanças. O episódio mostrou que investimentos, concessões portuárias e rotas comerciais passaram a ser tratados como componentes de uma esfera de influência que Washington pretende controlar.[57]

Essa pressão encontra aliados na extrema direita latino-americana. Governos e movimentos que se apresentam como defensores da pátria frequentemente aceitam a política externa dos Estados Unidos como referência automática. A integração regional é substituída por relações bilaterais assimétricas; a diversificação de parceiros, por alinhamento; e a soberania sobre recursos naturais, por abertura sem estratégia de desenvolvimento. A retórica nacionalista encobre, assim, uma prática de dependência.

A alternativa não consiste em substituir a dependência dos Estados Unidos pela dependência da China. Relações comerciais e financeiras com diferentes centros de poder somente ampliam a autonomia quando são acompanhadas por políticas industriais, transferência tecnológica, proteção socioambiental e capacidade de decisão nacional. Sem essas condições, a multipolaridade pode apenas diversificar os credores e os compradores das mesmas matérias-primas.

Por isso, a integração latino-americana adquire importância renovada. Países que negociam isoladamente possuem menor capacidade de defender seus recursos, estabelecer condições para investimentos, desenvolver cadeias regionais e resistir às pressões das grandes potências. Uma região articulada pode relacionar-se simultaneamente com Estados Unidos, China, Europa, África e Ásia sem transformar nenhuma dessas relações em obediência automática.

A política externa brasileira torna-se decisiva nesse quadro. Pelo tamanho do país e por sua capacidade de articulação, um Brasil subordinado a Washington enfraquece a autonomia de toda a região; um Brasil comprometido com a integração, o multilateralismo e a diversificação das relações amplia o espaço de decisão dos vizinhos. É nessa ligação entre democracia interna e soberania externa que a vitória de Lula revela todo o seu alcance.

8.6 – Por que a vitória de Lula repercute: democracia, soberania e possibilidade de mudança

A repercussão internacional da vitória de Lula pode agora ser compreendida em sua amplitude. Ela não decorreu apenas do reconhecimento dedicado ao presidente do maior país da América Latina. O resultado brasileiro reuniu, numa mesma eleição, três questões que atravessam diferentes sociedades: a capacidade da democracia de derrotar a extrema direita, a possibilidade de reconstruir a proteção social e o direito dos países periféricos de escolher seu próprio lugar no mundo.

Na Europa, o resultado mostrou que o avanço autoritário não constitui um destino inevitável. Uma liderança de centro-esquerda, com origem sindical e identificação popular, derrotou uma força que se apresentava como herdeira do bolsonarismo e aliada do trumpismo. A vitória de Lula demonstrou que a extrema direita pode ser enfrentada por uma mobilização democrática ampla, capaz de reunir trabalhadores, movimentos sociais, setores progressistas e defensores das instituições.

Na América Latina, o significado foi também geopolítico. A permanência de Lula preservou no governo do maior país da região uma política externa que reivindica integração continental, diálogo com diferentes centros de poder e autonomia diante dos Estados Unidos. Num momento em

[57] REUTERS. Rubio tells Panama to end China's influence of canal or face US action. 2 fev. 2025. Disponível em: https://www.investing.com/news/world-news/rubio-in-panama-for-canal-migration-talks-as-he-begins-latin-america-trip-3844112 Ver também: CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. U.S. Foreign Policy in the Western Hemisphere: Issues for Congress. 26 maio 2026. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/reports/R48960.html

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

que Washington procura reafirmar sua esfera de influência e reduzir a presença chinesa, a eleição brasileira impediu que a principal potência latino-americana se convertesse em instrumento de uma estratégia externa alheia aos interesses regionais.

Lula carrega, além disso, uma trajetória social e política distinta daquela dos dirigentes formados exclusivamente nos aparelhos partidários ou nas instituições financeiras. Sua origem operária, sua relação histórica com o movimento sindical e a memória das políticas de valorização do salário-mínimo, combate à fome e inclusão social permitem que sua candidatura ainda seja reconhecida como expressão de setores populares. Essa identificação não elimina as contradições de seus governos, mas ajuda a compreender por que sua vitória desperta expectativas que ultrapassam as fronteiras brasileiras.

A eleição mostrou também uma estratégia. A extrema direita não foi derrotada pela simples ocupação do centro político nem pela repetição de sua linguagem. Foi necessário constituir uma frente democrática suficientemente ampla para defender as instituições e, ao mesmo tempo, manter vínculos com demandas populares concretas. A defesa da democracia adquiriu sentido porque se associou à expectativa de emprego, da renda, de mais e melhores serviços públicos, de combate à fome e da soberania nacional.

A mobilização brasileira também aproximou gerações. Os jovens participaram da produção e da circulação de conteúdos digitais, dos atos de rua e das iniciativas destinadas a convencer eleitores ausentes ou indecisos. Ao mesmo tempo, a campanha dirigiu um chamado específico às pessoas idosas, especialmente àquelas com mais de 70 anos, para as quais o voto é facultativo e, pela primeira vez desde 2014, mais da metade dos eleitores com 70 anos ou mais participou da votação.[58]

O esforço de mobilização apareceu no comparecimento. Entre o primeiro e o segundo turnos, quase 3 milhões de eleitores adicionais foram às urnas. A votação final reuniu 128,2 milhões de pessoas, reduziu a abstenção para 19,2% — o menor índice numa etapa final em vinte anos — e foi apresentada pelo Tribunal Superior Eleitoral como recorde de participação popular. Num período em que se fala tanto em descrença na política, a presença simultânea de jovens e idosos e a ampliação do comparecimento mostraram que a democracia ainda pode mobilizar quando os eleitores reconhecem consequências concretas em sua escolha.[59]

Essa é, porém, apenas uma possibilidade. Um governo de centro-esquerda pode frustrar suas bases sociais caso se limite a administrar as mesmas restrições fiscais e financeiras que produziram o descontentamento. Se a democracia não conseguir melhorar concretamente as condições de vida, a extrema direita continuará apresentando-se como a única força disposta a mudar o sistema — ainda que sua mudança aprofunde as causas da própria crise.

---

[58] AGÊNCIA BRASIL. Brazilian voters aged 70+ rise 43% in first round. 23 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/politica/noticia/2026-10/brazilian-voters-aged-70-and-older-increased-43-first-round Ver também: REUTERS. Lula hopes older voters can help power him to victory against Flavio Bolsonaro. 22 out. 2026. Disponível em: https://www.investing.com/news/world-news/lula-hopes-older-voters-can-help-power-him-to-victory-against-flavio-bolsonaro-4965089

[59] TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições 2026: painel registra manifestações e saudações de mais de cem países após 2º turno. 29 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/eleicoes-2026-painel-registra-manifestacoes-e-saudacoes-de-mais-de-cem-paises-apos-2o-turno Ver também: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Presidentes dos TREs reconhecem eficiência e segurança das Eleições Gerais de 2026. 27 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidentes-dos-tres-reconhecem-eficiencia-e-seguranca-das-eleicoes-gerais-de-2026

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Esse enfrentamento, entretanto, não se realiza apenas por decisão do governo. A tentativa de ampliar os investimentos públicos, reconstruir políticas sociais e reduzir o poder do rentismo encontra a resistência dos mercados financeiros, a pressão pela manutenção de juros elevados, os limites impostos pelas regras fiscais e a oposição de um Congresso no qual os interesses econômicos possuem grande influência. Movimentos de capitais, desvalorização cambial, inflação e campanhas contra a perda de "confiança" podem restringir a capacidade de ação do governo e ameaçar sua governabilidade. O desafio consiste em não aceitar essas pressões como limites naturais e imutáveis, mas também em não ignorar seus efeitos concretos. Enfrentar o neoliberalismo exige construir apoio social e parlamentar, recuperar instrumentos de ação do Estado e realizar mudanças capazes de melhorar a vida da população sem produzir uma crise que termine por fortalecer novamente a extrema direita.

A vitória eleitoral precisa, portanto, devolver à política sua capacidade de decidir. Isso exige enfrentar o rentismo, reconstruir os serviços públicos, proteger o trabalho, reduzir a desigualdade e recuperar formas de solidariedade enfraquecidas pela racionalidade individualista. Exige também defender uma soberania que não se confunda com isolamento: capacidade de cooperar, integrar-se e negociar com diferentes países sem aceitar a condição de quintal de qualquer potência.

A vitória de Lula repercute porque contém uma possibilidade e uma advertência. A possibilidade de unir democracia, proteção social e soberania num projeto de mudança; e a advertência de que nenhuma dessas dimensões se sustenta isoladamente. Sem direitos sociais, a democracia perde credibilidade. Sem democracia, a mudança converte-se em imposição autoritária. Sem soberania, as escolhas populares ficam submetidas a interesses externos. O desafio brasileiro — e, em grande medida, latino-americano — é fazer com que essas três dimensões voltem a caminhar juntas.

9 – TRÊS CENÁRIOS PARA ACOMPANHAR EM 2027

Construir cenários é uma das tarefas mais exigentes de uma análise de conjuntura. Obriga a relacionar o que já aconteceu com decisões ainda abertas, identificar quem pode agir e explicar por quais caminhos uma possibilidade poderia ganhar consistência. Exige também reconhecer os limites da informação e submeter as hipóteses à revisão. A alternativa a esse trabalho não é ficar livre de suposições sobre o futuro. É continuar fazendo suposições sem prestar contas delas.

Os três cenários aqui propostos examinam a relação entre articulação política, capacidade de executar políticas e preservação das regras democráticas. São caminhos possíveis para acompanhar a partir de novembro, com atenção à preparação do novo mandato e ao seu primeiro ano. Cooperação negociada, negociação fragmentada e confronto institucional podem coexistir em áreas diferentes. Não formam uma sequência obrigatória nem esgotam as possibilidades. Seu valor estará na capacidade de orientar perguntas, preparar decisões e reconhecer mudanças de trajetória.

A finalidade pública é relevante para a CNBB e para a presença da Igreja na sociedade. A leitura de cenários pode ajudar a proteger pessoas, manter interlocução e definir prioridades antes da emergência. Sua elaboração não confere à instituição capacidade de dirigir o conjunto dos acontecimentos. Oferece condições de agir com mais discernimento e de rever escolhas. A bola de cristal continua dispensável; o trabalho de análise, infelizmente para quem esperava uma solução mais cômoda, permanece necessário.

9.1 – O lugar dos cenários na análise de conjuntura

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

A conjuntura reúne relações de força, condições estruturais, acontecimentos e escolhas de atores situados. Um diagnóstico que identifique essas relações já contém perguntas sobre sua evolução: que aliança poderá persistir, que conflito poderá se agravar, que capacidade permitirá entregar resultados? Explicitar cenários dá tratamento analítico a essas perguntas. Evita que a interpretação do presente termine numa previsão implícita, apresentada como se decorresse naturalmente dos fatos.

Buarque (2003) sistematiza a construção de cenários como instrumento para organizar futuros alternativos sob incerteza. O método articula diagnóstico, condicionantes, atores e hipóteses de evolução. A análise prospectiva não elimina a indeterminação; pode delimitar possibilidades e tornar mais claros os fundamentos das escolhas. Sua exigência de confrontar informações também ajuda a resistir ao consenso confortável de quem só conversa com pessoas que confirmam sua leitura.

Schoemaker (1995) relaciona cenários à identificação de tendências e incertezas e à redução da confiança excessiva numa única interpretação. O método ajuda a formular alternativas suficientemente diferentes para que a decisão não dependa de um só futuro. Na política brasileira, essa disciplina exige examinar condições e consequências sem tratar atores como peças que obedeceriam ao desenho do analista.

Ramírez e Wilkinson (2016) enfatizam o aprendizado e a revisão dos enquadramentos utilizados para compreender ambientes incertos. Essa abordagem recomenda perguntar o que cada cenário nos permite perceber e o que deixa de fora. Uma hipótese pode ser internamente coerente e ainda assim ignorar um ator ou uma mudança decisiva. A qualidade da narrativa não substitui a abertura ao que a contradiz.

É necessário distinguir cenário exploratório, objetivo desejado e previsão. O cenário examina como uma combinação de condições poderia evoluir. O objetivo expressa o que se pretende promover. Uma previsão afirma uma expectativa de ocorrência e exige fundamento compatível com esse grau de afirmação. Misturar essas operações transforma preferência em diagnóstico. O desejo de cooperação, por exemplo, não demonstra que os incentivos necessários para a sustentar já estejam presentes.

Por isso, os caminhos deste capítulo não recebem percentuais de probabilidade. As informações disponíveis não sustentam uma estimação quantitativa defensável. A posição de um cenário poderá ser discutida qualitativamente, sempre com razões e informação disponível. Colocar uma casa decimal numa impressão não aumenta seu rigor; apenas melhora a apresentação da impressão.

9.2 – As condições de partida e as incertezas decisivas

A eleição definiu a Presidência, mas deixou em aberto a organização da base, as prioridades administrativas e a tradução dos compromissos em orçamento e execução. Abranches (1988) oferece uma referência para compreender a necessidade de articulação de maiorias no presidencialismo brasileiro. O problema atual requer examinar quais acordos serão possíveis, sobre quais matérias e com que custos. A vitória presidencial assegura legitimidade para governar; não confere comando sobre os mandatos dos demais eleitos.

A capacidade de negociar precisa ser distinguida da capacidade de realizar. Pires e Gomide (2016) mostram a relevância dos arranjos de governança e das capacidades estatais na implementação de políticas. Uma maioria pode aprovar uma medida cuja execução encontra obstáculos técnicos, financeiros ou federativos. Também podem existir equipes capazes de entregar resultados, mas sem

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

autorização política ou recursos. Os cenários precisam acompanhar essas relações, em vez de escolher uma só delas como explicação para tudo.

A opinião pública acrescenta outra dimensão. Como visto no capítulo 1, a Quaest divulgada em 8 de novembro registra 48% de aprovação e 44% de desaprovação do governo (Schroeder, 2026). Esse retrato não permite antecipar a duração do apoio nem sua conversão em sustentação parlamentar. Serve para lembrar que maioria eleitoral e avaliação cotidiana da gestão são medidas distintas.

Três incertezas organizam o exercício. A primeira é a capacidade de construir compromissos que persistam além de cada votação. A segunda é a possibilidade de transformar decisões em resultados reconhecíveis, com coordenação e recursos. A terceira é a disposição dos atores de aceitar controles, divergência e alternância dentro das regras. A combinação dessas dimensões produzirá caminhos diferentes, inclusive configurações que os três cenários não descrevem integralmente.

Também influenciarão a trajetória as condições econômicas, a pressão por segurança, os eventos climáticos e os movimentos do contexto internacional. Essas variáveis não são apenas acontecimentos externos a que o governo reage. A prevenção, o desenho das políticas e a qualidade da comunicação podem alterar seus efeitos. Um choque não produz a mesma consequência em instituições preparadas e em instituições que já consumiram sua capacidade administrando desentendimentos cotidianos.

O horizonte principal é o ano de 2027. Novembro e dezembro oferecem sinais de preparação; a composição do Congresso e sua organização interna abrem outra etapa; a execução do orçamento permite avaliar se os compromissos adquiriram consequência. São tempos diferentes. Uma votação em novembro de 2026 ocorre sob a composição atual e não antecipa automaticamente o comportamento da legislatura seguinte. O calendário político precisa entrar no método, em vez de aparecer depois como explicação para o que não funcionou.

9.3 – Cooperação negociada e as condições para produzir resultados

A cooperação negociada ganha consistência se o Executivo seleciona prioridades realizáveis, explica como pretende financiá-las e estabelece compromissos que os parceiros reconheçam como vantajosos e sustentáveis. O Congresso conserva autonomia e capacidade de fiscalizar. Governadores e prefeitos participam dos arranjos necessários à execução. A cooperação depende de incentivos recíprocos, informação e procedimentos para administrar desacordos; não requer concordância geral sobre o projeto de país.

A aprovação da PEC 18/2025 pelo Senado, em 3 de novembro, com 73 votos no primeiro turno e 75 no segundo, mostra uma possibilidade localizada de maioria ampla[60]. O dado informa que houve capacidade de acordo naquela matéria e naquele momento. Não demonstra apoio estável ao governo, adesão integral ao texto original nem resultados já produzidos na segurança. O exame deve alcançar o conteúdo aprovado, as etapas subsequentes e as condições de implementação.

O mecanismo que pode sustentar esse cenário é a formação de uma sequência reconhecível: prioridades delimitadas tornam os compromissos mais claros; compromissos claros reduzem a incerteza da negociação; decisões financiadas favorecem execução; resultados podem aumentar a

[60] BRASIL. Senado Federal. **Davi Alcolumbre destaca aprovação da PEC da Segurança Pública e defende união de forças contra o crime organizado.** Brasília, DF: Senado Federal, 3 nov. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/destaque-noticia/davi-alcolumbre-destaca-aprovacao-da-pec-da-seguranca-publica-e-defende-uniao-de-forcas-contra-o-crime-organizado. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

confiança e tornar a cooperação politicamente defensável. Cada passagem pode falhar. Um acordo pode ser aprovado e não executado, ou produzir benefícios distribuídos de modo tão desigual que perca sustentação social.

A participação de partidos no governo precisará corresponder a responsabilidades públicas. Sem coordenação, ministérios podem defender agendas incompatíveis mesmo quando integram a mesma coalizão. O acordo também deve alcançar procedimentos para solucionar conflitos antes que cada divergência se torne uma crise presidencial. A cooperação será mais consistente se os parceiros puderem discordar de forma previsível e se a população souber quem responde por cada decisão.

Os sinais favoráveis serão a convergência entre agenda anunciada e votações, regras orçamentárias compreensíveis, execução de políticas prioritárias e acordos federativos acompanhados de recursos e responsabilidades. Uma fotografia de lideranças juntas informa que houve encontro; a entrega continuada informa algo mais exigente. Será necessário acompanhar quem recebe os benefícios e se o resultado chega aos territórios com menor capacidade de pressão.

Há um risco distributivo central: obter estabilidade mediante concessões que reduzam direitos ou esvaziem compromissos sociais e ambientais. Cooperação é uma forma de relação entre atores; não é um certificado sobre a qualidade de suas decisões. Um governo pode construir maioria duradoura em torno de medidas prejudiciais a grupos com pouca representação. Para a análise, o conteúdo do acordo precisa permanecer tão visível quanto sua capacidade de obter votos.

Esse caminho deverá ser revisto se as vitórias legislativas não se traduzirem em execução, se os parceiros passarem a renegociar permanentemente o que parecia pactuado ou se a coordenação depender de intervenções excepcionais a cada semana. Também será preciso reavaliá-lo se a estabilidade vier acompanhada de fechamento dos canais de participação. Um acordo que silencia os atingidos pode estar institucionalmente organizado e socialmente mal sustentado.

9.4 – Negociação fragmentada e o desgaste sem ruptura

Na negociação fragmentada, o governo conserva instrumentos de ação e consegue resultados parciais, mas precisa reconstruir apoio para decisões sucessivas. As prioridades oscilam e os conflitos internos dificultam a coordenação. Esse caminho não equivale a ausência de negociação nem a colapso institucional. Sua característica é a dificuldade de acumular compromissos e fazer com que a população reconheça uma direção ao longo do tempo.

O mecanismo de desgaste pode começar com uma agenda extensa demais para os recursos políticos e administrativos disponíveis. Diante de resistências, o Executivo oferece respostas isoladas, adia escolhas e modifica orientações. Os parceiros passam a considerar provisórios os acordos anteriores e a elevar suas exigências. A incerteza encarece novas negociações, enquanto a administração dedica mais tempo à recomposição do apoio e menos à entrega. Esse encadeamento é uma hipótese a testar, não uma descrição antecipada do mandato.

A fragmentação também pode nascer de conflitos entre políticas. Uma decisão econômica pode reduzir os recursos necessários a um compromisso social; uma obra pode avançar sem articulação com proteção territorial; anúncios nacionais podem ignorar a capacidade de execução local. A contradição não precisa envolver intenção de descumprir. Pode resultar de coordenação insuficiente, competências dispersas e informação que não circula a tempo.

Os sinais serão atrasos persistentes nas medidas prioritárias, mudanças frequentes sem justificativa clara, compromissos orçamentários incompatíveis e distância entre autorização e entrega. A análise precisará separar atraso justificável de adiamento recorrente. Um programa complexo pode demorar e estar bem conduzido; sucessivos anúncios sem definição de meios indicam outro problema.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

O acompanhamento deverá examinar a trajetória e os obstáculos documentados, sem tomar qualquer dificuldade como confirmação do cenário.

Esse caminho pode conservar a democracia e permitir correções. O conflito entre interesses é constitutivo da política, e maiorias variáveis podem melhorar projetos. A questão será a capacidade de transformar negociação em aprendizado e decisão. Quando a diversidade se converte em impossibilidade de coordenar, a sociedade pode perceber o sistema como incapaz de responder. Essa frustração não produz automaticamente rejeição à democracia, mas pode ser explorada por lideranças que oferecem soluções sem controles.

A disputa sucessória tende a ganhar espaço quando os atores passam a investir mais na diferenciação futura do que na responsabilidade presente. Isso pode ocorrer entre aliados e dentro da oposição, sem que a data da próxima eleição se altere. O sinal relevante não é a simples existência de ambições, mas seu efeito sobre decisões: abandono de compromissos, exposição calculada de conflitos ou recusa de assumir custos necessários à gestão.

O cenário perderá força se o governo conseguir reduzir a dispersão, dar estabilidade às prioridades e demonstrar entregas com continuidade. Em sentido contrário, deverá ser distinguido do confronto quando os conflitos passarem a atingir a legitimidade das autoridades e os meios de resolver divergências. Nem todo impasse é ameaça institucional. Também não convém chamar de dificuldade administrativa o que já se tornou uma tentativa de impedir o funcionamento das regras.

9.5 – Confronto institucional e os limites que não podem desaparecer

O confronto institucional ganha centralidade quando parte relevante dos atores passa a disputar não apenas decisões, mas a legitimidade dos procedimentos e autoridades que permitem tomá-las. Acusações permanentes substituem demonstração, a intimidação restringe a participação e o bloqueio passa a ser empregado para inviabilizar o funcionamento das instituições. A análise deve individualizar condutas e responsabilidades; não presumir que todos contribuam da mesma maneira ou com a mesma intensidade.

Levitsky e Ziblatt (2018) chamam atenção para o papel dos comportamentos e das normas políticas na preservação das democracias. A aplicação à conjuntura exige examinar como se tratam adversários, controles e resultados desfavoráveis. Críticas severas, investigações e recursos judiciais podem integrar o funcionamento democrático. A diferença aparece quando se pretende afastar limites, deslegitimar previamente qualquer decisão adversária ou restringir direitos de quem diverge.

Uma dinâmica possível envolve acusações sem prova suficiente, respostas que ampliam o alcance do conflito e uso da reação adversária para justificar nova escalada. Os atores passam a perder incentivos para recuar, porque o recuo é apresentado aos apoiadores como abandono da causa. Essa sequência não torna equivalentes as condutas de origem e de resposta. Cada ato deve ser avaliado por seu fundamento, sua proporcionalidade e seus efeitos, inclusive quando parte de quem afirma defender a democracia.

A relação com o STF pede esse rigor. A fiscalização da Corte, o exame de sua competência e a crítica fundamentada a decisões são legítimos. A defesa das instituições não exige concordância irrestrita com seus integrantes. Também a invocação da liberdade política não autoriza intimidação nem descumprimento de determinações vigentes. O cenário deve ser acompanhado por fatos processuais e condutas verificáveis, evitando converter a disputa pública em um julgamento permanente sem autos.

Os sinais de agravamento incluem ameaças reiteradas a pessoas e instituições, desobediência organizada, restrição arbitrária de participação e utilização sistemática de acusações para dispensar

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

provas. A repetição importa, assim como a capacidade de transformar discurso em ação. Um episódio grave exige resposta imediata de proteção, ainda que não permita afirmar mudança de toda a trajetória nacional. A cautela analítica não pode se tornar desculpa para esperar que a violência complete o argumento.

A consequência para a governabilidade poderá ser o consumo de capacidade política e administrativa na gestão do conflito, com adiamento de decisões e efeitos sobre confiança e investimento. Mas não se deve imaginar paralisação uniforme. Podem continuar ocorrendo acordos econômicos ou legislativos enquanto direitos e procedimentos sofrem pressão. O acompanhamento precisa enxergar essa coexistência para que uma entrega localizada não seja usada como prova de normalidade integral.

A saída desse caminho depende de conter danos, restabelecer limites e criar condições de interlocução com garantias. Diálogo não deve impor às pessoas ameaçadas a obrigação de negociar sua própria proteção. Responsabilização individual, devido processo e acesso a canais públicos podem reduzir incentivos à escalada. O critério de revisão será a mudança das condutas e a recuperação dos meios de resolver divergências, não apenas uma declaração de pacificação bem recebida durante uma tarde.

9.6 – A passagem entre cenários e o peso do contexto externo

Os três caminhos não são compartimentos fechados. Cooperação pode produzir resultados e ainda perder sustentação se os custos recaírem de maneira desigual. Fragmentação pode ser corrigida por uma agenda mais clara, ou oferecer terreno para discursos contra os controles democráticos. Um conflito grave pode ser contido sem eliminar desacordos. As transições dependem de escolhas e capacidades, e não de uma lógica narrativa que obrigue o país a completar a história começada pelo analista.

A mistura entre cenários precisa ser descrita por área e período. Pode haver cooperação no orçamento e confronto na relação com uma autoridade, ou coordenação federal acompanhada de impasses locais. A prevalência de um caminho será uma interpretação sobre o padrão dominante e seus efeitos, não a pretensão de classificar todos os acontecimentos sob uma única palavra. Se a realidade mudar de forma consistente, o conjunto dos cenários também deverá ser reformulado.

As eleições americanas de 3 de novembro modificam o ambiente externo. As projeções da CNN indicaram a conquista do controle das duas Casas do Congresso pelo Partido Democrata, criando um horizonte de maior fiscalização sobre o governo Trump na legislatura seguinte (Caetano; Teixeira, 2026). Isso não significa mudança automática das decisões do Executivo americano nem resolve os conflitos brasileiros. A política externa dos Estados Unidos envolve atores, competências e interesses que não se reduzem à afinidade entre líderes.

Apoios internacionais podem aumentar visibilidade e recursos de mobilização, mas também gerar custos domésticos quando associados a pressões contra instituições brasileiras. A análise deve acompanhar medidas concretas e seus efeitos, distinguindo anúncio, ameaça e decisão implementada. Não há fundamento para presumir que a mudança parlamentar americana retire todo apoio externo de um campo político ou assegure proteção duradoura ao outro.

Choques econômicos, climáticos e de segurança também podem alterar incentivos. Uma emergência pode favorecer cooperação ou aprofundar disputas, dependendo de preparação, confiança e distribuição das respostas. Por isso, convém testar os três cenários diante de uma mesma perturbação: o que aconteceria com um evento extremo que exigisse ação federativa rápida? Quem coordenaria, quais recursos estariam disponíveis e que conflito poderia impedir a resposta? A

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

pergunta torna visíveis vulnerabilidades que o debate centrado apenas nas lideranças tende a esconder.

9.7 – O que acompanhar e como rever as hipóteses

A proposta de acompanhamento deve ser simples o suficiente para funcionar e rigorosa o suficiente para contrariar preferências. É necessário registrar o sinal observado, sua fonte e data, a interpretação e explicações alternativas. Uma fala pode anunciar intenção sem produzir efeito; uma votação pode expressar acordo pontual; um atraso pode decorrer de problema operacional. A classificação ganha consistência quando acompanha séries de acontecimentos e a relação entre eles.

O quadro seguinte organiza perguntas comuns aos três caminhos. Não propõe um índice automático nem atribui pontuação a situações incomparáveis. Sua função é permitir que a revisão se apoie em evidências reconhecíveis, com atenção aos efeitos sobre direitos e vida cotidiana.

Quadro 1 - Dimensões para acompanhar os três cenários

Dimensão	Cooperação negociada	Negociação fragmentada	Confronto institucional
Compromissos	Acordos públicos persistem e orientam decisões	Apoios precisam ser recompostos continuamente	A disputa atinge a legitimidade dos procedimentos
Execução	Decisão, recursos e entrega apresentam continuidade	Anúncios, prioridades e execução se desencontram	Conflitos desviam capacidade e pressionam a continuidade
Controles	Fiscalização e divergência têm canais efetivos	Respostas são demoradas e responsabilidades se dispersam	Intimidação ou desobediência restringem o controle legítimo
Participação	Contribuições recebem retorno e podem influenciar	Demandas circulam sem encaminhamento estável	Pessoas e organizações encontram obstáculos arbitrários
Revisão da hipótese	Rever se acordos não geram entrega ou fecham participação	Rever diante de coordenação duradoura ou escalada contrarregras	Rever se condutas mudam e procedimentos recuperam efetividade

Fonte: elaboração dos autores. Os sinais exigem fonte, data, contexto e explicações alternativas. O quadro não constitui índice, escala automática ou atribuição de probabilidades. Uma ocorrência isolada não define todo o cenário.

É possível fazer avaliações mais amplas no início da legislatura, após a organização da execução orçamentária e ao fim do primeiro semestre. Esses marcos não presumem que todas as decisões ocorram num calendário fixo. Um acontecimento grave ou uma mudança relevante de condições pode exigir revisão imediata. A análise deve informar quando foi atualizada e o que motivou a mudança.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Para reduzir vieses, é útil procurar deliberadamente fatos incompatíveis com a hipótese que parece mais convincente. Se se espera cooperação, examinar bloqueios e concessões; se se espera fragmentação, procurar coordenação e entregas; se se identifica confronto, verificar também os mecanismos que o contêm. Isso não exige equilíbrio artificial entre evidências desiguais. Exige que a hipótese possa perder força diante de informação relevante.

A revisão deve alcançar os próprios critérios. O acompanhamento pode revelar que a variável decisiva não estava entre as inicialmente escolhidas ou que um caminho intermediário apresenta características próprias. Nesse caso, cabe reescrever os cenários. Preservar um quadro inadequado para demonstrar constância seria uma fidelidade pouco útil: o país já tem dificuldades suficientes sem precisar também obedecer ao capítulo.

9.8 – A Igreja diante de caminhos diferentes e compromissos permanentes

A atuação da Igreja deve distinguir a leitura de possibilidades dos critérios que orientam sua presença pública. Os cenários podem mudar; a dignidade humana, a defesa dos pobres, a liberdade de consciência e o cuidado com a convivência democrática não devem depender da conveniência do momento. Francisco (2020), ao tratar da caridade política e do bem comum, oferece uma referência para essa independência. A análise serve ao discernimento; não substitui o juízo ético nem a escuta das comunidades.

Na cooperação negociada, o risco eclesial é confundir acesso com influência e interlocução com concordância. A proximidade de autoridades pode facilitar encaminhamentos, mas também inibir cobranças. Será necessário avaliar o conteúdo dos acordos, acompanhar sua execução e conservar liberdade para denunciar prejuízos, inclusive quando resultarem de decisões de um governo com o qual exista diálogo. Uma porta aberta tem utilidade; não deveria cobrar como pedágio o silêncio de quem entra.

Na negociação fragmentada, a Igreja pode ajudar a sustentar vínculos entre comunidades e instituições, acompanhar demandas que desaparecem da agenda e oferecer formação para compreender responsabilidades. Isso não significa suprir indefinidamente as falhas do Estado nem oferecer uma explicação única para toda frustração. A solidariedade imediata deve caminhar com a defesa de condições públicas de atendimento e participação. A continuidade da presença territorial tem valor quando o debate nacional passa rapidamente de uma crise para outra.

No confronto, a prioridade envolve proteger pessoas e espaços de participação, documentar ameaças e encaminhar situações às instituições competentes. A mediação exige avaliar se existem condições de segurança, interlocutores reconhecidos e disposição efetiva de cumprir compromissos. Nem toda aproximação é viável, nem toda declaração de diálogo reduz o risco. A defesa de garantias também deve alcançar quem enfrenta acusação, preservando a responsabilização pelos procedimentos adequados.

A pluralidade política dos fiéis atravessará os três cenários. A comunidade não deve exigir identidade partidária para reconhecer pertencimento, nem tratar toda divergência como problema de formação moral. Ao mesmo tempo, respeitar escolhas não obriga a silenciar diante de desinformação, discriminação ou violência. A formação de consciências pede espaço para perguntas, exame de consequências e responsabilidade pelas próprias posições. Uma pastoral que recebe apenas quem já concorda terá pouco a aprender sobre o país que pretende acompanhar.

Algumas capacidades são úteis em qualquer caminho: relações de confiança, comunicação verificável, redes de proteção e acesso a conhecimento técnico. É prudente preservar canais com diferentes instituições e atores, sem comprometer a autonomia das comunidades. Também convém

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

reconhecer limites de pessoal e recursos, selecionar prioridades e avaliar resultados. A preparação perde eficácia quando pretende estar em todos os lugares e termina sem condições de permanecer onde assumiu um compromisso.

9.9 – As decisões que continuam abertas

A elaboração de cenários integra a análise de conjuntura porque torna explícitas as relações entre diagnóstico e ação. Seu rigor aparece na explicação dos mecanismos, no reconhecimento da incerteza e na possibilidade de revisão. Não se mede por acertar antecipadamente cada conflito ou nomeação. Mede-se também por ajudar a perceber riscos antes que se agravem e por preparar respostas que continuem úteis quando o futuro não confirmar a primeira expectativa.

Os três caminhos apresentados deixam uma agenda de acompanhamento: verificar se a negociação constrói compromissos com consequência pública, se a gestão consegue acumular resultados e se a disputa preserva as condições de convivência democrática. A mesma decisão deve ser avaliada por seus efeitos distributivos. Estabilidade pode coexistir com injustiça; conflito pode fazer parte de uma cobrança legítima. O cenário descreve relações e possibilidades, enquanto o discernimento examina o que elas significam para a vida das pessoas.

O horizonte permanece aberto, mas não vazio. Existem capacidades, interesses e responsabilidades que já podem ser identificados. A tarefa de novembro é organizar esse conhecimento, fortalecer a escuta e preparar revisões. O futuro será influenciado pelas escolhas de quem governa, fiscaliza, representa e participa. A análise pode ajudar a sociedade e a Igreja a decidir com mais informação, preparo e disposição de responder pelo que ainda é possível construir.

10 – SINAIS DE ESPERANÇA: RECONSTRUIR OS VÍNCULOS, CULTIVAR A FRATERNIDADE E ASSUMIR COMPROMISSOS

A análise da conjuntura brasileira e internacional, ao final de 2026, revela um cenário atravessado por contradições profundas. A persistência das desigualdades sociais, as ameaças à democracia, a intensificação dos conflitos políticos, a precarização das condições de trabalho, a emergência socioambiental e as incertezas diante do futuro compõem uma realidade que não pode ser ignorada. Entretanto, reconhecer a gravidade dos desafios não significa desconsiderar os processos de transformação que continuam em curso, as iniciativas de solidariedade que resistem às adversidades e a capacidade dos povos de construir alternativas. Em meio às tensões do presente, também se manifestam sinais de esperança.

A esperança, na tradição cristã, não se confunde com um otimismo ingênuo, tampouco com a expectativa passiva de que os problemas sejam resolvidos independentemente da ação humana. Trata-se de uma disposição que permite reconhecer possibilidades de vida e transformação mesmo em situações adversas. Por isso, a esperança não dispensa o enfrentamento das injustiças, mas exige compromisso com a superação das condições que comprometem a dignidade humana. Ela se manifesta na capacidade de recomeçar, na resistência dos que não desistem de seus direitos, na solidariedade entre pessoas e comunidades e na disposição de construir relações sociais mais justas.

Nesse horizonte, a viagem apostólica do Papa Leão XIV à América Latina, iniciada em 6 de novembro de 2026, constitui uma referência particularmente significativa para a reflexão sobre o momento atual. Ao visitar o Uruguai, a Argentina e o Peru, o Pontífice dirige sua atenção a um continente marcado por profundas desigualdades, instabilidades políticas, expressiva diversidade cultural e religiosa e uma longa história de organização popular. Sua presença, seus encontros e seus

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

pronunciamentos oferecem elementos para interpretar os desafios contemporâneos e identificar caminhos de reconstrução da convivência democrática e da fraternidade.

Ainda durante o voo para Montevidéu, o Papa destacou que sua viagem pretendia anunciar o Evangelho e caminhar junto às pessoas, especialmente em suas experiências de alegria e sofrimento. Reconheceu, assim, que as sociedades contemporâneas procuram intensamente uma mensagem de esperança[61]. Essa perspectiva permite compreender a esperança não como um discurso exterior à realidade, mas como uma atitude de proximidade com os povos, suas necessidades e suas aspirações. De outro lado, porém, a passagem do Pontífice pela América Latina também reafirma a continuidade de uma tradição eclesial que encontra no Concílio Vaticano II, nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e Caribenho e no magistério do saudoso Papa Francisco referências fundamentais para a presença da Igreja na sociedade. Trata-se de uma Igreja chamada a caminhar com os povos, escutar suas demandas, defender a dignidade humana, promover a justiça e colaborar na construção da paz.

À luz desse horizonte, os sinais de esperança identificados na conjuntura não devem ser compreendidos como acontecimentos isolados ou garantias de um futuro melhor. São possibilidades que exigem cuidado, discernimento e responsabilidade. Reconhecê-los significa também assumir os desafios e compromissos necessários para que possam produzir frutos duradouros.

10.1 – A democracia como conquista permanente e responsabilidade compartilhada

O primeiro sinal de esperança encontra-se na permanência da capacidade de participação política da sociedade brasileira. As eleições de 2026, realizadas em um contexto de intensa polarização, reafirmaram a importância do voto popular como instrumento legítimo de escolha dos governantes e de definição dos rumos do país. A ampliação do comparecimento no segundo turno demonstra que, apesar do desencanto com as instituições e da desconfiança em relação à política, parcelas expressivas da população continuam reconhecendo a importância de participar das decisões coletivas.

A reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entretanto, não elimina as divisões existentes na sociedade. A pequena diferença entre as candidaturas revela a permanência de projetos políticos distintos e de conflitos que continuarão a marcar a vida nacional. A democracia não exige a inexistência de divergências, mas a capacidade de administrá-las mediante o respeito. Respeito às instituições, às liberdades fundamentais e à dignidade daqueles que pensam de maneira diferente. Nesse sentido, a mensagem do Papa Leão XIV durante sua passagem pela Argentina adquire especial relevância. Ao encontrar-se com as autoridades e representantes da sociedade civil, o Pontífice recordou a importância histórica dos processos de negociação e entendimento para a superação de tensões políticas. Sua reflexão aponta para a necessidade de preservar o diálogo como condição de convivência e de responsabilidade compartilhada[62].

---

[61] LEÃO XIV, Papa. *Saudação do Santo Padre aos jornalistas durante o voo Roma–Montevidéu*. Viagem Apostólica ao Uruguai, à Argentina e ao Peru, 6 nov. 2026. Santa Sé. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/november/documents/20261106-uruguay-volo-andata.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

[62] LEÃO XIV, Papa. *Encontro com as autoridades, a sociedade civil e o corpo diplomático*. Palacio Libertad, Buenos Aires, 8 nov. 2026. Santa Sé. Disponível em: https://press.vatican.va/content/salastampa/en/bollettino/pubblico/2026/11/08/261108d.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Essa orientação não significa, contudo, relativizar as ameaças à ordem democrática nem equiparar práticas políticas que respeitam as instituições àquelas que procuram enfraquecê-las. Ao contrário, pressupõe reconhecer que a democracia depende de regras comuns, do respeito aos resultados eleitorais, da proteção dos direitos fundamentais e da rejeição de qualquer forma de violência política. O diálogo democrático exige compromisso com a verdade, responsabilidade diante das consequências das palavras e disposição para reconhecer a legitimidade da existência do outro. E isso é o que também demonstra a composição do Congresso Nacional para a legislatura iniciada em 2027, isto é, que a governabilidade continuará dependendo de negociações entre diferentes forças políticas. Essa realidade, embora apresente dificuldades, também oferece a oportunidade de reafirmar o valor da política como espaço de construção de consensos possíveis. O desafio consiste em impedir que os acordos necessários à administração pública se convertam em simples distribuição de vantagens, desvinculada de programas, compromissos e responsabilidades perante a sociedade.

10.2 – A dignidade humana como fundamento de uma sociedade justa

Outro sinal de esperança encontra-se na permanência das lutas pela dignidade humana e pela efetivação dos direitos sociais. Em um contexto no qual a concentração da riqueza, a insegurança econômica e a precarização do trabalho comprometem as condições de vida de milhões de pessoas, a defesa do bem comum permanece como exigência fundamental da convivência social.

Durante o encontro sobre os desafios e as esperanças para o futuro do povo peruano, realizado em Lima, em 12 de novembro, o Papa Leão XIV (2026a) reafirmou a centralidade da pessoa humana na organização da vida coletiva. Ao abordar as relações entre família, trabalho, diversidade cultural e participação das mulheres, destacou que esses aspectos não podem ser compreendidos isoladamente, pois integram uma mesma realidade social. Recordou, ainda, os princípios do bem comum, da solidariedade e da subsidiariedade como referências para as decisões pessoais e institucionais.

Essa perspectiva oferece um critério fundamental para a avaliação da conjuntura brasileira. O crescimento econômico, a estabilidade das contas públicas e a ampliação dos investimentos constituem dimensões importantes da vida nacional, mas não podem ser considerados objetivos suficientes em si mesmos. Seu significado social depende da capacidade de contribuir para a redução das desigualdades, a geração de trabalho digno, a garantia dos direitos e a melhoria das condições concretas de existência da população. A economia deve estar a serviço das pessoas, e não o contrário. Essa convicção, também presente na tradição da Igreja, adquire renovada atualidade diante das transformações tecnológicas, da expansão das plataformas digitais, das novas formas de contratação e da crescente insegurança experimentada por trabalhadores e famílias.

Ao tratar do mundo empresarial no encontro de Lima, Leão XIV (2026a) reafirmou que a atividade econômica possui uma responsabilidade social que envolve empresários, trabalhadores e instituições públicas. A empresa deve contribuir para o desenvolvimento humano integral, respeitando a dignidade do trabalho, as condições de descanso e a convivência familiar. Essa compreensão permite superar a falsa oposição entre desenvolvimento econômico e justiça social, reconhecendo que a sustentabilidade das atividades produtivas também depende de relações humanas e institucionais justas.

Também para o Brasil tais indicativos constituem sinais de esperança. As iniciativas voltadas à superação da fome, à proteção das famílias em situação de vulnerabilidade, à ampliação das oportunidades educacionais, ao fortalecimento dos serviços públicos e à defesa dos direitos dos trabalhadores devem ser não apenas mantidas como prioritárias, mas ampliadas a todas as regiões do

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

país. Também merecem reconhecimento as experiências de economia solidária, agricultura familiar, cooperativismo, organização comunitária e geração de renda que procuram articular produção econômica, participação e responsabilidade social e tantas vezes foram reportadas por nossas análises de conjuntura.

Essas experiências, contudo, não dispensam a responsabilidade do Estado. A solidariedade organizada pela sociedade civil não pode ser utilizada como justificativa para a retração das políticas públicas. Ao contrário, deve contribuir para ampliar a capacidade de identificar necessidades, formular respostas e exigir o cumprimento dos direitos constitucionalmente assegurados. A defesa da dignidade humana requer atenção especial às populações que enfrentam formas acumuladas de exclusão: povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas em situação de rua, trabalhadores informais, migrantes, idosos, pessoas com deficiência e famílias submetidas à insegurança alimentar e habitacional. A opção preferencial pelos pobres exige reconhecer essas realidades como critério para avaliar a justiça das decisões econômicas e políticas.

10.3 – A juventude como protagonista da transformação social

A participação das novas gerações constitui um dos sinais mais expressivos de esperança na conjuntura contemporânea. Frequentemente descritos a partir de categorias como desinteresse, individualismo ou afastamento da política, os jovens têm demonstrado, em diferentes países, capacidade de mobilização diante das injustiças, das dificuldades econômicas e da ausência de perspectivas para o futuro. O segundo turno das eleições presidenciais demonstrou isso com muita força no Brasil. Mas não apenas aqui. As manifestações juvenis observadas na América Latina e em outras regiões do mundo evidenciam que a insatisfação com as instituições não significa necessariamente indiferença diante dos problemas coletivos. Em muitos casos, expressa a procura por novas formas de participação, comunicação e organização social. As redes digitais, as universidades, os espaços culturais, as organizações comunitárias e as mobilizações de rua constituem ambientes nos quais essa geração procura formular suas demandas e construir alternativas.

No Brasil, a participação dos jovens nas eleições e nos debates públicos reafirma a importância de reconhecer suas experiências e expectativas. Entretanto, permanecem obstáculos significativos à sua plena integração social: dificuldades de acesso ao primeiro emprego, precarização das relações de trabalho, desigualdades educacionais, violência, insegurança alimentar, sofrimento psíquico e limitações no acesso à moradia e aos espaços de cultura e lazer. Durante a vigília com jovens e estudantes universitários, realizada em Lima, em 12 de novembro, o Papa Leão XIV dirigiu-lhes uma mensagem particularmente significativa. Ao reconhecer sua presença e sua capacidade de transformar a realidade, afirmou: “sois vós o sinal de esperança”[63]. A expressão revela uma compreensão da juventude não apenas como destinatária das preocupações das gerações anteriores, mas como protagonista da construção de novos caminhos. Se a esperança é a virtude teologal fundamental para o enfrentamento do tempo presente, sobretudo a esperança das juventudes não pode ser apagada, mas suscitada sempre com maior empenho. Não somente a esperança depositada *sobre eles*, como expectativa limitadora, mas a *sua esperança* com o amanhã e as múltiplas possibilidades de sua realização.

[63] LEÃO XIV, Papa. *Vigília de oração com os jovens e os estudantes universitários*. Estádio Nacional, Lima, 12 nov. 2026. Santa Sé. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/november/documents/20261112-peru-veglia-lima.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS BISPOS DO BRASIL

10.4 – O diálogo, a diversidade e a cultura da paz

A intensificação da polarização política, a circulação de discursos de ódio e a disseminação de informações falsas constituem obstáculos importantes à convivência democrática. Em diferentes sociedades, divergências legítimas têm sido transformadas em antagonismos que dificultam o reconhecimento da dignidade do outro. A religião, por sua vez, também pode ser instrumentalizada para justificar exclusões, alimentar conflitos e conferir legitimidade a projetos de poder. Diante dessa realidade, a disposição para o diálogo e para a construção da paz constitui um sinal de esperança que merece ser reconhecido e fortalecido; uma frente muito explorada em nossas últimas análises, sobretudo desde o anúncio profético do Papa Leão XIV sobre a urgência de uma paz desarmada e desarmante no mundo[64].

Durante o encontro com representantes das comunidades cristãs e de diferentes tradições religiosas, realizado em Buenos Aires, em 9 de novembro, o Papa Leão XIV destacou a importância de dar continuidade ao caminho de diálogo e amizade promovido pelo Papa Francisco. O Pontífice reafirmou o respeito pelas diferentes tradições religiosas e a necessidade de construir novos caminhos de colaboração em benefício da sociedade[65].

O encontro assumiu significado especial por ocorrer na terra natal de Francisco, cuja contribuição para o diálogo inter-religioso e a promoção da fraternidade marcou profundamente a atuação recente da Igreja. Ao recuperar a oração apresentada na encíclica *Fratelli tutti*, Leão XIV reafirmou o horizonte de uma humanidade capaz de reconhecer sua dignidade compartilhada e de construir relações livres da fome, da pobreza, da violência e das guerras. Essa perspectiva é particularmente importante para o Brasil, cuja diversidade religiosa constitui uma de suas características históricas e culturais mais expressivas. Católicos, evangélicos, integrantes de religiões de matriz africana, comunidades indígenas, espíritas, representantes de outras tradições religiosas e pessoas sem vinculação religiosa participam da constituição da vida social brasileira. O reconhecimento dessa pluralidade exige respeito à liberdade de consciência e de crença, bem como o enfrentamento de todas as formas de intolerância e discriminação. Defender o direito dos outros é sempre defender o nosso próprio direito.

O diálogo inter-religioso não pressupõe o abandono das identidades próprias, mas o reconhecimento de que diferenças de crença não impedem a cooperação em torno de valores fundamentais. A defesa da vida em plenitude, a proteção dos vulneráveis, a promoção da paz, o enfrentamento da pobreza e o cuidado ambiental constituem campos nos quais diferentes tradições podem colaborar, preservando suas especificidades. Também no interior das comunidades cristãs, a superação das polarizações exige atenção. Divergências sobre questões sociais, políticas e culturais não devem ser utilizadas para romper os vínculos de comunhão ou reduzir a experiência religiosa à adesão a determinados projetos partidários. A missão evangelizadora da Igreja não pode se confundir com a legitimação religiosa de disputas pelo poder.

---

[64] LEÃO XIV, Papa. *Mensagem do Santo Padre para a celebração do 59º Dia Mundial da Paz: A paz esteja com todos vós. Rumo a uma paz desarmada e desarmante*. Vaticano, 8 dez. 2025. Santa Sé. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/peace/documents/20251208-messaggio-pace.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

[65] LEÃO XIV, Papa. *Encontro com os líderes de comunidades cristãs e de tradições religiosas*. Palacio San Martín, Buenos Aires, 9 nov. 2026. Santa Sé. Disponível em: https://press.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/november/documents/20261109-argentina-religioni.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

Ao dirigir-se aos bispos peruanos, em 12 de novembro, Leão XIV (2026b) insistiu na responsabilidade dos pastores de promover o encontro, construir pontes e contribuir para a superação das divisões sociais. Advertiu, igualmente, para o risco de que as polarizações políticas enfraqueçam a missão profética e evangelizadora da Igreja. Essa orientação aponta para uma responsabilidade particularmente relevante no contexto brasileiro. A Igreja não pode permanecer indiferente diante das injustiças, da violência e das ameaças à dignidade humana. A cultura da paz exige mais do que a ausência de conflitos armados ou a redução da agressividade no debate público. Pressupõe condições sociais que permitam o reconhecimento recíproco, a proteção dos direitos, o acesso à justiça e a resolução não violenta das divergências. Não haverá paz duradoura onde persistirem a exclusão sistemática, a discriminação e a naturalização da violência.

Essas interpelações ganham especial densidade quando confrontadas com as resistências que o magistério social de Leão XIV encontra nas concepções que absolutizam o mercado, recusam responsabilidades públicas na regulação das novas tecnologias e pretendem converter a liberdade econômica em princípio superior aos direitos humanos. A Magnifica Humanitas, ao advertir para os riscos da concentração do poder algorítmico e da submissão da inteligência artificial a interesses particulares, oferece uma chave de leitura que alcança também as disputas pela soberania dos povos, pela integridade das democracias e pela preservação das condições materiais e espirituais de uma existência digna.

Identificam-se nas manifestações pedagógicas do Papa Leão XIV nesse périplo latino-americano, críticas às formas contemporâneas de dominação tecnocrática ao mesmo tempo que convocação à responsabilidade coletiva. A passagem do Papa pela América Latina, especialmente por países nos quais essas orientações encontram resistências em projetos políticos de inspiração ultraliberal e em alinhamentos subordinados às estratégias hegemônicas globais, permite reconhecer que a fraternidade não se realiza pela simples conciliação discursiva de interesses antagônicos, mas pela transformação das condições que produzem exclusão, violência e dependência.

É precisamente nessa passagem da proclamação dos valores à responsabilidade por sua realização que se encontram os sinais mais fecundos de esperança. Na capacidade dos povos, das comunidades, das juventudes e das instituições comprometidas com o bem comum de converter a solidariedade em organização, os direitos em experiências concretas de cidadania e a paz em uma construção histórica fundada na justiça.

10.5 – A diversidade cultural e a participação das mulheres como caminhos de reconhecimento

A diversidade cultural dos povos latino-americanos constitui uma riqueza que permanece frequentemente ameaçada por preconceitos, desigualdades e formas históricas de exclusão. A presença de povos indígenas, comunidades afrodescendentes, populações tradicionais e diferentes expressões culturais demonstra que a identidade de uma nação não se constrói pela eliminação das diferenças, mas pela capacidade de reconhecê-las e integrá-las em um projeto comum de convivência. Ao abordar a diversidade cultural durante seu encontro com o povo peruano, em Lima, o Papa Leão XIV (2026a) destacou que as diferenças podem favorecer o enriquecimento mútuo e a construção da comunidade. Advertiu, contudo, para a necessidade de enfrentar atitudes e expressões que inferiorizam pessoas em razão de sua origem, aparência ou condição social.

Essa reflexão encontra correspondência direta na conjuntura brasileira. A permanência do racismo, da discriminação contra os povos indígenas, da intolerância religiosa e dos preconceitos regionais demonstra que o reconhecimento formal da diversidade ainda não se traduziu plenamente em igualdade de oportunidades e de participação. As eleições de 2026 revelaram avanços na presença

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

das mulheres no Congresso Nacional, mas também evidenciaram a persistência da sub-representação de determinados grupos sociais. A participação política de pessoas negras e indígenas continua distante de refletir adequadamente sua presença na população brasileira. Esses dados indicam que o aperfeiçoamento da democracia requer, para além do direito de votar, a ampliação das condições de acesso aos espaços de decisão.

A valorização das mulheres ocupa lugar particularmente importante nessa reflexão. Durante sua passagem pelo Peru, Leão XIV (2026a) denunciou a permanência de práticas machistas, a violência contra as mulheres e as situações de dupla marginalização enfrentadas por mulheres pobres, indígenas e afrodescendentes. Reafirmou, ainda, a necessidade de reconhecer sua dignidade, sua contribuição para a sociedade e sua participação nas instituições. A realidade brasileira demonstra a urgência desse compromisso. A violência doméstica, os feminicídios, a desigualdade salarial, a sobrecarga das tarefas de cuidado e os obstáculos à participação política e econômica continuam comprometendo a dignidade e a liberdade de inúmeras mulheres. A superação dessas condições exige políticas públicas efetivas, mecanismos de proteção, educação para relações respeitosas e transformação de práticas culturais que naturalizam a desigualdade. Trata-se de um processo de formação para o qual devem convergir todas as forças e instituições sociais. O que significa que o machismo deve ser combatido dentro e fora da Igreja.

10.6 – O cuidado da Casa Comum e a responsabilidade com as futuras gerações

A crise socioambiental constitui um dos maiores desafios da humanidade contemporânea. As mudanças climáticas, a degradação dos ecossistemas, a perda da biodiversidade, a contaminação das águas e a exploração predatória dos recursos naturais produzem consequências que atingem de maneira desigual as populações. Se ainda não há igualdade no acesso à dignidade social, permanece desigual o acesso às consequências da irresponsabilidade ecológica. Os grupos socialmente mais vulneráveis, embora frequentemente contribuam menos para a deterioração ambiental, estão entre os que mais sofrem seus efeitos.

No Brasil, a proteção da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas representa uma responsabilidade nacional de alcance internacional. A preservação desses territórios não pode ser compreendida apenas como questão de conservação de recursos naturais. Está diretamente relacionada à sobrevivência de comunidades, à proteção de culturas tradicionais, à segurança alimentar, à disponibilidade de água e à manutenção das condições necessárias à vida. Nesse cenário, a esperança manifesta-se nas experiências de resistência e cuidado desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, agricultores familiares, organizações socioambientais e movimentos populares. São iniciativas que demonstram a possibilidade de construir relações com a natureza orientadas pela responsabilidade, pelo respeito aos limites ecológicos e pela solidariedade entre gerações.

A presença da Igreja nessas realidades encontra referências importantes na encíclica *Laudato Si'*, no Sínodo para a Amazônia e na exortação apostólica *Querida Amazonia*. A contribuição do Papa Francisco permanece fundamental para compreender que a crise ambiental e a crise social não constituem problemas independentes, mas dimensões de uma mesma realidade. Mas se trata de um legado que continua. Durante o encontro com os bispos peruanos, o Papa Leão XIV (2026b) reafirmou a necessidade de uma atuação pastoral comprometida com a justiça, a dignidade humana e a proteção da criação. Ao relacionar pobreza, exclusão, violência e responsabilidade ambiental, recordou que a missão da Igreja deve responder às necessidades concretas dos povos e dos territórios. Uma perspectiva que adquire especial relevância na América Latina, onde a exploração dos recursos

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

naturais frequentemente se relaciona com conflitos fundiários, deslocamentos populacionais, violência contra lideranças comunitárias e ameaças aos direitos dos povos tradicionais.

O cuidado da Casa Comum exige, portanto, políticas públicas capazes de conciliar proteção ambiental, desenvolvimento econômico e justiça social. A transição energética, a ampliação de tecnologias sustentáveis e a preservação dos ecossistemas não podem reproduzir formas de exploração que concentram benefícios e distribuem prejuízos entre os mais pobres.

10.7 – Uma Igreja próxima, sinodal e comprometida com a realidade

A conjuntura apresentada ao longo desta análise também interpela a própria Igreja. As transformações culturais, a pluralização religiosa, a crise de confiança nas instituições e as novas formas de participação social exigem uma presença eclesial capaz de conjugar fidelidade ao Evangelho, abertura ao diálogo e compromisso com as necessidades concretas da população. Nesse contexto, a continuidade do caminho sinodal constitui um sinal de esperança. A valorização da escuta, da participação e da corresponsabilidade oferece oportunidades para renovar a vida comunitária e fortalecer a missão evangelizadora. Trata-se de reconhecer que a Igreja não pode compreender adequadamente os desafios contemporâneos sem escutar as experiências dos fiéis, das comunidades e das pessoas que se encontram nas periferias sociais e existenciais.

Durante sua passagem pelo Peru, o Papa Leão XIV (2026b) insistiu na necessidade de uma Igreja que caminhe com o povo, fortaleça os vínculos de comunhão e permaneça atenta aos sofrimentos e às aspirações da sociedade. Ao encontrar-se com os bispos, destacou a importância de unir fidelidade doutrinal e proximidade pastoral, celebração dos sacramentos e compromisso com o próximo, formação da consciência e testemunho da caridade. Essa orientação reafirma que a missão da Igreja não se realiza exclusivamente por meio de pronunciamentos ou de sua presença institucional. Felizmente, encontra sua expressão mais concreta no cotidiano das comunidades, no acompanhamento das famílias, na educação, na assistência aos enfermos, no acolhimento dos migrantes, na defesa dos direitos humanos e na solidariedade com os que sofrem.

10.8 – Transformar a esperança em compromisso

Os sinais de esperança identificados na conjuntura brasileira e internacional não eliminam as dificuldades que se apresentam para 2027. A permanência das desigualdades, a polarização política, as limitações da governabilidade, as ameaças aos direitos sociais e a emergência socioambiental continuarão exigindo respostas das instituições e da sociedade. Entretanto, a realidade não se encontra inteiramente determinada por essas contradições. A participação democrática, a organização popular, o protagonismo juvenil, a solidariedade comunitária, o diálogo entre diferentes tradições e as iniciativas de proteção da vida demonstram que permanecem abertas possibilidades de transformação.

A mensagem do Papa Leão XIV durante sua passagem pela América Latina oferece uma chave importante para interpretar essas possibilidades. Ao colocar a dignidade humana no centro da organização social, defender o diálogo, reconhecer o protagonismo dos jovens e convocar a Igreja a caminhar com os povos, o Pontífice reafirma que a esperança precisa encontrar expressão nas relações humanas e nas responsabilidades coletivas. Essa compreensão exige que a esperança seja acompanhada de compromissos concretos, os quais sublinhamos:

1) No campo político, torna-se necessário defender as instituições democráticas, respeitar a legitimidade dos processos eleitorais, ampliar os espaços de participação e promover uma cultura pública fundada no diálogo e na responsabilidade. A construção de consensos não pode ocorrer mediante a renúncia aos direitos fundamentais, mas deve orientar-se pela busca do bem comum.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

2) No campo econômico e social, é indispensável fortalecer políticas capazes de enfrentar a pobreza, reduzir desigualdades, garantir trabalho digno e assegurar o acesso universal aos direitos sociais. A dignidade humana deve permanecer como critério para avaliar decisões orçamentárias, reformas institucionais e projetos de desenvolvimento.

3) No campo cultural e educativo, é necessário promover a participação das juventudes, enfrentar os preconceitos, valorizar a diversidade e fortalecer a formação crítica diante da circulação de informações falsas e discursos de ódio. A educação para a cidadania e para a paz constitui uma responsabilidade compartilhada entre famílias, instituições educativas, organizações sociais e comunidades religiosas.

4) No campo socioambiental, o compromisso com a Casa Comum exige proteger os biomas, respeitar os direitos dos povos tradicionais e promover modelos de desenvolvimento capazes de preservar as condições de vida das gerações presentes e futuras.

A esperança cristã não dispensa a responsabilidade histórica. Ao contrário, convida a reconhecer que a transformação da realidade depende de escolhas, atitudes e compromissos assumidos no presente. Por isso, não se pode esperar que a superação das injustiças resulte apenas da alternância dos governos ou das mudanças econômicas. Ela exige participação social, fortalecimento das instituições e disposição permanente para construir relações mais justas.

Ao final de 2026, o Brasil encontra-se diante de desafios que não serão resolvidos de maneira imediata. O resultado das eleições definiu os responsáveis pela condução do governo, mas não encerrou as disputas sobre o projeto de sociedade que se deseja construir. A qualidade da democracia continuará dependendo de sua capacidade de assegurar direitos, acolher diferenças e oferecer respostas às necessidades da população. Mais do que aguardar tempos melhores, somos chamados a contribuir para sua construção. É nessa disposição de transformar a realidade, sem perder a capacidade de reconhecer o bem que já se realiza, que a esperança encontra sua expressão mais autêntica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010.

AIRES, Anderson. Mapa: veja o desempenho de Lula e Flávio Bolsonaro nos estados no segundo turno. **GZH**, Porto Alegre, 26 out. 2026. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2026/10/mapa-veja-o-desempenho-de-lula-e-flavio-bolsonaro-nos-estados-no-segundo-turno-cmvoo4vrb02u90123lyx889fx.html. Acesso em: 9 nov. 2026.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

ARAÚJO, Rafael; ASSUNÇÃO, Juliano; BRAGANÇA, Arthur. **Os impactos ambientais da Ferrogrão: uma avaliação ex ante dos riscos de desmatamento**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2020/03/PB_Os-impactos-ambientais-da-Ferrograo-1.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. DOI: https://doi.org/10.7476/9788575415665.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Política Monetária: estatísticas monetárias e de crédito**, setembro de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202606/rpm202606p.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; STRAPASSON, Kamila Maria. O Supremo Tribunal Federal e a opinião pública: formas de fortalecimento institucional. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, [S. l.], n. 128, p. 611-651, 2024.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8652276. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 12.856, de 23 de fevereiro de 2026**. Revoga o Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2026a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/*ato2023-2026/2026/decreto/d12856.htm*. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Brasil entrega à ONU nova NDC alinhada ao Acordo de Paris**. Brasília, DF: Secom, 13 nov. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/area-de-imprensa/notas-a-imprensa/brasil-entrega-a-onu-nova-ndc-alinhada-ao-acordo-de-paris/. Acesso em: 9 nov. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Presidente do TSE anuncia reeleição de Lula e faz balanço do 2º turno das Eleições 2026**. Brasília, DF: TSE, 26 out. 2026b. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-reeleicao-de-lula-e-faz-balanco-do-2o-turno-das-eleicoes-2026. Acesso em: 9 nov. 2026.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais**. Brasília, DF: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 939). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/409d8449-59f0-418d-930c-911b2c9a6bae/download. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

CAETANO, Yasmin; TEIXEIRA, Lucas. Eleições nos EUA: veja vencedores do Senado e dos governos em cada estado. **CNN Brasil**, São Paulo, 4 nov. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-veja-vencedores-do-senado-e-dos-governos-em-cada-estado/. Acesso em: 9 nov. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE TRABALHO (CESIT); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Dossiê – Fim da escala 6×1**. Campinas: CESIT/Unicamp, 2026. Disponível em: https://pesquisa.ie.unicamp.br/centros-e-nucleos/cesit/dossie-fim-da-escala-6x1/. Acesso em: 9 nov. 2026.

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system: politics and power**. New York: Oxford University Press, 2013.

CLARKE, Ben et al. Climate change and El Niño behind extreme precipitation leading to major floods in southern Brazil in 2024. **npj Natural Hazards**, [S. l.], v. 3, art. 4, 2026. DOI: https://doi.org/10.1038/s44304-025-00162-8.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Relations with China are important for Latin America and the Caribbean to move towards more productive, inclusive and sustainable development**. Santiago: CEPAL, 2 nov. 2023. Disponível em: https://www.cepal.org/en/news/relations-china-are-important-latin-america-and-caribbean-move-towards-more-productive. Acesso em: 9 nov. 2026.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **Western Hemisphere: issues for the 119th Congress**. Washington, DC: CRS, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.congress.gov/crs_external_products/IF/PDF/IF12876/IF12876.1.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **U.S. foreign policy in the Western Hemisphere: issues for Congress**. Washington, DC: CRS, 26 maio 2026. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/reports/R48960.html. Acesso em: 9 nov. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em números 2026**. Brasília, DF: CNJ, 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELEITOR BRASIL. **Eleição presidencial de 2026: primeiro turno**. [S. l.]: Eleitor Brasil, 2026. Disponível em: https://eleitorbrasil.com/2026/presidente/1-turno. Acesso em: 9 nov. 2026.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanço Energético Nacional 2026: relatório síntese, ano-base 2025**. Rio de Janeiro: EPE, 2026. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-975/topico-847/BEN_S%C3%ADntese_2026_PT.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

FALCÃO, Tainá. Lula deve anunciar novo governo até 5 de dezembro. **CNN Brasil**, São Paulo, 6 nov. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/taina-falcao/politica/lula-deve-anunciar-novo-governo-ate-5-de-dezembro/. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

FERREIRA, Luiz Cláudio. PL, partido de Flávio, reconhece vitória de Lula nas eleições. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 26 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/partido-de-flavio-pl-reconhece-vitoria-de-lula-nas-eleicoes. Acesso em: 9 nov. 2026.

FLORES, Bernardo M. et al. Critical transitions in the Amazon forest system. **Nature**, [S. l.], v. 626, p. 555-564, 2024. DOI: https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World economic outlook: resilience under strain, urgent choices**. Washington, DC: IMF, out. 2026. Disponível em: https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2026/october/english/text.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli tutti: carta encíclica sobre a fraternidade e a amizade social**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 9 nov. 2026.

FRANCISCO, Papa. **Laudato si': carta encíclica sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 9 nov. 2026.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

G1. Quaest: 48% aprovam e 44% desaprovam governo Lula na primeira pesquisa após a eleição. **G1**, Rio de Janeiro, 8 nov. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/11/08/quaest-48percent-aprovam-e-44percent-desaprovam-governo-lula-na-primeira-pesquisa-apos-a-eleicao.ghtml. Acesso em: 9 nov. 2026.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET); INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE); AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA); CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN); SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB); SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEDEC); CENTRO GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Painel El Niño 2026–2027: boletim mensal nº 5, outubro de 2026**. Brasília, DF: INMET, 2026. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Painel-El-Ni%C3%B1o-5-edi%C3%A7%C3%A3o1.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **El Niño atinge anomalia recorde para outubro**. Brasília, DF: INMET, 3 nov. 2026. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/noticias/el-ni%C3%B1o-atinge-anomalia-recorde-para-outubro. Acesso em: 9 nov. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Brasil alcança menores taxas de desmatamento da série histórica na Amazônia e no Cerrado**. São José dos Campos: INPE, 16 out. 2026. Atualizado em: 20 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

noticias/brasil-alcanca-menores-taxas-de-desmatamento-da-serie-historica-na-amazonia-e-no-cerrado. Acesso em: 9 nov. 2026.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability: contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Capítulo 12: Central and South America. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-12/. Acesso em: 9 nov. 2026.

JUSTIÇA ELEITORAL. **É falso que virada de votos no segundo turno seja impossível ou comprove fraude nas eleições**. Fato ou Boato, Brasília, DF, 28 out. 2026. Atualizado em: 3 nov. 2026. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/checagens/2026/e-falso-que-virada-de-votos-no-segundo-turno-seja-impossivel-ou-comprove-fraude-nas-eleicoes. Acesso em: 9 nov. 2026.

KLEIN, Guilherme et al. **A macroeconomia do governo Lula 3 até agora e o que vem pela frente**. São Paulo: MADE/FEA-USP, 2 out. 2026. (Nota de Política Econômica, n. 89).

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. Análise e projeções de inflação. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 72, nota 24, 22 out. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2026/10/analise-e-projecoes-de-inflacao-21/. Acesso em: 9 nov. 2026.

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; LIMA, Júlia Freitas de; MADUREIRA, Maria Teresa Mendes. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 72, nota 25, 23 out. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2026/10/261028_cc_72_nota_25_mt_out26.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

LEÃO XIV, Papa. **Encontro sobre os desafios e as esperanças para o futuro do povo peruano**. Lima: Santa Sé, 12 nov. 2026a. Disponível em: https://press.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/november/documents/20261112-peru-futuro.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

LEÃO XIV, Papa. **Encontro com os bispos do Peru**. Lima: Santa Sé, 12 nov. 2026b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2026/november/documents/20261112-peru-vescovi.html. Acesso em: 14 nov. 2026.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINHARES, Carolina; OLIVEIRA, Thaísa. PL reconhece derrota para Lula, e Flávio Bolsonaro diz que vai liderar oposição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/pl-reconhece-derrota-para-lula-e-flavio-bolsonaro-diz-que-vai-liderar-oposicao.shtml. Acesso em: 9 nov. 2026.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2025: RAD2025**. [S. l.]: MapBiomas, 2026. Disponível em: https://rad.ia.mapbiomas.org/rad2025/. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

MARQUETTI, Adalmir. **Crescimento e investimento no programa econômico de Lula: uma análise dos mecanismos de acumulação sugeridos para 2027–2030**. [S. l.]: [s. n.], 2026. Texto de trabalho. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. BRASIL. **Prisma Fiscal de outubro de 2026: projeções para resultado primário e dívida bruta**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 15 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/outubro/prisma-fiscal-eleva-projecao-de-deficit-para-2026-e-reduz-estimativa-para-2027. Acesso em: 9 nov. 2026.

MOLITERNO, Danilo. Campanha de Lula confere virada e mobilização "orgânica" nas ruas e redes. **CNN Brasil**, São Paulo, 25 out. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/campanha-de-lula-confere-virada-e-mobilizacao-organica-nas-ruas-e-redes/. Acesso em: 9 nov. 2026.

MUDGE, Stephanie L. **Leftism reinvented: western parties from socialism to neoliberalism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2018. Disponível em: https://www.hup.harvard.edu/books/9780674971813. Acesso em: 9 nov. 2026.

MUDGE, Stephanie L. What is neo-liberalism? **Socio-Economic Review**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 703-731, 2008. DOI: https://doi.org/10.1093/ser/mwn016.

OREIRO, José Luis. **Proposta de Lara Resende para tabelar a Selic**. Jornal GGN, [S. l.], nov. 2026. Disponível em: https://jornalggn.com.br/analise/proposta-de-lara-resende-para-tabelar-a-selic-de-jose-l-oreiro/. Acesso em: 9 nov. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989. Texto consolidado no Brasil pelo Decreto nº 10.088, de 5 de julho de 2019, Anexo LXXII. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/*ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm*. Acesso em: 9 nov. 2026.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: oversold? **Finance & Development**, Washington, DC, v. 53, n. 2, jun. 2016. Disponível em: https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

PIERSON, Paul. When effect becomes cause: policy feedback and political change. **World Politics**, Cambridge, v. 45, n. 4, p. 595-628, 1993. DOI: https://doi.org/10.2307/2950710.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016. DOI: https://doi.org/10.5380/rsocp.v24i58.47224.

PRESIDÊNCIA DA COP30. **De Belém a Antália: Presidência da COP30 leva Mapas do Caminho para a implementação e a Agenda de Ação Climática à COP31**. Antália: Presidência da COP30, 8 nov. 2026. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/de-belem-a-antalia-presidencia-da-cop30-leva-mapas-do-caminho-para-a-implementacao-e-a-agenda-de-acao-climatica-a-cop31. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (ed.). **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RAMÍREZ, Rafael; WILKINSON, Angela. **Strategic reframing: the Oxford scenario planning approach**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

REUTERS. Flávio Bolsonaro chega aos EUA após derrota na eleição. **UOL**, São Paulo, 28 out. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2026/10/28/flavio-bolsonaro-chega-aos-eua-apos-derrota-na-eleicao.amp.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. **Revista USP**, São Paulo, n. 101, p. 55-66, 2014. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i101p55-66.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, Claudio Hamilton Matos dos; AMITRANO, Cláudio Roberto; ARAUJO, Mônica Mora y. Visão geral da conjuntura. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 72, nota 23, 15 out. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2026/10/numero-72-nota-de-conjuntura-23-3-trimestre-de-2026/. Acesso em: 9 nov. 2026.

SANTOS, Natália. Veja os estados onde Lula mais ganhou votos do 1º para o 2º turno. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/veja-os-estados-onde-lula-mais-ganhou-votos-do-1o-para-o-2o-turno.shtml. Acesso em: 9 nov. 2026.

SCHOEMAKER, Paul J. H. Scenario planning: a tool for strategic thinking. **Sloan Management Review**, Cambridge, MA, v. 36, n. 2, p. 25-40, 1995.

SCHROEDER, Lucas. Quaest: 48% aprovam governo Lula; desaprovação é de 44%. **CNN Brasil**, São Paulo, 8 nov. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quaest-48-aprovam-governo-lula-desaprovacao-e-de-44/. Acesso em: 9 nov. 2026.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma 2011–2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004.

THATCHER, Margaret. **Interview for Sunday Times**. Entrevista concedida a Ronald Butt. [S. l.]: Margaret Thatcher Foundation, 3 maio 1981. Disponível em: https://www.margaretthatcher.org/document/104475. Acesso em: 9 nov. 2026.

TESTA, Graziella; MESQUITA, Lara; BOLOGNESI, Bruno. Do fisiologismo ao centro do poder: as reformas eleitorais e o centrão 2.0. **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/KYZ8sp5GL475Rnww8bMVGhj/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 9 nov. 2026.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E

ESTADOS UNIDOS. The White House. **America First Trade Policy**. Washington, DC: The White House, 20 jan. 2025. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/america-first-trade-policy/. Acesso em: 9 nov. 2026.

ESTADOS UNIDOS. United States Trade Representative. **2026 Trade Policy Agenda and 2025 Annual Report**. Washington, DC: USTR, 2026. Disponível em: https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/2026/2026%20Trade%20Policy%20Agenda%202025%20Annual%20Report.pdf. Acesso em: 9 nov. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **UN Climate Change Conference: Antalya, November 2026**. [S. l.]: UNFCCC, 2026. Disponível em: https://unfccc.int/cop31. Acesso em: 9 nov. 2026.

VECCHIONE-GONÇALVES, Marcela; SILVA, Mayane Bento; PINTO, Rafaella Sena; SILVA, Tienay Picanço da Costa. Um rio na encruzilhada: Jamanxim entre concretudes e contradições nos mapas do caminho da COP30 à COP31. **Boletim Informativo do OCA**, Belém, v. 3, n. 2, p. 2-23, maio/ago. 2026. Edição especial COP31. ISSN 3086-3384.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 441-463, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S1808-24322008000200005.

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John (org.). **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington, DC: Institute for International Economics, 1990. Disponível em: https://www.piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform. Acesso em: 9 nov. 2026.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM:
http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: A95872E